

PAISAGENS DA CANA SEM DOCE

Organizadores:
Rossvelt José Santos
Paulo Irineu Barreto Fernandes



**Rossvelt José Santos
Paulo Irineu Barreto Fernandes
(Organizadores)**

PAISAGENS DA CANA SEM DOCE

Ituiutaba, MG

2015



© Rosselvelt José Santos / Paulo Irineu Barreto Fernandes, 2015.

Editoração: Jéssica Soares de Freitas / Carlos Roberto Bernardes de Souza Júnior / José Henrique Moraes.

Arte da capa: Jéssica Soares de Freitas.

Revisão ortográfica e gramatical: Ione Miranda Vieira.

Contatos:

E-Books *Barlavento*

CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 68066 / Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Asé Babá Olorigin.

Rua das Orquídeas, 399, Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.

Tel: 55-34-32689168 e 55-34-88629391

barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial:

Mical de Melo Marcelino (Editor–chefe)

Antônio de Oliveira Junior

Claudia Neu

Giovanni F. Seabra

Hélio Carlos Miranda de Oliveira

Leonor Franco de Araújo

Maria Izabel de Carvalho Pereira

Jean Carlos Vieira Santos

Paisagens da cana sem doce. Rosselvelt José Santos / Paulo Irineu Barreto Fernandes (organizadores). Ituiutaba: Barlavento, 2015, 305 p.

ISBN: 978-85-68066-15-7.

I Rosselvelt José Santos. II Paulo Irineu Barreto Fernandes.

III Diversos autores

1 Geografia. 2 Espaço Rural. 3 Agronegócio. 4 Meio Ambiente.

5 Cultura. 6 Geofilosofia.

Todos os direitos desta edição foram reservados ao autor e à E-Books Barlavento. A reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio fica expressamente proibida.





SOBRE O LAGECULT

O LAGECULT, Laboratório de Geografia Cultural e Turismo – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – tem como prioridade ampliar espaços para o desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão, bem como atender às necessidades da formação continuada de alunos, professores e pesquisadores. Os trabalhos se referem às investigações das relações entre geografia, geofilosofia, cidades, culturas, ruralidades, migrações, turismo e lazer, relacionados ao processo social, à produção do lugar e aos usos e apropriações daí decorrentes. Para tanto, estudamos as manifestações culturais decorrentes do processo social, decodificando linguagens e simbolismos, questionando seus efeitos, representações, sentidos, redefinições, metamorfoses, utopias e possibilidades das trocas simbólicas.

SUMÁRIO

A desterritorialização dos lugares pela expansão da cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro e sul goiano <i>Arlete Mendes da Silva e Rossvelt José Santos</i>	8
Os territórios dos produtores locais de Uberaba-MG e a expansão do setor sucroalcooleiro <i>Ricardo da Silva Costa e Rossvelt José Santos</i>	40
Tensões e superações camponesas no processo de expansão canavieira no município de Delta-MG <i>Jaqueline Borges Inácio e Rossvelt José Santos</i>	79
A espacialização da cana-de-açúcar e as interferências nos territórios tradicionais no Cerrado goiano <i>Edevaldo Aparecido Souza e Rossvelt José Santos</i>	105
Expansão da cana no Cerrado do Triângulo Mineiro e as heterogeneidades nas estratégias dos produtores de leite e vinho <i>Monica Zuffi e Rossvelt José Santos</i>	140
Territorialidades dos complexos agroindustriais no/do campo da cachaça artesanal em Tupaciguara-MG <i>Carlos Roberto Bernardes de Souza Júnior e Jéssica Soares de Freitas</i>	176
Uma introdução à Geofilosofia <i>Paulo Irineu Barreto Fernandes e Rossvelt José Santos</i>	205

As representações sociais no processo de arrendamento de terras	
<i>Rosselvelt José Santos e Marli Graniel Kinn</i>	221
Estrangeiros na metrópole	
<i>Caterina Resta (Tradução: Paulo Irineu B. Fernandes)</i>	290
Sobre os autores	299

A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS LUGARES PELA EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NO TRIÂNGULO MINEIRO E SUL GOIANO

Arlete Mendes da Silva
Rosselvelt José Santos

Introdução

Nosso principal objetivo neste texto é lançar um olhar cultural sobre um espaço territorializado pela cana-de-açúcar e seus efeitos para as comunidades tradicionais rurais. É um “olhar por dentro e para dentro” do espaço de uso (e de mando) das usinas sucroalcooleiras e do espaço de vida dessas comunidades. Os modos de vida, os costumes, as formas de convivência, os modos e meios de produção, o cotidiano e a sobrevivências de muitos grupos sociais rurais se veem comprometidos ante o avanço (desenfreado) das plantações de cana para atender ao mercado interno e externo em franca expansão.

Assinalamos que a cultura daria a moldura dessa reflexão. Então, retomando-a, importa-nos dizer que a cultura seja compreendida, num sentido amplo, como um conjunto de saberes que são transmitidos como herança num complexo processo de transferência que envolve valores, crenças, normas de conduta, linguagens e símbolos. A cultura também abrange toda uma rede de relacionamentos numa espécie de transmissão e formação da sociedade que ‘absorve’ muitos desses

mecanismos modeladores de transformação e produção econômica e social. Nesse sentido,

a cultura é herança transmitida de uma geração a outra. (...) Os membros de uma civilização compartilham códigos de comunicação. Seus hábitos cotidianos são similares. Eles têm em comum um estoque de técnicas de produção e de procedimentos de regulação social que asseguram a sobrevivência e a reprodução do grupo. Eles aderem aos mesmos valores, justificados por uma filosofia, uma ideologia ou uma religião compartilhadas (CLAVAL, 2001, p.63).

É por esse viés que a perspectiva cultural da Geografia analisa ‘os objetos de pesquisa’ ancorados, sobretudo, no ser humano e no seu fazer no grupo social num determinado lugar. Este, por sua vez, é embebido de subjetividade acompanhando as diferentes construções socioculturais.

No âmbito dessa reflexão, ampliamos nossa visão para refletir sobre processos culturais hodiernos, mesclados pela rapidez dos sistemas de informação, comunicação, transporte e inserção tecnológica em níveis globais nos diversos arranjos espaciais locais. É a era da automação, de códigos rápidos de linguagem e comunicação via internet e de outros tantos elementos ‘universalizantes’ do processo de globalização a que assistimos. Como ‘olhar’, culturalmente, o Brasil e sua organização espacial em suas pequenas frações de populações, que ainda vivem no campo ou que dele tiveram que migrar por motivos circunstanciais, como a valorização técnica e maior

demanda na produção de bens agrícolas por conta de um mercado globalizado / globalizante?

Entender a cultura de um grupo social compreendendo seus mecanismos de sobrevivência é contribuir para seu ajustamento social e político no meio (espaço) em que está inserido. “É justamente quando não ignoramos a natureza política da cultura e trabalhamos o elo ciência – arte, ou seja, enfatizando aquilo que a criatividade e o imaginário têm a contribuir para com o pensamento ‘científico’, é que superamos a leitura simplista da cultura em Geografia” (HAESBAERT 2009, p. 29). É proposta da vertente cultural da Geografia ampliar nossa concepção de espaço dando possibilidades de leituras geográficas a um vasto campo de exploração que vai além das abordagens funcionais – materialistas. Hoje, os geógrafos têm participado de estudos interdisciplinares que valorizam esse olhar. Lembramos novamente as palavras de Claval:

O alvo dos geógrafos de hoje parece muito diverso. Elas ou eles não se esforçam por impor a sua visão de mundo. O seu alvo é descobrir a maneira segundo a qual as pessoas vivem e transformam o mundo onde moram, trabalham, sonham e tem esperança para o futuro. O que parece importante é estudar o olhar que se dirige aos cosmos, a natureza, ao meio ambiente, as paisagens e a organização do espaço social (2002, p.1).

Daí o ‘olhar geográfico’ alcançando as artes, a cultura em seu sentido amplo: geografia e literatura, geografia e cinema, geografia e música, além da representação, da identidade, de

espaços simbólicos, da religiosidade, da experiência e história de vida das pessoas... “Doravante, sabemos que o social, o político ou o econômico não são categorias imutáveis: eles dependem do lugar, do tempo, do nível técnico das religiões e ideologias dos grupos estudados”, complementa Claval (grifo nosso - op.cit. p. 2). Ademais, a cultura, nos estudos geográficos, pode contribuir para a compreensão das transformações espaciais e temporais que ora são vivenciadas com alta tecnologia nas ciências, na comunicação, no transporte e na produção econômica por estes estarem inseridos na vida das pessoas modificando seu cotidiano e agregando outras formas de meios e modos de vida. Estes, inseridos numa rede de informações ‘prontas’ / instantâneas conectadas a um toque de mouse ao ‘meio-técnico-científico-informacional’ mediatizada pela internet (rede mundial de computadores). Nesse sentido, compreende-se o que Santos (2008, p. 148) afirma: “A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies. (...) É, então, a informatização, ou antes, a informacionalização do espaço”.

Territorialidades: poder de posse e de mando no processo histórico brasileiro

Como entender a organização do espaço geográfico a partir das novas lógicas de inserções espaciais na esfera da globalização e da necessidade de modernização dos setores econômicos? Milton Santos explicita a requalificação dos espaços estar sujeita a “interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade que são incorporados às correntes de

globalização” (op.cit. p. 148). De igual modo, Bertha Becker fala dessas transformações “e das novas tendências de globalização econômica e dos movimentos sociais que rompem as fronteiras dos Estados introduzindo diferenciações nos territórios nacionais (1995 p. 272). Estes, usando uma semiótica de Santos, passam a incorporar áreas de densidade ou zonas luminosas e as áreas praticamente vazias ou zonas opacas. De igual modo, podemos traduzir essas áreas espaciais (ou pedaços do espaço) como territorialidades, “entendidas como estratégias que visam influir em ações a partir do controle de territórios – surgem acima e abaixo da escala do Estado desafiam os fundamentos do poder nacional e a possibilidade de desenvolvimento autárquico” (op.cit. p. 272). Abrindo um parêntese sem perder o raciocínio da discussão, deve-se fazer menção ao significado de Estado, importante ator sintagmático que realiza várias ações em todos os níveis e, por isso ao se apropriar de um espaço este é territorializado por ele (RAFFESTIN, 1993 p. 143).

Em sentido semelhante, com ênfase nos contornos do realismo e da geopolítica, Backer (1995, p. 273) esclarece que o “Estado é a unidade política básica do sistema internacional, cujo atributo principal é o poder, em suas dimensões predominantes de natureza militar, ideológica e econômica”. Santos (2008) qualifica o Estado – Nação como uma Formação Sócio-Econômica e uma totalidade (qual totalidade?). O Estado, como detentor de poder, atua como regulador social com capacidade de fazer valer seus interesses (Estado + Classes Hegemônicas = Atores Sintagmáticos). Isso nos remete a nossa história não tão recente em que, por conta dessa definição (ideologia?) de Estado, pode-se propor: este entendimento seria

apropriado desde o início do processo de formação territorial do espaço brasileiro, sendo um continuum no uso do poder e controle territorial? Quais parcelas da sociedade estariam no cerne desse modelo de apropriação e desenvolvimento espacial?

No entanto, seja qual for o foco de análise, não se pode negar a importância da inserção das ações do Estado no processo de ordenação territorial. Lembrando, também, que tais escolhas são resultados de embates no interior da sociedade pelas classes hegemônicas. Foi assim quando da escolha do modelo de desenvolvimento do país sob a lógica capitalista de produção: como ‘agrário exportador’; depois, no campo de ação da economia – mundo com o “capitalismo industrial nacional” com maior controle do Estado no mercado interno; lembre-se, também, que a estratégia do planejamento governamental foi iniciada na era Vargas, daí o estatismo consolidar-se após 1930; com influência norte – americana, o país contava com uma estreita parceria entre capital monopolista estrangeiro, capital estatal e o capital privado nacional para ampliar o processo de industrialização no país. Foi assim, quando da necessidade de controle interno do território, importou a participação direta e apoio dos militares ao governo (Estado). Continuava, assim, o processo histórico do Estado fazendo os ‘contornos e redefinições’ do território brasileiro usando seu poder de posse e de mando.

Nesse período, o território nacional, curiosamente, torna-se “recurso simbólico fundamental para a legitimação do Estado, e a política territorial, incorporando e acelerando as tendências da dinâmica sócio espacial, constitui-se num dos alicerces de sua prática” (BECKER e EGLER, 2003, p. 79). É interessante notar

como os aspectos culturais e simbólicos, então entremeados nas tessituras territoriais e de poder, quando estes podem auferir força e legitimidade. Vê-se, nesse momento, a ‘ideologia do desenvolvimentismo nacional’ incluir a articulação territorial no seu discurso. Nessa época, o país estava dividido entre duas forças hegemônicas: setor agrário tradicional versus urbano-industrial moderno que, mais uma vez, necessitava da mão forte e ‘salvadora’ do Estado para mediar as tensões territoriais e políticas. Nesse momento, a ideia (ideologia, representação) era: unir para crescer e vencer o subdesenvolvimento! Um país unificado seria mais resistente às ameaças externas! Estariam tais ameaças somente no ‘espaço externo’ do país? Ao mesmo tempo em que se buscava engajamento da população na defesa de um “capitalismo nacional” (slogan: O Brasil é nosso!) abria-se a economia ao mercado externo.

Por certo que tais contradições favoreceram a conclusão de Becker e Egler que: “O território foi tanto um instrumento quanto um produto do “capitalismo nacional”, por meio das estratégias espaciais implícitas e explícitas do Estado” (2003, p. 86). Essa sentença é verdadeira, haja vista um exemplo mais recente: o símbolo do ‘novo / moderno Brasil’ e a efetiva integração nacional, deram-se (mais no plano simbólico e ideológico e menos no plano econômico e territorial) com a construção de Brasília, uma prova incontestável da grandeza, unidade e ao desenvolvimento espacial brasileiro, chegando até ao sertão e ao interior do país (!?), em uma nítida representação do Estado integrado e expandindo suas territorialidades país a dentro. Tal processo nos remete às ‘ideias’ que instigaram Lucio Flávio R. de Almeida (2006, p. 193 a 231), quando trata da ilusão do desenvolvimento brasileiro colocar este interessante

subtítulo no seu trabalho: “Sorriso e Espada: uma dupla face do nacionalismo triunfante”!

Pode-se dizer que, em dias atuais, início da segunda década do século XXI, o território brasileiro assiste a uma nova demanda: o fortalecimento regional e sua capacidade produtiva independente (mas não foram justamente as ‘forças regionais’ que se constituíam em entraves para a política nacionalista e desenvolvimentista após a revolução de 30?) aliada a acordos internacionais de cooperação e livre comércio. Além disso, o discurso do desenvolvimento regional, que “procura dar legitimidade a este projeto, não esconde o desejo dos interesses locais de se relacionarem diretamente com o mercado mundial, utilizando a cessão de parcelas do território como instrumento de negociação direta com capitais transnacionais” (BECKER e EGLER, 2003, p. 226).

Nesse sentido, emergem novas territorialidades em várias faces do espaço brasileiro. Além do que já foi dito, vale lembrar a ‘trilogia’ Espaço, Território e Poder no sentido cultural amplo e geográfico serem indispensáveis numa análise que busca compreender o movimento das relações espaciais e sociais que se concretizam no lugar. Nesse movimento o espaço é relacional, histórico, subjetivo e experiencial que se transforma em lugar pelo conhecido, percebido e vivido. Enquanto que o território é fruto da vivência do homem em um determinado lugar juntamente com o espaço que assume significado de vivido e experienciado, sem esquecer o forte sentido de poder inserido nas questões territoriais. Além disso, o território tem a capacidade de suportar diversas territorialidades associadas a

temporalidades idênticas ou não (HAESBAERT 2004, 2005); Nesse mesmo sentido, Saquet esclarece que

o território é a base física das “relações sociais, de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produto sócio-espacial e condição para o habitar, viver e produzir (2007, p. 118).

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão política, também diz respeito às relações econômicas e socioculturais; está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, elas próprias se organizam no espaço e dão significado ao lugar. E ainda,

a territorialidade, como um componente de poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (SACK, 1986 p. 219 apud HAESBAERT, 2004 p. 6).

É nessa perspectiva que se evoca a relação global - local e as territorialidades criadas ou não por processos exógenos ao lugar. Este, por vezes, heterogêneo e contraditório reúne em si ‘espaços’ e ‘tempos’ díspares com possíveis ajustes e enunciados políticos, via Estado. Não é raro perceber ritmos e compassos temporais diferenciados no mesmo lugar. Parece que os espaços conectados pelos fluxos da mercadoria e da

informação destoam (deslocam-se) dos lugares ante a resistência e co-existência das territorialidades fundadas historicamente (comunidades tradicionais rurais, grupos étnicos, grupos sociais de resistência, quilombos, e, recentemente, a territorialidade cigana). Outras tantas, pela fragilidade de sua própria sobrevivência e pela centralização excessiva do poder do Estado que ‘cortou’ os laços de comunicação com o espaço vivido, fragmentando-o e, por vezes, dizimando muitas dessas territorialidades.

Santos (2008) salientou que os processos e fluxos globais com intencionalidades e racionalidades formam redes desiguais indo da grande à pequena escala, chegando até “magmas resistentes à ‘redificação’” (p.150). Estaria o autor falando de possíveis ‘territorialidades resistentes’ ao / no sistema mundo globalizado e homogeneizado? Talvez, contrariando algumas formas de poder/processos territoriais verticalizados, têm-se “as horizontalidades como domínio de um cotidiano territorialmente partilhado com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na similitude ou na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária” (p. 151). Nesse contexto de apropriação do espaço pelo capital e formação de novos arranjos socioespaciais, nos lugares do cotidiano dos grupos sociais locais desse tempo em que passamos a discutir as territorialidades inseridas no cotidiano das comunidades tradicionais rurais.

Desterritorialização e desenraizamento dos lugares pela expansão da agroindústria sucroalcooleira

O cenário global – local, em meio à contingência de elementos contraditórios e conflitantes que o identificam, tem-nos aberto vasto campo para pesquisa e reflexões no tocante a novas espacialidades. Nesse contexto, nosso olhar geográfico e de pesquisador busca compreender os processos de desterritorialização e desenraizamento das famílias rurais tradicionais e as formas de percepção e de representação efetivadas por essas comunidades rurais sobre as territorialidades ‘criadas’ (forçadas) pela expansão da cana-de-açúcar, capitaneada pelas usinas sucroalcooleiras no Triângulo Mineiro e sul de Goiás, bem como seus desdobramentos nos modos de vida rural. Em função desse objetivo, faz-se importante entender os símbolos e imagens da cultura rural, do imaginário e do mundo vivido por meio das sensações, sentimentos e percepções. Outra discussão importante trata-se da análise do sistema socioprodutivo dessas comunidades rurais diante dos ‘novos’ espaços e territórios ‘tomados’ pela cana, assim como os fatores desencadeantes de impactos sobre o *modus vivendi* da população rural local.

Altos investimentos têm sido aplicados no setor sucroalcooleiro tanto nas usinas quanto na ampliação de áreas para o cultivo da cana-de-açúcar por hectare nos últimos anos, em várias regiões do Brasil. Além das tradicionais áreas de cultivo da cana para uso das indústrias sucroalcooleiras paulistas e nordestinas, outras regiões têm apostado no setor sucroalcooleiro com história mais recente, como na região do Triângulo Mineiro, sul e sudoeste goiano. Em grande parte,

refere-se ao deslocamento de complexos industriais tradicionalmente situados no Nordeste e Sudeste (principalmente no Estado de São Paulo). Estes empreendimentos estão saindo dessas regiões pela saturação de mercado ou mudança de perfil produtivo, conforme revista especializada em Tecnologia e Indústria, que enfoca a produtividade agropecuária nas regiões brasileiras (2001).

Outro fator que atua como coadjuvante no status produtivo sucroalcooleiro das novas regiões do país é proveniente das terras férteis do cerrado mineiro e goiano, pelo ganho em competitividade, no que diz respeito ao uso de implementos e insumos agrícolas e a logística de distribuição implementada pelo Estado. Este, como importante elemento na organização territorial, como já discutido anteriormente, rege as metamorfoses espaciais recriando paisagens, tendo o capital da agroindústria como coadjuvante e principal força motriz para criação de novas territorialidades em espaço rural.

Conforme estudos empreendidos por grupos de pesquisa, ligados a Universidades Públicas estaduais e federais e órgãos governamentais e institutos de pesquisa (CONAMA, FAEG, IBGE, EMBRAPA), afirmam que a atual forma e processo de ocupação da cana e das usinas sucroalcooleiras nos espaços rurais do cerrado inviabilizam o desenvolvimento socioeconômico dos pequenos produtores nas comunidades tradicionais rurais de forma autônoma. Isto porque muitas famílias rurais não têm conseguindo se re-afirmarem no território onde já estavam inseridos, pela difícil disputa com o capital das usinas. Eles foram afetados profundamente pelas grandes lavouras canavieiras. A ressonância do epicentro

agroindustrial da cana vai para além de suas áreas produtivas. Muitos agricultores tiveram suas tradições e seus costumes comprometidos em decorrência da expansão da produção canavieira e dos novos arranjos sócio-produtivos que estabelecem modificações no vínculo do trabalhador rural com a terra e com o território (‘espaço’ de vivência - lugar).

Em termos quantitativos, estima-se que a rápida expansão da cana-de-açúcar, puxada pela crescente demanda global de etanol, já tem uma rota definida: além de São Paulo, que lidera a produção, passará principalmente por Goiás e por Minas Gerais, nas proximidades do alcooduto que a Petrobras planeja consolidar para a exportação do etanol. O crescimento nessas áreas tem sido vertiginoso, em linha com as exigências de consumo — a área de plantio do produto vai duplicar no país em dez anos, passando para 12,2 milhões de hectares na safra 2015/16, para uma produção de 26 bilhões de litros de álcool e 900 milhões de toneladas de cana, de acordo com o Instituto de Economia Agrícola (IEA).

No cerrado goiano, é forte a preocupação de técnicos e pesquisadores que observam a entrada vigorosa das usinas sucroalcooleiras sem que estes espaços estejam, de fato, preparados e oficialmente abertos à expansão do cultivo da cana em escala industrial. A expansão da cultura da cana-de-açúcar em Goiás continua a causar preocupação e, desta vez, não é por causa da produção de alimentos. Certamente, a inviabilidade/proibição do plantio da cana-de-açúcar na Amazônia e no Pantanal obriga a “invasão” da cultura da cana para a região do Cerrado. Conforme estudos oficiais, por meio do zoneamento agroecológico, a expansão da cana não poderá

ocupar algumas áreas específicas já citadas além de áreas impróprias à mecanização (com declividade superior a 12%) e as áreas de preservação ambiental também estão totalmente descartadas. O que se preconiza é a ocupação de áreas de pastagens degradadas. O documento já está praticamente pronto e define regras para a expansão da cultura em todos os Estados brasileiros. Conforme Alexandre A. Santos, assessor técnico para a área de cana-de-açúcar da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG), em entrevista a um jornal goiano com boa circulação na região, enfatiza que não haverá caminho inverso a essa realidade e que o etanol, com forte aquecimento dos mercados nacional e internacional, impulsionará, ainda mais, a entrada de usinas de álcool em Goiás com projeções de investimentos sem precedentes na economia goiana. E, ainda, adverte:

Apesar do estudo do zoneamento agroecológico para a cana-de-açúcar estar ainda somente no papel (pronto, mas não divulgado), os projetos de instalação de usinas sucroalcooleiras continuam sendo concretizados. Temos hoje 25 usinas em pleno funcionamento e pelo menos mais 90 projetos de investimentos e incentivos fiscais do governo de Goiás. E para aquecer ainda mais o mercado, a Petrobras Biocombustíveis, recém-criada pelo governo federal, possui projetos de construção de pelo menos cinco usinas na região Centro-Oeste. Duas delas serão em Goiás. O projeto global da empresa prevê a construção de 40 usinas em todo o Brasil, visando o mercado externo. As cinco primeiras usinas devem começar a produção em 2009 com capacidade para produzir 200 milhões de litros de etanol por ano (JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ EM 17/07/2010).

A preocupação é evidente, não somente com a questão econômica, mas também com as condições ambientais e sociais dessas áreas de cerrado. Apesar de a questão dos biocombustíveis ter sido colocada como vantajosa e necessária ao desenvolvimento regional e nacional e com grande alcance externo, não se devem minimizar seus nefastos impactos ao meio ambiente com o discurso de estar se produzindo um “combustível limpo”. Ao contrário, tem que se ter cautela, pois a crescente demanda tem motivado pequenos e médios agricultores a migrar para a atividade canavieira e/ou alugar suas terras para o plantio da cana, contudo, apesar de boas perspectivas futuras para a produção e comércio da cana, o preço pago a muitos produtores não tem alcançado sequer os custos de produção.

Nas universidades, muitos pesquisadores se debruçam sobre os problemas advindos da expansão da cana no cerrado brasileiro. Camellini (2011), pesquisador da Unicamp, adverte que, do modo com que as políticas públicas vêm sendo elaboradas, o Estado acaba se posicionando de forma questionável, orientado mais pelos interesses empresariais do que pelas demandas sociais. A expansão busca aproveitar as oportunidades do mercado, mas, para isso, coloca grandes porções do território a serviço de um único setor econômico. São muito apropriados para o momento estudos sobre o etanol, por se tratar de um produto que mobiliza muitas políticas públicas no país. O senso comum diz que as usinas trazem desenvolvimento, mas não é bem assim. Segundo esse autor, em geral, a riqueza gerada pela produção de etanol é privadamente apropriada, enquanto os problemas, também gerados por esta atividade econômica, são socializados.

Sabe-se que a ocupação da cana é agressiva, substituindo outras culturas em regiões repletas de pequenos produtores, que acabam arrendando as terras por valores que vão sendo diminuídos a cada renovação contratual. A cana é devastadora, toma conta de tudo. Arrancam-se árvores e derrubam-se currais. É difícil localizar as pequenas propriedades rurais em meio a floresta de cana que se forma além das porteiras. Mesmo querendo, os pequenos produtores não conseguem retornar às suas terras por falta de recursos para recuperar o que a cana destruiu e, com o tempo, se instalam em definitivo nas cidades, atuando em empregos de baixa remuneração, inchando ainda mais a periferia dos centros urbanos.

Há que se lembrar que as comunidades rurais tradicionais têm seu próprio ritmo produtivo bastante influenciado pela natureza, por suas vivências, pelos seus saberes e práticas. Nesse aspecto, Santos corrobora o seguinte depoimento:

Estabelecendo vivências com o cotidiano das comunidades rurais do cerrado mineiro, procurei ouvir os produtores e através dos seus falares fui descobrindo técnicas, saberes e relações “complexas” baseadas em valores e tradições camponesas, mediante as quais os produtores procuram assegurar a sua reprodução social, bem como suas relações com a natureza e com a comunidade. Esses valores envolvem a cultura camponesa e, principalmente, os seus acordos comunitários (2003, p. 136).

Próximo aos modos de vida das comunidades rurais tradicionais de Iraí de Minas (Triângulo Mineiro), onde o autor estudou “a dimensão cultural das paisagens rurais do cerrado

mineiro”, percebe-se que situação semelhante ocorre em outros espaços rurais mineiros e goianos. Muitos desses espaços rurais estão sendo ‘invadidos’ pelo contínuo avanço da cultura da cana e, como resultado desse avanço, muitos proprietários rurais têm recorrido ao arrendamento de suas terras. Novas formas de organização social e territorial são impostas às comunidades tradicionais rurais que não são capazes de melhorar as condições de vida e de trabalho desses produtores. Nesse sentido, o autor ainda esclarece:

(...) as metamorfoses anunciadas com o arrendamento de terras não podem aparecer como capazes de promover estratégias comunitárias para os seus problemas de reprodução, pois o arrendamento em si tende ao esvaziamento das unidades de produção familiar, à degradação ambiental e social. Esta é uma situação social nova, em que os produtores rurais tradicionais não conseguem administrar as imposições advindas de uma cultura técnica trazida pelas grandes lavouras e cuja manifestação mais concreta é a possibilidade de o produtor tradicional também se constituir em um rentista (Op.Cit. p. 152).

Essa ‘nova condição’ do produtor tradicional rural como rentista lhe oferece possibilidade de rendimento com a terra prescindindo das formas de produção agropecuária tradicional. Entretanto tal processo faz com que o produtor tradicional se torne dependente do capital agroindustrial da cana, ficando cada vez mais ‘ilhado’ de suas antigas relações produtivas e sociais.

O equilíbrio biossocial há muito existente no meio rural sofre bruscas transformações com o advento da expansão da cana-de-açúcar para atender as demandas de produção das usinas sucroalcooleiras. Do lado do pequeno produtor, do camponês, tal processo implica a perda da terra e a necessidade de migrar somente com a força de trabalho que possui. Isto porque, “na relação entre as transformações da paisagem e a metamorfose do camponês, descobriu-se, no elemento humano que vai viver essa homogeneização das lavouras no cerrado, as origens de sua tradição camponesa, em que produzir os meios de vida implicava o acesso à terra” (SANTOS, 2008, p.136).

Isto porque, a terra é o que liga os meios e os modos de vida do camponês ao seu lugar – terra – territorium. A terra, seu espaço de produção, trabalho e de vida, não obstante as ‘forças’ que regem o mundo rural, tem no ser camponês – na campesinidade¹ - no seu *modus vivendi* não apenas a ética e a identidade camponesa, mas também a cumplicidade e afetividade entre as famílias de uma comunidade rural tradicional com a terra e a coletividade. Com as transformações advindas pela monocultura da cana, essas relações são modificadas. A honra, a hierarquia e a reciprocidade que norteiam as relações sociais das comunidades rurais são aos

¹ A categoria campesinidade é tratada a partir da perspectiva adotada por Bourdieu (1962), mais tarde trabalhada por Woortmann (1988) que, em síntese, entendem que a condição camponesa, os valores camponeses, os esquemas de percepção e as metáforas práticas da vida são elementos que caracterizam o ‘jeito de ser’ camponês. Trata-se de um valor, de uma cultura internalizada e que acompanha os indivíduos em sua trajetória, além do espaço rural. Expressa-se nas noções de *habitus* e na *hexis* corporal, ou seja, na dimensão da história internalizada, na história feita pelos indivíduos.

poucos quebradas ou bastante diminuídas. São lógicas sociais e de comportamento que são alteradas, tornando-se difusas e pouco frequentes em espaço antes formando por camponeses que viviam pela e da terra. Isso nos remete ao que lembra Carlos Rodrigues Brandão sobre a ética da campesinidade, que pode ser traduzida e lembrada pela cultura popular e pela literatura como o *ethos* camponês. O autor explica sobre este modo de vida e de sociabilização da seguinte forma:

Essa idéia de que a gente pode viver uma vida inteira num lugar onde todo mundo é pobre, mas onde ninguém passa fome. E não que todo mundo produza, mas porque, tal como os índios, descobrimos maneiras de fazer com que o essencial circule entre nós sem precisar ser comprado, vendido ou acumulado. A própria acumulação é um valor identificado historicamente com a chegada do outro (BRANDÃO, 2004, p. 126).

São lógicas diferentes atuando em espaços comuns. A chegada 'do outro', as usinas sucroalcooleiras, traz um novo tempo e metamorfoseia o espaço de vida das comunidades tradicionais rurais que, cada vez, mais têm individualizado as famílias com novos arranjos produtivos e de trabalho. O que tem ocorrido, com frequência, é o arrendamento de parte ou de toda a propriedade para o cultivo da cana. Essa nova prática modifica o cotidiano dessas pessoas e encerra uma nova dinâmica espacial. Muitos se tornam empregados nas usinas, complementando a renda da família. As relações comunitárias perdem o potencial agregador das famílias, vulnerabilizando-as social e culturalmente.

Questiona-se: até quando os produtores tradicionais rurais conseguirão sustentar suas territorialidades ante o avanço demolidor da cana impulsionada pelo capital e mantida pela combustão de altos lucros? Em que medida o desenvolvimento e crescimento econômico de uma região provocam vários processos de desterritorialização dos modos de vida tradicional do campo? O que se tem visto nas regiões de expansão da cana como o sudoeste e sul goiano e também no Triângulo Mineiro são famílias desterritorializadas pelo cultivo da cana – de – açúcar em grande escala e a dinâmica produtiva das Usinas, trazendo um novo tempo com novas formas de apropriação e reprodução espacial. Os processos (movimentos) de desterritorialização e reterritorialização², efetuados pelos produtores rurais impõem uma nova lógica local para os modos e meios de vida num contexto espacial adverso, movido pelas usinas sucroalcooleiras e pelo grande capital empregado nessa atividade. Julgamos importante analisar como se dão essas novas territorialidades, bem como as formas que são representadas pelos pequenos produtores que têm seu lugar removido e/ou modificado pela atividade açucareira e como esses processos estão sendo inseridos no seu dia a dia.

O que temos observado, nas áreas de estudo da região do Triângulo Mineiro e Sul Goiano, é emergirem espaços que estão sendo territorializados pela cana modificando a paisagem nas

² Os termos *desterritorialização*, *reterritorialização* e *territorialização* são processos migratórios pertinentes à categoria *território* entendidos na perspectiva humanista e cultural da Geografia, priorizando a dimensão simbólica e subjetiva do território, resultado da apropriação / valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido (HAESBAERT, 2004).

propriedades rurais. Nelas, as famílias buscam se adequar às novas situações impressas no cotidiano rural. Nas entrevistas, nos encontros, nas trocas, nas conversas, na observação de suas rotinas conseguimos ouvir o que dizem de suas vidas, de seus espaços, de seus lugares, de sua casa. São pessoas revestidas de uma vivência cultural rural que lhes é peculiar: a fala lenta e compassada, a forma viril de trabalho, mesmo em meio a intempéries, a disponibilidade em falar sobre tempos já idos do seu lugar e a disposição para a labuta diária, apesar de não compreender, ao certo, as reais implicações desses novos tempos e movimentos empreendidos pelos usineiros, atores sintagmáticos. A casa, o lar representa bem outro tempo e outro espaço distinto das usinas. Nela, a família ainda é preservada mesmo na ausência de entes queridos; os retratos ainda nas paredes mostram que o lugar fora antes dos pais e/ou dos avós. Não obstante, a chegada da cana até seus quintais provoca um desenraizamento espacial e cultural, de suas raízes familiares e de sentimentos de pertença. Para esclarecer, o seu contrário, enraizamento, pode ser entendido como concebe Simone Weil (1943, p. 411 apud BOSI, 1996):

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro (grifo nosso).

O enraizamento indica relação, fixação do homem ao “seu chão”, à sua terra, às suas relações sociais e culturais. Pressupõe,

também, a participação de um homem entre outros, em condições bastante determinadas socializadas e espacializadas. O homem enraizado participa de grupos que conservam heranças do passado. Em outros termos, dir-se-ia: “a participação social do homem enraizado está assentada em meios onde recebe os princípios da vida moral, intelectual e espiritual que irão informar sua existência” (FROCHTENGARTEN, 2005 p. 4). Sabe-se que essa participação advém do lugar de nascimento, da casa em que se cresceu, da vizinhança e dos laços familiares que amarraram as primeiras relações sociais e afetivas.

A noção de desenraizamento relaciona-se a problemas no âmbito cultural, porque provoca impedimentos de ordem prática nos processos materiais e imateriais, por isso, também políticos: prejudica a reunião entre os homens, sua comunicação com o passado e seu campo de iniciativas. São condições que desfazem o laço de comunicabilidade entre as experiências vividas num mesmo contexto social e temporal. Prevalece uma modalidade de vivências marcadas pelo isolamento, em que as lembranças se limitam ao âmbito de uma história pessoal, perdendo-se as imagens, os símbolos, os significados, as lembranças e as memórias construídas coletivamente.

Em outras palavras, o apreço pela terra, pelos animais, pela vegetação original das matas de reserva e matas ciliares, pela plantação (policultura de subsistência e comercial em pequena escala) aparece forte na fala e nos sentimentos desses sujeitos que vivem da e pela terra, quando enfocamos a invasão da cana que chega até suas casas, desterritorializando-os de suas vidas e de seus espaços. Sentimentos de abandono, de fragilidade, de

perda são demonstrados com certo grau de revolta pela fragilidade em se contrapor à forte (e rica) tecnologia produtiva da agroindústria sucroalcooleira. Esta avança rapidamente para dentro dos lugares rurais, chega às porteiras de forma ameaçadora e voraz. O ‘consumo’ do espaço e dos lugares pelas usinas ‘territorializam’ os espaços de vivência, da família, dos vizinhos, da horta, dos animais transformando o espaço rural num mar de cana (ou deserto de cana?). O que se vê são imensas paisagens homogêneas em tons de verde, pastos secos pós colheita ou ainda enormes áreas queimadas – fato comum em certas épocas do ano nos canaviais. Nem de longe lembram o espaço rural – da casa, do lar, do quintal, do rego d’água – das fazendas de antes, em outros tempos no mesmo espaço!

Considerações pouco conclusivas: impactos da cana - entre lucros e perdas

Temos falado em perdas espaciais, humanas e culturais dos pequenos produtores rurais ante o avanço da monocultura da cana nas áreas tradicionalmente voltadas à agricultura e pecuária em pequena escala. Mas, para além dessas perdas, somam-se impactos ambientais, econômicos e sociais provenientes de atividades agrícolas que dependem de fatores pouco controláveis como chuvas, temperaturas e ventos que são difíceis de quantificar e precisar. Outros danos, que podem ser presumidos, estão relacionados à perda de solos, produção de gases, erosão genética e contaminação de águas subterrâneas com fertilizantes ou pesticidas na produção extensiva da cana – de - açúcar. Em muitos casos, os piores impactos ambientais na agricultura são invisíveis aos olhos da população, dos

consumidores e dos próprios agricultores (MACHADO E HABIB, 2009).

Mesmo tendo claro, na resolução nº 1, de 23 de setembro de 1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece, em seu Artigo 1º e, "para efeito desta resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- as atividades sociais e econômicas;
- a biota (conjunto de seres vivos reunidos em um determinado habitat);
- as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- a qualidade dos recursos ambientais".

Estaria o processo de produção das usinas sucroalcooleiras livres desses impactos ambientais e sociais e concatenadas com as disposições legais que tratam do tema? Em resumo, a cana-de-açúcar ocupa hoje por volta de 6,5 milhões de ha de terras, o equivalente a 1,5% dos solos cultivados do Brasil, caracterizando um sistema de monocultivo que tem especial significado econômico e social para o país. O país produz por volta de 370 milhões de toneladas de cana por ano, o que equivale a 27% da produção mundial. Nos últimos anos, o mercado cresceu, exigindo, dessa forma, planejamentos estratégicos e mudanças de tecnologia para garantir uma alta produtividade, competitividade e harmonia com as questões ambientais, é o que objetivam as metas do plano de zoneamento

ecológico para o cultivo desse tipo de cultura. Em média, 55% da cana brasileira são convertidas em álcool e 45% em açúcar. As receitas em divisas estão variando entre US\$ 1,5 a 1,8 bilhões por ano, representando cerca de 3,5% do total das exportações brasileira, conforme Machado e Habib (2009).

Sabe-se que, para elevar a produtividade e controlar as pragas na cultura da cana, emprega-se o uso de inseticidas para os insetos e de herbicidas para as ervas indesejáveis. Esses produtos, além de elevar o custo da cultura, apresentam persistência prolongada no ambiente, podendo eliminar partes significativas de populações de organismos benéficos, e, ainda, serem levados pelas águas das chuvas, pelo processo de lixiviação, para mananciais aquáticos, podendo contaminar peixes e outras espécies de seres vivos. Há de ser ressaltado o efeito das queimadas da cana-de-açúcar, que são corriqueiras na maior parte das regiões produtoras, e que têm por objetivo a limpeza do terreno para facilitar a mão de obra para o corte, por ocasião da colheita. Um bom trabalhador consegue cortar, em média, doze toneladas por dia, contra seis toneladas, quando a cana não é queimada. Essa prática agrícola tem sido, no entanto, bastante polêmica, pois seu uso gera uma série de problemas para o meio ambiente e para as populações que residem em áreas urbanas próximas de plantações de canaviais. Outro ponto importante é a produção da fuligem, uma substância escura produzida no momento da combustão, que provoca a liberação do monóxido de carbono que é altamente tóxico que causa, em alguns casos, irritações no aparelho respiratório do homem e de certos animais.

Uma pesquisa do Departamento de Produção Vegetal, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - ESALQ - USP, Piracicaba/SP mostra que a colheita mecanizada da cana-de-açúcar, sem a queimada da palhada, reduz o impacto ambiental e ajuda na eliminação de ervas daninhas do canavial. A colheita mecanizada deixa, como subproduto, de 10 a 15 toneladas de palha picada por há, que pode ser utilizada como fonte de alimentos para animais ou como combustível na cogeração de energia para as próprias usinas e destilarias. No entanto, apesar de vantagens ambientais, traz sérios impactos sociais. Cada colheitadeira substitui, em média, o trabalho de 80 a 100 homens por dia, além de poder trabalhar durante 24 h, o que tem ocasionado uma diminuição na demanda da força de trabalho nas áreas rurais voltadas para o cultivo da cana, gerando, desta forma, inúmeros desempregos.

Diversos e não poucos são os problemas advindos do cultivo da cana em grande extensão. O discurso do desenvolvimento escurece o cotidiano nos canaviais e expõe a pobreza e insegurança, além da perda da terra, milhares de pequenos produtores rurais, de camponeses historicamente construídos. É o retrato de um país recortado, territorializado, moradia de milhares de despossuídos de suas próprias terras! Uma economia que aumenta o PIB a cada ano, mas não consegue diminuir a pobreza extrema em muitos espaços no campo e na cidade; país que se abre ao 'mundo global' e fecha as portas aos trabalhadores rurais 'não qualificados' que são desterritorializados e 'levados' para o mercado de trabalho informal; uma política de indiferença com os diferentes marginalizados negros, pobres, camponeses – pequenos produtores rurais que ora representam entraves para o

desenvolvimento econômico local e regional via agroindústria sucroalcooleira.

Em outro momento, dissemos que o espaço rural territorializado pelo complexo agroindustrial da cana se tratava de um espaço singular, conflituoso e heterogêneo, que se configura num “fenômeno sociocultural da realidade e reprodução da vida cercada do doce amargo da cana!” (SANTOS e SILVA, 2010, p. 7 – II AMPEGE REGIONAL – 2010). Esta sensação de fragilidade e desprezo foi identificada na fala dos sujeitos do lugar que persistem e buscam alternativas de continuação da vida em meio aos revezes e dificuldades de convivência com as usinas. E os outros que saem, fogem ou que são ‘expulsos’ do seu lugar? - São deslocados pelo processo de desterritorialização / desenraizamento – movimento pelo qual se abandona o território. É a operação da linha de fuga para outro lugar. Inicia-se novo processo, a reterritorialização, que configura o enraizamento e a construção de um ‘novo’ território na esperança de construir ali um outro lugar. No primeiro movimento, os sujeitos são desterritorializados; no segundo, eles se reterritorializam com novos agenciamentos técnicos, de corpos, de trabalho numa re-configuração socioespacial e cultural. Em nenhum momento, tal processo se dá sem perdas e de forma pouco dolorosa para os trabalhadores rurais tradicionais. Em muitos casos, eles deixam de ser camponeses para ser ‘operários’ nas usinas e canaviais.

Num rápido exercício de refazer o caminho que trilhamos até agora, as questões parecem as mesmas desde os processos de colonização e organização do território brasileiro até os tempos pós-modernos e de economia globalizada de hoje, a pergunta é

repete-se: O espaço de uso, o espaço de vida... são territórios de quem e para quem? O valor do espaço está na sua produção territorial ou na consciência de sua existência real (ideal)? Parece-nos que o espaço é esse amálgama, palco de lutas, jogos de poder, disputa de interesse ante às suas funcionalidades / finalidades (recursos). Entretanto esse mesmo espaço, também território, é resultado de diferentes formas de identidade / identificação / pertencimento por meio de construções subjetivas e culturais (simbólicas) dos grupos sociais.

Do espaço da técnica, da racionalidade até os espaços do cotidiano banal, passando pelo território (usado ou construído), que adquire forma e valor dependendo do seu contexto socioeconômico e cultural, até chegar ao lugar, habitat primeiro e último do ser humano, estão, de certa forma, imbricados com dimensões germinadas ou não. Parece que a partir da lógica espacial - global e local - “num processo dialético, estes espaços tanto se associam quanto se contrariam. É nesse sentido que o lugar defronta o Mundo, mas também o confronta, graças à sua própria ordem” (SANTOS, 2008, p. 166). Nem somente se debatem na relação universal, tem-se o embate também em nível continental, nacional, regional, territorial e até pontual; entretanto, seja qual for a hierarquia de análise, serão identificadas ações dos atores sociais ‘hegemônicos’, como também dos ‘hegemonizados’, definindo posições, territórios e poder.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. F. R. de. **A ilusão de desenvolvimento:** nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK. Ed. Edusc. UFSC. Florianópolis, 2006.
- BECKER, B. K; EGLER, C. A. G. **Brasil:** Uma Nova Potência Regional na Economia – Mundo. Editora Bertrand Brasil – 4ª ed. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. A Geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável In: CASTRO, I. E. de (Org.); GOMES, P. C. da C. (Org.); CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia:** conceitos e temas. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1995.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade:** lembranças dos velhos. Companhia das Letras. 3 ed. São Paulo, 1996.
- BRANDÃO, C. R. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. In: OLIVEIRA, A. U. de (Org.); MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo do século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. Editora: Casa Amarela e Paz e Terra. São Paulo, 2004.
- CLAVAL, P. O Papel da Nova Geografia Cultural na Compreensão da Geografia Humana In: ROSENDAHL. Z. (Org.); CORRÊA, R. L. (Org.). **Matrizes da Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001

_____. Do olhar Geográfico do Geógrafo a Geografia do olhar dos outros. **Conferência proferida na abertura do Evento do NEPEC** – Rio de Janeiro, 2002

CARMELINI, J. U. **Regiões competitivas do etanol e vulnerabilidade territorial no Brasil**: o caso emblemático de Quirinópolis, GO. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução sobre Impactos Ambientais. Disponível em: www.conama.resolucao.gov. Acessado dia 23 de set. de 2011.

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ. **Cadernos de Agricultura**: A Cana-de-açúcar e sua expansão nos cerrados. Disponível em: www.esalq.usp.gov. Acessado dia 02 de out. de 2011.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DE GOIÁS. **Estudos agropecuários em Goiás**: A cana-de-açúcar no cerrado goiano. Disponível em: www.sistemafaeg.com.br. Acessado dia 02 de nov. de 2011.

FROCHTENGARTEN, F. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos Avançados**. Vol.19 – Nº. 55. São Paulo, 2005

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim “dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004.

_____. Geografia, Ensino, Pesquisa e Metodologia In: **Entrevista à Revista Expressões Geográficas**. UFSC. Florianópolis, 2009.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Caderno de Informações Econômicas** Disponível em: www.iea.sp.gov.br. Acessado dia 26 de out. de 2011.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. A expansão da Cana – de – Açúcar em Goiás por: Alexandre Alves dos Santos – Artigo em Cadernos especiais – 17/10/2010. Goiânia, 2010.

MACHADO, L.A.; HABIB, M. Perspectivas e impactos da cultura de cana-de-açúcar no Brasil. **Revista Infobios**. Disponível em: <http://www.infobios.com/Artigos>. Acessado dia 10 de jul. de 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática, São Paulo, 1993.

REVISTA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. O triângulo mineiro e a produção sucroalcooleira. SOBER - Vol. 1. Brasília – DF, 2001

SANTOS, M. **Espaço e Método**. HUCITEC, São Paulo, 1985

_____. **Da totalidade ao lugar**. Editora Edusp. 1ª Ed./1ª reimpressão. USP. São Paulo, 2008.

SANTOS, R. J. A dimensão cultural das paisagens rurais do cerrado mineiro in: ALMEIDA, M. G. De (Org.); RATTTS, A. J. P. (Org.). **Leituras Culturais**. Ed. Alternativa. Goiânia, 2003.

_____. **Gaúchos e Mineiros do Cerrado: Metamorfozes das diferentes temporalidades e lógicas sociais**. Edufu. Uberlândia – MG, 2008

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. Série Geografia em Movimento. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2007.

SILVA, A. M; SANTOS, R. J. **Resíduos do saber – fazer local num espaço – tempo tecnológico das usinas sucroalcooleiras: resistências ou existência sociocultural?** Encontro Regional da Anpege – UFU – Uberlândia – MG, 2010.

WEIL, S. O desenraizamento operário. Em A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Antologia organizada por Ecléa Bosi. 2.ed. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1996.

WOORTMANN, K. **Com Parente não se neguceia: O Campesinato como Ordem Moral**. Brasília: UNB, 1988.

OS TERRITÓRIOS DOS PRODUTORES LOCAIS DE UBERABA-MG E A EXPANSÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO³

Ricardo da Silva Costa
Rosselvelt José Santos

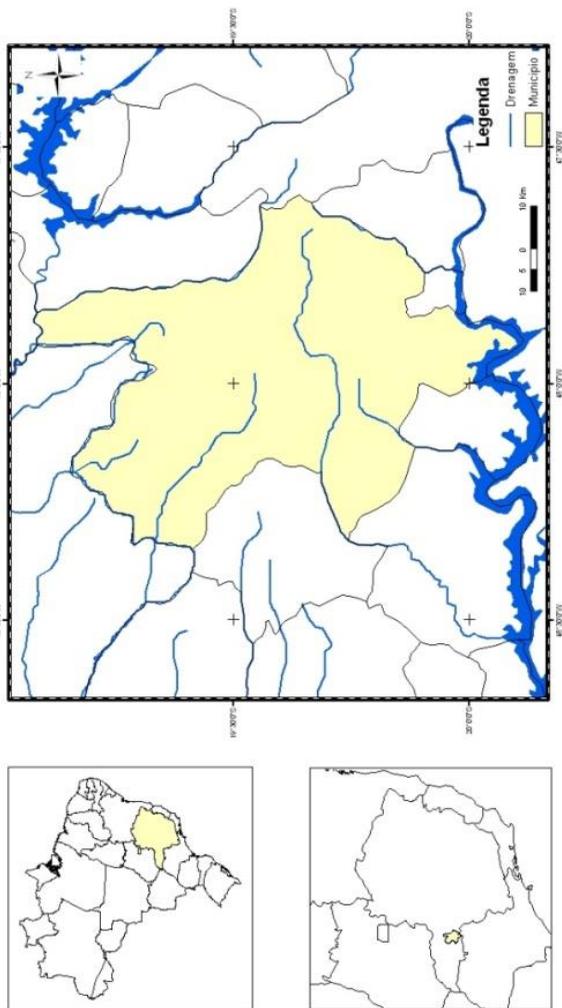
Introdução

Uberaba é um município brasileiro do estado de Minas Gerais, localizado na região do Triângulo Mineiro (mapa 1), com uma área de 4.524 Km². Sua população, segundo o IBGE 2010, é de 296.000 habitantes.

O município de Uberaba possui oito núcleos de desenvolvimento (bairros rurais). Na pesquisa de campo, em um primeiro momento de observação e descrição das transformações socioespaciais, fomos aproximando-nos da comunidade rural de Baixa, a qual está situada a 20 km da sede do município de Uberaba.

³Apoio CNPq projeto 2010/ HUM 019.

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



No início da década de 2000, é retomada a política de investimentos no setor sucroalcooleiro. Contextualizando a ação do estado, compreende-se que ela ocorre em um período de crise energética em que o governo federal busca, no próprio território nacional, a autossuficiência no setor de combustíveis. Os investimentos na região variam de 500 a 800 milhões de reais para cada Usina instalada, dessa maneira, há uma média de investimentos na ordem de 650 milhões para cada unidade. Também há usinas em processo de instalação, cujos investimentos não estão quantificados, ou disponíveis. Estima-se que cerca de 15 bilhões de reais já foram investidos na região do Triângulo Mineiro, somente com as Usinas em funcionamento, e que tais investimentos se multiplicam a cada safra, devido aos pagamentos e novos arrendamentos.

Atualmente (2011), o Triângulo Mineiro possui vinte e três usinas produzindo álcool (álcool Anidro e álcool Hidratado), açúcar, energia elétrica e outros produtos que compõem os derivados da cana. Nosso enfoque territorial foi o Município de Uberaba, o qual sofre, especialmente na área rural, um rearranjo espacial após a chegada das grandes lavouras de cana-de-açúcar e das novas usinas.

É importante ressaltar que as lavouras de cana-de-açúcar, no município de Uberaba, não se constituem como uma cultura nova, pois a cana está sendo cultivada há mais de 30 anos na região, embora nessas três décadas de cultivo, a cana venha intensificando os conflitos a partir da expansão ocorrida na década de 2000. Os conflitos já existiam, principalmente por conta dos grandes capitais, ou monoculturas que se inserem no espaço. A cana é um novo elemento, com poder de negociação

maior e com o respaldo do Estado para promovendo a dinâmica, sócio espacial no município.

Nesse momento, o município de Uberaba possui duas usinas em funcionamento. A Usina Uberaba S/A. produzindo álcool, açúcar, e energia elétrica e a Companhia Energética de Açúcar e Álcool Vale do Tijuco Ltda. Este último empreendimento entrou em funcionamento em meados do ano de 2010 e produzirá, na sua primeira safra, apenas álcool e energia elétrica. Contudo, ao realizarmos trabalhos de campo, constatamos que o município abriga as lavouras de cana de uma terceira usina. Trata-se de áreas cultivadas com cana-de-açúcar para atender às demandas da usina Caeté, localizada no município de Delta/MG.

Verificamos que, para uma usina produzir álcool e açúcar, ela precisa comprar e arrendar terras até formar, em média, uma área de 30 mil hectares. Como o município de Uberaba abriga lavouras de três usinas, totalizando aproximadamente, 90 mil hectares de cana, compreendemos que essas lavouras estão chegando aos redutos camponeses, notadamente nas terras de fundo de vale.

Diante dessas situações, problematizamos sobre a condição dos camponeses, ou seja, em que áreas eles vão produzir? Será possível sobrar área para esses produtores rurais continuarem na terra, produzindo gêneros de primeira necessidade? Como se resolvem ou não se resolvem os estranhamentos? Essas preocupações também decorrem do fato de que, no município, existe ainda uma pecuária de alto valor genético e econômico que dificilmente vai abrir mão das suas áreas de pastagem. Diante desse possível jogo de interesses, fomos nos

aproximando cada vez mais dos produtores tradicionais de leite e procuramos identificar e analisar a sua real condição sócio-espacial e se de fato estão sendo engolidos, pelas grandes lavouras de cana-de-açúcar.

Diante dessa problemática, nossa área de estudo ficou sendo uma comunidade que sofreu mudanças territoriais, com a expansão da cana-de-açúcar. Nela, procuramos analisar os processos de transformação do modo de vida e as suas territorialidades. Segundo Raffestin,

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993, p-158).

A comunidade do Baixa é um lugar rural constituído, em sua maioria, por produtores de gado leiteiro com suas instituições e modos de vida característicos do Cerrado Mineiro. No contexto da expansão das grandes lavouras, a comunidade vem sofrendo profundas modificações no espaço, com implicações na (re)organização territorial das propriedades rurais, nos usos das instituições por parte dos novos sujeitos que chegam com a cana, sendo sobretudo impactada, nesse processo, a escola. Os filhos dos trabalhadores, os períodos de migração pendular, as diferentes culturas e o desenvolvimento dos planos educacionais dos diferentes lugares contribuem para uma situação de rompimento nos planejamentos escolares desses lugares. Como medida para minimizar esses impactos, algumas escolas adotam

calendários singulares, condizente com as imposições da cana-de-açúcar.

Com a chegada das grandes lavouras, observamos que a cana-de-açúcar penetrou fundo na vida da comunidade. As paisagens empoeiradas, o trafego de enormes caminhões, as queimadas e a presença de trabalhadores temporários são algumas das alterações que geram desconforto para as pessoas viverem nestes lugares.

Segundo Heidrich, o território é, antes de tudo, uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação (HEIDRICH, 2004, p-39). No caso em estudo, o espaço encontra-se profundamente alterado, as territorializações, mediante o otimismo do capital sucroalcooleiro e dos donos de terra em produzir cana-de-açúcar, impactam, de maneira significativa, mormente nas comunidades rurais.

O artigo foi desenvolvido abrangendo dois momentos. Na primeira parte, caracterizamos a área de estudo, envolvendo o município de Uberaba e uma comunidade tradicional analisada. Em um segundo momento, discutimos sobre os processos territoriais e territorialidades observados na comunidade. No conjunto, analisamos os produtores rurais tradicionais; como eles convivem com a cana-de-açúcar; como é, no seu cotidiano, a elaboração de estratégias para existirem em seus territórios por meio da criação de novas territorialidades.

Na realização da pesquisa, utilizamos os recursos técnicos do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo, bem como o

acervo da biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia. Nesses espaços, procuramos suprir as necessidades teóricas e metodológicas. No campo, fomos aos lugares vividos dos pesquisados e procuramos observar as transformações sócio-espaciais e, comparativamente com a teoria, fomos estabelecendo discussões a respeito do território, da paisagem, dos modos de vida.

Quanto às leituras e interpretação da paisagem, consideramos o quanto as suas formas poderiam revelar as identidades dos produtores tradicionais do município de Uberaba. Neste sentido, “a paisagem encontra-se, algumas vezes valorizadas por si mesmas: deixa de ser somente uma expressão da vida social, toma uma dimensão estética ou funda a identidade do grupo.” (CLAVAL, 1999, p-295).

Para viabilizar os estudos comparativos e analíticos da paisagem, modo de vida e das transformações territoriais, a pesquisa de campo teve, como procedimento metodológico, a realização de roteiros de observação, os quais foram construídos para considerar o antes, o durante e o depois. Além de conhecer o processo de formação das grandes lavouras, permitiu-nos acompanhar o ciclo de algumas atividades camponesas, como é o caso da horticultura.

No campo, também valorizamos as relações sociais comunitárias, o envolvimento dos sujeitos sociais com as coisas e as pessoas dos lugares e, ainda, as estratégias e arranjos produtivos decorrentes de valores humanos, costumes, hábitos e tradições. Desse modo, a leitura sobre a vida cotidiana contemplou o lugar vivido das pessoas, pois, como explica

Santos (2009, p. 127), “a vida cotidiana abrange várias temporalidades simultaneamente presentes, o que permite considerar, paralela e solidariamente, a existência de cada um e de todos, como, ao mesmo tempo, sua origem e finalidade”.

Com o objetivo de manter o pensamento informado sobre a expansão das lavouras de cana-de-açúcar na região, também foi realizada uma revisão teórica sobre os impactos da expansão dessa lavoura e suas implicações sobre o território dos produtores tradicionais do espaço rural do município. As leituras teóricas e empíricas, abordando os modos de vida, nos ajudaram na identificação das características do sujeito social que passou recentemente a conviver com os canaviais em sua comunidade tradicional. Esse trabalho nos possibilitou identificar suas formas de produzir, revelando algumas especificidades e também elementos da cultura, do simbólico que constituem as suas territorialidades e formas de organização sócio territorial.

Considerando as etapas do caminho metodológico, na relação com a comunidade rural, incorporamos a categoria modo de vida, pois, de acordo com Penzin (2001),

Os modos de vida supõem o reconhecimento da existência de uma multiplicidade de possibilidades de experiências coletivas e individuais [...] Os modos de vida seriam efeitos reveladores de uma multiplicidade de vetores históricos, econômicos, culturais e psíquicos [...] Por isto mesmo, estão em constante mobilidade e permanente transformação. (PENZIN, 2001, p. 15-18).

Ao estudarmos os modos de vida, foi possível decifrar e compreender as relações sociais, os arranjos e as estratégias de convívio com o diferente, revelando, em alguns contextos da vida cotidiana a dinâmica da comunidade estudada.

O trabalho de campo, no município de Uberaba, assume importância para o pesquisador na medida em que se pode colher informações, algumas que residem na memória dos sujeitos sociais, que podem indicar novidades, pois, de acordo com Santos, R.J (1999),

[...] o trabalho de campo, vai além da coleta de dados para desenvolvermos uma pesquisa comprometida com a realidade das populações, vista que será também um esforço acurado do pesquisador em lapidar esse diamante, que é a memória das populações em relação ao vivido. Esse procedimento exigirá dos pesquisadores um respeito radical pelos modos de sentir, pensar, agir e reagir do outro. (SANTOS, 1999, p.117).

No campo, fomos cuidadosos, nos questionamentos e nas descrições das paisagens do lugar, buscando, nesse procedimento, compreender as dinâmicas sociais dos produtores tradicionais do município de Uberaba. No trabalho de interpretação da realidade, dedicamo-nos a explicitar como se dão as manifestações sociais e como representam as demandas desse sujeito social no lugar.

A Comunidade do Baixa e o Lugar das Lavouras de Cana

Nesse lugar, a cana que existe no entorno fomenta todo um complexo produtivo que rearranja, a partir do transporte da produção até a usina, o espaço e, dentro dele, reações que vão redefinindo os sujeitos sociais e suas posições políticas

A comunidade do Baixa, antes, era chamado de distrito, depois passou a ser chamado de bairro rural e, hoje (2011), é denominado de núcleo de Desenvolvimento. O lugar comunitário foi fundado muito antes da chegada das usinas de álcool e açúcar. Por intermédio de doação de terras para a construção da Capela católica, o povoado foi se formando com construções de casas no entorno do espaço sagrado. Atualmente, os moradores são, ou foram, pequenos produtores rurais. Também identificamos um grupo de aposentados que saíram da cidade de Uberaba e lá fixaram residência, alegando que a escolha decorre da tranquilidade e da calma que ali encontraram.

Nessa comunidade, observamos que os vizinhos se visitam, se relacionam quando eventos ocorrem na capela. Como de costume, nutrem entre si relações de ajuda mútua, nutridas por redes sociais de parentesco, amizades e, em certa medida, de orientação religiosa. De acordo com SANTOS (2009) et al,

[...] as relações entre vizinhos definiram as condições de se obterem produção e produtividade, principalmente na pecuária e na subsistência, e neste processo geraram habilidades, técnicas e compromissos sociais mais ou menos territorializados nos domínios das suas respectivas

comunidades. (SANTOS, R. J.; KINN, M. G. 2009, p.58).

Nas relações de vizinhanças, quem mora ao lado ou faz parte das tais redes sociais torna as instituições Igreja e escola pontos estratégicos para espacializar as suas relações sociais, dando conteúdo às suas territorialidades.

Nessa comunidade, conduzimos as nossas visitas e reflexões considerando as suas instituições. Na perspectiva de identificar e compreender a existência, as reações dos moradores em relação à cana, nós fizemos vários trabalhos de campo em que constatamos que as pessoas estão preocupadas com as lavouras.

a cana atrapalhou bem o andamento da Comunidade do Baixa, pois, havia lavouras de grãos (soja, milho, arroz, feijão), pecuária e trabalho, e hoje só nos resta a casa para morar..... para poder trabalhar temos que ir para a cidade.....ficamos com muito medo que a cana acabe com a nossa comunidade, pois vem muita gente que não conhecemos para trabalhar nas lavouras.⁴

Percebemos, na fala dos moradores da comunidade, que o território sofre "invasões" com a chegada dessas novas pessoas para trabalhar nos canaviais, movimento que pode gerar a

⁴ Síntese das entrevistas obtidas na comunidade do Baixa – Uberaba MG – Outubro de 2010.

desterritorialização, pois muitos saem da comunidade e vão morar na cidade.

O estranhamento como problemática, que, inclusive, coloca como estereótipo do medo, a manutenção, a existência, ou mesmo a transformação do lugar a partir da implantação dos canaviais e de tudo aquilo que ele representa em termos de inclusão do novo, do diferente do indeterminado, já indica enormes angústias sobre o futuro da comunidade.

Na essência dessas manifestações, apresentam-se representações sociais da situação atual da comunidade do Baixa. Para os moradores, a presença dos canaviais trouxe também outras pessoas, o desemprego, o transtorno, a quase negação do lugar que eles tinham antes.

Percebemos também, nas falas dos entrevistados, que a insegurança associada à figura do migrante representa para os moradores uma ameaça, uma apropriação, pelo menos de partes, do espaço vivido. A chegada do “estranho”, como a chegada de novos grupos de pessoas para trabalhar na cana, representa desconfiança no outro. Neste caso, as afirmações de Bittencourt (2009), apesar de asseverar que “o medo do estranho não é uma novidade em nenhuma sociedade”, o sentimento de medo tem levado os moradores do Baixa a se manterem desconfiados. De acordo com Tuan (2005),

“as paisagens do medo são as quase infinitas manifestações das forças do caos, naturais e humanas. Ou seja, é tudo aquilo que o Homem constrói mental e materialmente a fim de controlar o

caos e descansar temporariamente de novos conflitos e dúvidas.” (TUAN, 2005, p. 12).

Compreendemos que o medo ocorre devido ao sentimento de perda do lugar ou dos sentimentos que nutrem as identidades e pertencas enraizadas na comunidade. Pois no imaginário dos moradores a chegada de centenas de trabalhadores representa a tomada do lugar pelo estranho. Neste sentido, a chegada do estranho representa para a comunidade uma ocupação do lugar. O medo não se manifesta nas vagas criadas pela Usina, mas, sim, na migração temporal em massa, cujos sujeitos não criam vínculo com o lugar e causam impactos nas relações e usos no espaço. Retira-se da comunidade a exclusividade do lugar.

*Na escola vem os de fora, já não são somente as nossas crianças. Então já é uma coisa nova. Na rua, nas estradas, já não é só o caminhão de leite, os carros que tão circulando, agora são esse bichão, cheio de cana.*⁵

Desse modo, a cana-de-açúcar traz aquele que pode tomar ou comprometer as funções do lugar e das suas instituições, a partir dos usos. Transformar os conteúdos sócioespaciais parece não ser aceito pelos moradores e pode ter relação com a mudança do cotidiano comunitário.

⁵Entrevista obtida em trabalho de campo em Outubro de 2010 – Comunidade Baixa - Uberaba/MG.

Segundo Lefebvre (1991):

O cotidiano não é um espaço-tempo abandonado, não é mais o campo deixado à liberdade e à razão ou à bisbilhotice individuais. Não é mais o lugar em que se confrontam a miséria e a grandeza da condição humana. Não é mais um setor colonizado, racionalmente explorado, da vida social, porque não é mais um “setor” e porque a exploração racional inventou formas sutis que as de outrora. O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: dominós da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planificada. (LEFEBVRE, 1991, p 81-82).

Ao observarmos os produtores tradicionais, ordenhando as vacas, alimentando-as, colocando-as nos pastos, para, depois, buscá-las para ordenhá-las, compreendemos assim as territorialidades do cotidiano, pois os produtores têm um ritual a ser cumprido todos os dias.

Outra situação que merece destaque é a preocupação com a questão do alto fluxo de maquinários agrícolas e de caminhões transportando cana-de-açúcar que trafegam no interior da comunidade. Segundo o entrevistado:

Os caminhão passava muito di pressa, as casa da gente balançava tudo, pensava agora a casa caí [...] eu tinha medo dos caminhãootropelá alguma

*criança, porque as criança brincava na rua, jogânu bola e andânu de bicicleta*⁶.

Percebemos, na fala do entrevistado, o medo dessa nova dinâmica territorial (inserção das grandes lavouras), pois se a comunidade não tomasse providências, possivelmente esse morador sairia da comunidade.

Como a comunidade reagiu reivindicando seus direitos, baseados naquilo que tinham antes, a tranquilidade; a solução encontrada foi à abertura de uma nova estrada. Com a construção de uma nova via, os caminhões não mais transitam pelo interior da comunidade. Com a preocupação de representar o reconhecimento do descontentamento da comunidade, bem como das medidas para minimizar o problema, a própria usina colocou uma placa proibindo o trânsito de caminhões, como se pode observar na foto 01.

Contudo, é necessário compreender que existem outras demandas que decorrem de diferentes condições, apontadas por diversos interesses sociais, políticos, econômicos, produtivos e reprodutivos dos produtores tradicionais. Para que os produtores tradicionais sejam mantidos no lugar, é imprescindível também resolver o problema do uso dos agroquímicos que acabam afetando a produção dos meios de vida desses produtores.

⁶ Entrevista obtida na comunidade do Baixa – Uberaba MG – Outubro de 2010.

Foto 01: Placa de advertência na entrada da comunidade do Baixa. Além da indicação de proibição de tráfego de maquinários nas ruas da comunidade, registra o envolvimento dos grupos econômicos com a demanda apresentada na comunidade.



Fonte: COSTA, 2010.

Representando a riqueza e o sentido da posição política da comunidade, parece que os grupos econômicos levaram em consideração a existência humana naquele lugar. Esse ato representa um conjunto de arranjos relacionados ao modo de usar o espaço e, de certa forma, serviu para acalmar os sujeitos sociais. Entretanto, a placa de proíbe, não esconde as imposições decorrentes das transformações do território.

O lugar e a vida no lugar

Entendemos que, com a chegada da cana-de-açúcar, ocorre uma (re)organização socioespacial, que gera os processos de territorialização, desreteritorialização, reterritorialização, e a formação de novas territorialidades ou metamorfoses das já existentes.

Além da problemática gerada depois da chegada da cana, é preciso analisar quais sistemas produtivos as grandes lavouras de cana-de-açúcar vão desarticular, bem como os impactos nos modos de vida dos produtores rurais tradicionais do município de Uberaba.

Antes do aumento das plantações de cana-de-açúcar, eram cultivados, no município de Uberaba, hortifrutigranjeiros, soja e milho, hoje (2011), grande parte da área que abrigava a produção daqueles produtos foi transformada em lavouras de cana-de-açúcar. Não foram apenas as plantações que perderam terras para cana, a pecuária também perdeu grandes extensões de pastagem. O que acarretou vários desconfortos para as populações residentes na comunidade do Baixa, pois essas mudanças nas paisagens⁷ geraram transformação do espaço vivido.

Em se tratando de transformação do espaço vivido, nos termos do mundo vivido (Butimer, 1984) e das estratégias que

⁷ De acordo com Santos (1999), “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.”

nele se fundamenta, Seabra apud Faria et al (2008) considera que:

É preciso circunscrever, prescrevendo as territorialidades, o que não se dá sem contradição: a formalização da exclusão, a não propriedade; O uso recusado, aquele que não cabe nas prescrições da propriedade, não se pode abolir. Assim recusado, o uso continua como ausência, exclusão da propriedade, e como conflito [...]. Nisso está o conflito, a insurgência do uso. (SEABRA, 1996, p.86).

Como as lavouras de cana não respeitam limites (principalmente simbólicos), a comunidade vê suas referências mudadas/alteradas, a estrada deixa de ser tranquila, agora enormes caminhões trafegam por ali.

Para compreendermos esses processos, partiremos do conceito de territorialidade. O qual possui é explicitado a partir de diferentes abordagens, estabelecendo combinações, materiais e simbólicas.

Segundo Saquet (2009), a territorialidade

[...] é entendida como valorização das condições e recursos potenciais de contexto territoriais em processos de desenvolvimento, o que pode ser traduzido numa territorialidade ativa, que pode ser concretizada através da organização política e do planejamento participativo. A territorialidade é um

fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar. (SAQUET, 2009, p.87-88).

A comunidade do Baixa mantém suas tradições e costumes mesmo em menor escala, pois muito dos produtores e moradores saíram da comunidade. Entretanto observamos que a comunidade ainda realiza terços nas casas dos moradores e as fazendas continuam produzindo alimentos para a subsistência (alguns produtos como leite, ovos e carnes).

Na perspectiva do poder, Sack (1989) apud HAESBAERT afirma que

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e dotamos de significados. (SACK apud HAESBAERT, 2005, p. 3).

Constatamos que a igreja torna-se essencial para manter a comunidade unida, pois é ali que os moradores se encontram e conversam.

Para Fernandes (2009), torna-se necessário destacar no conceito outros elementos. Por isso, o autor entende que “as territorialidades são as representações dos tipos de territórios”.

Na abordagem de Saquet 2006b,

O território e a territorialidade são produtos do entrelaçamento entre os sujeitos de cada lugar, destes com o ambiente e destes com indivíduos de outros lugares, efetivando tramas transescalares entre diferentes níveis territoriais. O território é uma construção coletiva e é multidimensional, com múltiplas territorialidades interagidas (poderes, comportamentos, ações). (SAQUET, 2006b, p-78, grifos do autor).

Percebemos a força que a comunidade cria quando está unida e organizada como certificamo-nos, na imagem 01, que eles conseguiram a mudança da estrada para o transito dos caminhões.

No conjunto dessas abordagens, sobressai a territorialidade como concretização das relações sociais em dado espaço, envolvendo os seus sujeitos, instituições, materiais e símbolos. Desse modo, compreendemos que a territorialidade é reconhecida na área de estudo, principalmente a partir das propriedades que se estabelecem na incorporação das relações econômicas e culturais que mantêm os produtores tradicionais no lugar.

Ao considerar o Território, Saquet (2007) entende que “O território aparece como ligação ao chão, enraizamento, anexação, fixação; a natureza não transformada”. Já Milton Santos argumenta que:

O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles que dele se utilizam. (SANTOS, 2004, p- 22).

Na escola, observamos os sujeitos que a constroem, não o espaço físico, mas, sim, o social fortalecendo-a e fortalecendo a comunidade.

Reforçando a ideia de Milton Santos sobre o conceito de território, o Haesbaert (2006) defende que “O território, de qualquer forma define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido”. Almeida (2005) compreende que “o território responde, em sua primeira instância, às necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam”. Neste contexto, Haesbaert (2005) afirma que “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. (HAESBAERT, 2005, p 6776).

A união da comunidade do Baixa é primordial na configuração do território. Entretanto pode haver territórios tanto amigos, quanto inimigos, sendo possível a ocorrência de conflitos e disputas.

No caso em estudo, o território dos produtores tradicionais, com a chegada das lavouras de cana-de-açúcar, sofre metamorfoses na sua constituição política, social, cultural, física, dentre outras. Com o advento/a implantação das usinas de álcool e açúcar, os produtores tradicionais perderam área. Identificamos conflitos dos produtores tradicionais com os representantes dos usineiros. Alguns desses conflitos ocorrem no reconhecimento de direitos de se viver no lugar sem ter que suportar as contradições ambientais trazidas com as lavouras de cana-de-açúcar. Mesmo que este conflito não seja tão transparente, os produtores em seus posicionamentos reivindicam o reconhecimento das suas demandas perante os usineiros.

Nos campos, percebemos que o processo de (re) territorialização ocorre quando os produtores tradicionais vendem ou arrendam sua propriedade para os usineiros e vão para novas regiões (regiões onde o valor da terra é menor, exemplo terras da Amazônia Legal). Conforme Saquet (2006),

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais, envolvendo diferentes lugares, setores e pessoas. Um território é apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais, sendo que estas relações são

internas e externas a cada lugar; é fruto das relações (territorialidades) que existem na sociedade em que vivemos e entre esta e nossa natureza exterior. (SAQUET, 2006, p 65-66)

O mesmo autor compreende que

A territorialização constitui e é substantivada, nesse sentido, por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais, plurais e estão em unidade. A territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das intensidades. (SAQUET, 2009, P-83).

Muitos dos produtores de Uberaba se (re)territorializaram no norte do país, onde conseguiram reproduzir seus modos de vida. Para os que preferiram ir para a cidade, ocorreu o processo de desterritorialização.

A desterritorialização, como processo, no caso da comunidade estudada, dá-se em decorrência das imposições do capital sucroalcooleiro. Os produtores tradicionais que conseguem obter renda com arrendamento, geralmente, os grandes proprietários, têm condições de comprar mais terras em melhores condições em outras regiões. Para o pequeno produtor rural, tradicional, no campo cercado pela cana, tendo que enfrentar os vários impedimentos e contradições socioespaciais,

continuar produzindo e existindo como produtor tradicional é, sem dúvida, um enorme desafio.

Contudo a permanência desse produtor é uma possibilidade que se constitui por meio de arranjos e estratégias que ele consegue elaborar na família, na propriedade e nas suas comunidades. Saquet (2007) entende a “desterritorialização, como mudança, transformação, separação, desligamento”, e que os processos de desterritorialização ocorrem em múltiplas esferas sociais.

Com os investimentos do setor sucroalcooleiro, os produtores tradicionais do Cerrado do município de Uberaba sofreram vários estranhamentos. Ocorre que, com a instalação das usinas de álcool e açúcar, inaugura-se um processo de arrendamento com novos sujeitos com interesses e recursos nunca vistos antes. Isso tudo acaba retirando as terras que estavam na mão de pecuaristas, camponeses e produtores de grãos, não raro, sem contratos, para os usineiros, agora, com contratos de longa duração. Devido a essa mudança, convalidamos que tem lugar o processo de desterritorialização dos produtores tradicionais.

Segundo Moreira (2009), “a reterritorialização passa a existir com a desterritorialização, ou seja, o fim de um pode ser o início de outro processo”, acredita que ainda “as reterritorializações processam-se mediante a existência de novas identidades que podem ser abordadas pela dimensão cultural contemporânea”

Assim, consideramos que a reterritorialização é a manifestação de ações que indicam reações de grupos sociais para reconstruírem sua história ou parte dela em algum lugar do

espaço. É a possibilidade dos produtores tradicionais se restabelecerem. No entanto nunca é do mesmo jeito, da mesma forma, pois o contexto socioespacial é outro e suas relações sociais, econômicas, religiosas, políticas, vão criando o novo território. Nele, o modo de vida vai se redefinindo.

O conteúdo sócioterritorial, revelado na análise sobre a expansão da cana-de-açúcar, coloca, além da necessidade de investigar as condições e o sentido da existência do produtor rural tradicional de leite, as possibilidades das forças sociais locais, da comunidade rural, de reivindicarem direitos sobre aquilo que eles criaram no espaço.

De modo inclusivo, as razões pelas quais as famílias, vão escrevendo um texto na paisagem que, ao mesmo tempo em que indica permanências de modos de vida específicos, revela os custos sociais que esse processo impõe aos moradores tradicionais desta parte do cerrado.

Desse modo, há várias tensões que não são resolvidas e que necessitam da ação ou mediação do Estado para que se viabilizem novos arranjos sociais ante as determinações dos grandes empreendimentos. Portanto, a permanência dos produtores tradicionais é um processo que, ao mesmo tempo em que impõe mudanças, reivindica a inclusão de diferentes formas sociais no espaço não apenas para participarem da reprodução em geral da sociedade, mas para existirem como diferentes.

Tomando-se como referência a expansão da cana-de-açúcar, no conjunto em que se reporta a ação do capital sucroalcooleiro no campo, vê-se que os produtores tradicionais de leite

representam-se como portadores e executores de lógicas sociais baseadas em saberes e fazeres tradicionais que podem contribuir para questionarmos as imposições tecnológicas e sócioeconômicas que fomentam a reprodução linear dos capitais investidos nas grandes lavouras de cana-de-açúcar. No campo, observamos que os modos de vida, revelam também a produção dos meios de vida e eles são definidos baseados em diferentes temporalidades sociais.

As diferenças socioculturais que possibilitam o modo de vida tradicional criam e recriam estratégias de vida e não apenas de produção de coisas no Cerrado de Uberaba. A reconfiguração das comunidades rurais é uma realidade, inclusive com desarticulação da vida comunitária nesses lugares. Contudo, a partir do estudo da continuação desse produtor tradicional e dos formatos da sua comunidade, poderemos, em outros estudos, esclarecer a sua condição socioterritorial para além das imposições do grande capital monopolista e oligopolista.

Assim, antes de proporcionar uma explanação categórica sobre o produtor tradicional de leite na área de estudo, constatamos que o avanço da cana-de-açúcar é um fato fundamental para compreendermos a modificação socioterritorial no município de Uberaba. Nesse propósito, trataremos das modificações do espaço vivido no lugar, que estão seriamente afetadas/impactadas com as ações do agronegócio sucroalcooleiro.

Com avanço do setor sucroalcooleiro sobre a comunidade, o religioso tornou-se ainda mais essencial, pois é nesse no

momento de encontro que as pessoas conversam e fala dos sentimentos em relação à cana.

O compromisso religioso é importante, pois, segundo Costa et al (2010,) “a religião ocupa um lugar muito importante na vida dos produtores e funciona como uma orientação moral e ética. As relações que se estabelecem entre produtores acaba “segurando” os produtores na fazenda, na comunidade.” (COSTA, SANTOS, KINN, 2010, p 3)

Consoante a Santos (2008b)

O religioso fez emergir, entre os grupos sociais, uma clara demonstração de identidade territorial, constituído-se em uma forma de neutralizar o sentimento de inferioridade, incerteza e estranhamento perante a redefinição dos valores e práticas sociais que se instalam em nome do desenvolvimento tecnológico e econômico no cerrado. (SANTOS, 2008b, p121)

O religioso faz o papel de “cimento” que une a comunidade, fortalecendo a identidade dos moradores.

Na área de estudo, as comunidades realizam festas religiosas em devoção aos seus santos padroeiros. Na tradição desses produtores, destacam-se as festividades dos Três Reis Santos, São Sebastião, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora Aparecida. Conforme Santos (2008),

A festa abriga dimensões de tempo, tem duração. Tem o antes, o durante e o depois. Nas sociedades mais simples, a centralidade da festa manifestando-se como direção e sentido dos atos, relações, decisões, em suma, de práticas, de políticas, deriva do fato de que tais comunidades administram seu tempo. (SANTOS, R.J, 2008, p-28).

Além dessas dimensões de tempo e espaço, as festas no cerrado expressam relações sociais de comprometimento com as instituições e seus simbolismos. Nesse sentido, as festas de padroeiros são importantes para a comunidade, pois, no momento de encontro e confraternização, a comunidade também discute a vida no lugar. Segundo o morador,

É na festa que nois encontrá nossos amigo que já foram imhora, e volta pra festeja com a família... a festa é muito boa... toda as festas tem missa, novena e leilão ... e no ultimo dia tem o armoço serve arroz, macarrão, doce... os doce vem da comunidade muita gente ainda faiz o doce pra oferecé pra comunidade⁸.

Na fala do entrevistado, denotamos a importância de viver em comunidade e de como os valores humanos, nesta relação, são cultivados. Isso também revela a importância de preservar os costumes. No caso das festas, constatamos a manutenção da ajuda mútua que, de certo modo, se estende ao cotidiano das pessoas e à vida na comunidade.

⁸ Entrevista obtida na comunidade do Baixa – Uberaba MG – Outubro de 2010

Atualmente, a festa de padroeiro tem sofrido reduções, pois, sitiantes, geralmente, aqueles têm seus filhos formados e/ou residentes nas cidades, arrendaram parte de suas terras e passam a trabalhar em outras atividades. Os pequenos produtores, que permanecem vivendo da pecuária leiteira e residem na comunidade do Baixa, por exemplo, manifestaram receios em deixar a propriedade e depois não ter mais como retornar à atividade. Apesar de estarem ilhados pelas lavouras de cana-de-açúcar, pensam nos contratos e no longo período do arrendamento.

Além das questões econômicas, para os produtores ficarem longe da propriedade e impedidos de desenvolverem suas práticas sociais, esta é uma relação que lhes destitui dos seus antigos vínculos territoriais. Nesta relação, assimilamos que os produtores manifestam, nas suas falas, sentimentos pelo lugar. De acordo com Carlos (1996).

[...] é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões. Também significa pensar a história particular de cada lugar se desenvolvendo, ou melhor, se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora, isto é o que se vai construindo e se impondo como consequência do processo de constituição do mundial. Mas o que ligaria o mundo e o lugar? (CARLOS, 1996, p.20).

Percebemos a força e o sentimento dos moradores quando contam a histórias da comunidade, em um momento em que ela

era mais movimentada e com mais pessoas residindo ali. Vemos os sentimentos de pertencimento e de identidade dos com a comunidade.

De acordo com a mesma autora, “o lugar é à base da reprodução da vida”, pois, assim, os produtores tradicionais continuam no lugar produzindo não apenas coisas, mas também valores humanos. Suas conexões com o lugar estão sendo refeitas e, em alguns casos, a manutenção da propriedade passa pelo arrendamento de parcelas da propriedade familiar e atividade de pecuária.

A partir de cada situação socioeconômica, foi possível identificar e analisar as formas com que esse produtor rural age e reage se adaptando às condições impostas pelo agronegócio sucroalcooleiro. Em alguns casos, continuam plantando e criando gado leiteiro e entregando leite refrigerado para os laticínios. Contudo, ao permanecerem, têm consciência de que o lugar não é mais o mesmo, que a formação dos canaviais gerou algumas limitações territoriais.

Segundo Souza et al (2009),

O fato é que têm ocorrido importantes transformações no Cerrado, a partir da implantação do agronegócio, em primeiro momento pela pastagem, soja e milho, e atualmente pela cana-de-açúcar que, juntamente com as mudanças nos modos de vida da população tradicional, impõe novos arranjos à produção e feições à paisagem do Cerrado. (SOUZA; SANTOS, 2009, p-1043)

Com o processo de globalização, somos inseridos em uma uniformização que tende a “unificar” os lugares e as paisagens. Entretanto observamos que a comunidade está enraizada, o que não permite uniformização dos lugares.

Como as transformações não são homogêneas e nem recaem sobre os Cerrados determinações sociais que eliminam o produtor camponês, consideramos que as mudanças nas paisagens, sobretudo quando destacamos a predominância da cana-de-açúcar, identificamos que, no meio do canavial, principalmente nas terras dobradas encontra-se um outro colorido, outros cheiros e sons que indicam pequenos cultivos de alimentos e a pecuária tradicional do Cerrado.

No entanto, na área de estudo, as plantações de alimentos que compõem a dieta alimentar da maioria dos brasileiros (arroz, feijão, mandioca, etc.) estão, cada vez mais, perdendo área para o setor sucroalcooleiro. Esse fenômeno não é uma especificidade do município de Uberaba. Segundo OLIVEIRA (2008)

Os dados do IBGE, entre 1990 e 2006, revelam a redução da produção dos alimentos imposta pela expansão da área plantada de cana-de-açúcar, que cresceu nesse período, mais de 2,7 milhões de hectares. Tomando-se os municípios que tiveram a expansão de mais de 500 hectares de cana no período, verifica-se que, neles, ocorreu a redução de 261 mil hectares de feijão e 340 mil hectares de arroz. (OLIVEIRA, 2008, s/p)

Os moradores mais antigos da comunidade sentem saudade do tempo quando cultivavam arroz e feijão. Percebemos que eles perdem o vínculo com a produção a partir da mecanização do campo, o que tornou muito caro e inviável a produção de tais produtos na região, outro fator são os agroquímicos jogados nas lavouras de cana, que atrapalham a produtividade desses alimentos.

O mesmo autor argumenta também que

Essa área reduzida poderia produzir 400 mil toneladas de feijão, ou seja, 12% da produção nacional, e 1 milhão de toneladas de arroz, o que equivale a 9% do total do país. Além disso, reduziram-se nesses municípios a produção de 460 milhões de litros de leite e mais de 4,5 milhões de cabeças de gado bovino. (OLIVEIRA, 2008, s/p)

Segundo relatos dos moradores, na comunidade, até a década de 1980, produziam arroz, feijão e mandioca. Com a chegada das lavouras industriais, esses cultivos foram minguando, sendo que hoje (2011), no município, é cada vez mais escasso encontrar produtores tradicionais produzindo esses alimentos. Isso tudo ocorre em razão do alto valor das terras, dos insumos e falta de políticas públicas de investimentos neste setor.

Conclusões

Consideramos que a abordagem territorial constitui, para a compreensão das transformações sócio espaciais, um caminho, inclusive para enfrentarmos as contradições decorrentes da

heterogeneidade das relações de que se constitui o cotidiano dos produtores tradicionais de Uberaba. Assim, compreendemos, também, que as relações de poder cana-de-açúcar/produtores tradicionais revelam um espaço dialetizador de tensões sociais.

Constatamos que a produção agrícola promovida pelos produtores tradicionais cumpre o seu papel social de fornecimento de alimentos para a sociedade. Em Uberaba, essas produções de diversos produtos, inclusive aqueles característicos da horticultura, chegam às feiras, escolas municipais, mercados, CEASA, dentre outros estabelecimentos comerciais. É nesta circulação/troca de mercadorias que esses produtores tradicionais, até a metade da primeira década do século XXI, se mantinham financeiramente.

No entanto, com a chegada das usinas de álcool e açúcar, observamos que esses produtores tradicionais vão sofrer mutações nos seus propósitos produtivos. Na maioria das vezes, são donos dos meios de produção e, normalmente, há, em suas propriedades, baixo nível tecnológico. Para compensar o desequilíbrio ou carência tecnológica, o ritmo de trabalho não é capitalista⁹, eles chegam a trabalhar até 12 horas por dia. Verificamos que, no domingo, o ritmo de trabalho é menor, pois é neste dia que os produtores tiram o final da manhã e à tarde para cumprir compromissos sociais e religiosos na comunidade.

Quando consideramos na pesquisa a condição da pecuária, compreendemos que ela sofreu várias mudanças, mas, para

⁹ O trabalhador não obedece a um ritmo de trabalho definido. A propriedade produz em função do trabalho do dono, não cumprindo determinadas horas pré-estabelecidas como na produção capitalista.

efeito de análise, levamos em conta o ciclo de cria e recria dos animais. Os pequenos produtores tradicionais, com pouca terra e impossibilitados de alugar pastos, perderam parte desse ciclo produtivo envolvendo o gado leiteiro.

Como saída para continuarem na atividade lhes impuseram a separação da cria/recria, na propriedade tiveram que se especializar. Alguns produtores ficaram responsáveis pela cria, as quais são vendidas (após a desmama) para outros produtores, que ficam responsáveis pela recria. Essa divisão de atividade ocorre porque os produtores não dispõem de área para recriar os animais de que necessitam para continuar produzindo leite. O jeito é se desfazer das crias e adquiri-los na idade adulta.

Apesar disso tudo, alguns produtores tradicionais, no convívio com os manejos das plantações de cana-de-açúcar, visualizam algumas possibilidades de usar o espaço produzido para obter a matéria-prima. Neste caso, não podemos considerar que a estrada mantida pela usina seja uma das vantagens para as pessoas que vivem no espaço rural. Na conservação das estradas vicinais, a usina ganha tempo na fluidez do espaço e também na redução dos custos de manutenção. Se elas ficam em melhores condições de trafegabilidade, os camponeses podem usá-las para transportar o leite e reduzir os custos com transporte, mas isso não esconde os problemas decorrentes do tráfego de caminhões pesados. Nesse caso, consideramos a poeira que invadem as casas dos camponeses implicando, por exemplo, doenças respiratórias, principalmente em crianças e idosos. A mesma poeira também recobre as pastagens inibem que o gado paste nas áreas que se localizam nas margens das estradas vicinais.

Outro aspecto que parecia se tornar uma vantagem para os moradores rurais seria a geração de emprego mediante as atividades geradas direta ou indiretamente a partir das usinas. No caso da comunidade do Baixa, os trabalhadores, quando arregimentados no lugar, são os vaqueiros que trabalham nas propriedades tradicionais, na pecuária leiteira. Sem trabalhadores, a pecuária sofre mais uma perda, tornando-se a questão da geração de trabalho uma competição que acaba transferido a força de trabalho de uma economia tradicional para outra com direitos trabalhistas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. In: **Revista da ANPEGE**, ano 2, n.2, Fortaleza-CE, 2005. p. 103-114. Disponível em: <http://www.anpege.org.br/downloads/revista2.pdf#page=97> acesso em 05/01/2011.

BITTENCOURT, J. B. M. O inferno são os outros. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Vol. IX, nº 1, p. 161-185, mar/2009.

CARLOS, A. F. A. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CLAVAL, P. A **Geografia Cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

COSTA, R. S. SANTOS, R. J. KINN, M. G. Religião como marco da Territorialidade da Comunidade de Arapuá. **Anais do XVI encontro nacional de Geógrafos** (ENG) Crises práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Porto Alegre RS, 2010.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de Territórios. SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial**. In: SAQUET, M. A. (Org.); SPOSITO, E. S. (Org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Expressão Popular: UNESP. São Paulo, 2009.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 20 a 26 de março de 2005, Universidade de São Paulo.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Bertrand Brasil, 2ª edição, Rio de Janeiro, 2006.

HEIDRICH, A L. Território, integração sócioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: SPOSITO, E. S. (Org.); SAQUET, M. A. (Org.); RIBAS, A. D. (Org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão. 2004.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução Alcides João de Barros. Editora Ártica, São Paulo, 1991.

MOREIRA, A. M. A reterritorialização do assentamento conquista na fronteira de Dionísio Cerqueira – SC: para além da dimensão cultural. Tese de Doutorado. Porto Alegre 2009.

PENZIN, A. M. B. Viver em conjunto: habitação social e modos de vida. Belo Horizonte, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em http://bib.pucminas.br/arquivos/205000/208700/25_208733.htm acesso em 04/01/2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Rurais dos Cerrados de Minas Gerais. ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ, N. 26, P. 58-71, JUL./DEZ. DE 2009. Disponível: http://www.nepec.com.br/Rosselvelt%20Kinn%20_espa%C3%A7o_e_cultura26.pdf Acessado em: 14/01/2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 18ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2009.

SANTOS, R. J. Pesquisa empírica e trabalho de campo: Algumas questões acerca do conhecimento geográfico. Revista Sociedade & Natureza, Uberlândia, jan/dez 1999, pag. 111-125.

_____. **Gaúchos e Mineiros do Cerrado:** metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais. EDUFU, Uberlândia, 2008.

_____. (Re) Ocupação do cerrado: Novas gentes, outras identidades. IN: ALMEIDA, M. G. (Org.); CHAVEIRO, E. F. (Org.); BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e Cultura:** os lugares da vida e a vida dos lugares. Impresso no Brasil, Goiânia, 2008b.

SANTOS, R. J; KINN, M. G. Festas: Tradições reinventadas nos espaços rurais dos cerrados de Minas Gerais. **Espaço e Cultura.** UERJ: Rio de Janeiro, p. 58-71. n. 26, jul./dez. 2009.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** Expressão popular, São Paulo, 2007.

SAQUET, M. A. CAMPO-TERRITÓRIO: considerações teórico-metodológicas. Revista Campo-Território Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. IN: SAQUET, M. A. (Org.); SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. Expressão Popular: UNESP Programa de pós- graduação. São Paulo, 2009.

SAQUET, M. A. Proposições para estudos territoriais. **Revista GEOgrafia**– Ano VIII -N.15 -2006b p 71-85.

SOUZA, E. A. SANTOS, R. J. A. espacialização da cana-de-açúcar e as transformações dos modos de vida tradicionais do

cerrado. **IN Anais XI – EREGEO – Simpósio Regional de Geografia**, “A geografia no centro-oeste Brasileiro: passado, presente e futuro. UFG - Jataí GO, 2009.p 1041-1052.

TUAN, Y. **Paisagens do medo**. Editora UNESP, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, A, U. **Agrocombustíveis e produção de alimentos**. MST, 23 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=5310>> Acesso em: Acesso em 20 janeiro 2011.

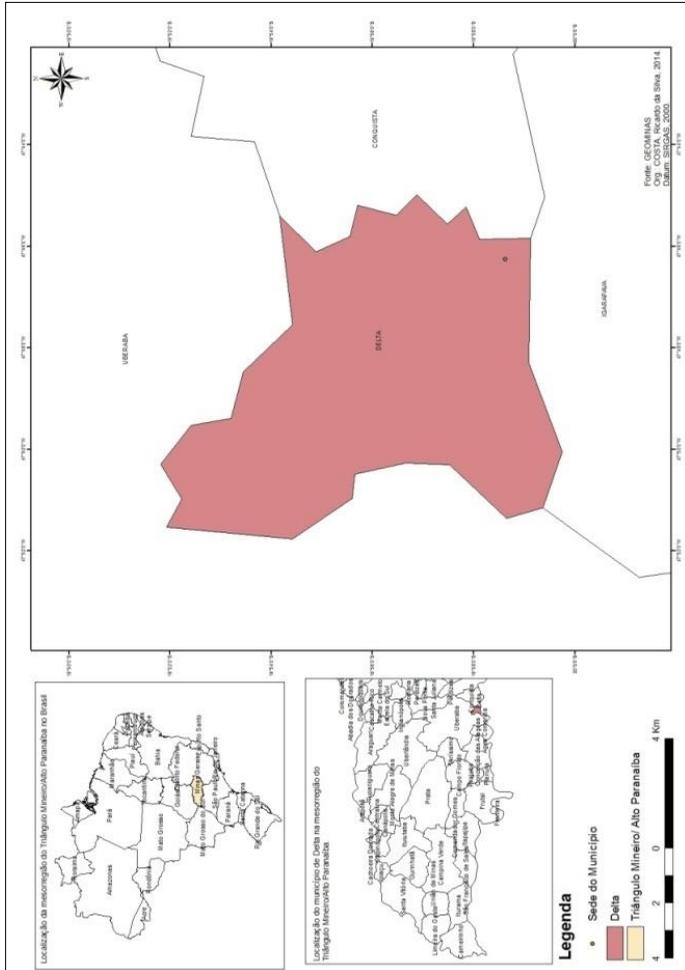
TENSÕES E SUPERAÇÕES CAMPONESAS NO PROCESSO DE EXPANSÃO CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE DELTA-MG

Jaqueline Borges Inácio
Rosselvelt José Santos

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar a dinâmica do setor sucroalcooleiro no município de Delta, que se localiza na região do Triângulo Mineiro (Ver mapa 1). O enfoque da pesquisa foi dado aos impactos socioespaciais gerados pela expansão da cana-de-açúcar, bem como aos impactos nos modos de vida locais e as transformações que ocorrem a partir das relações sociais e de trabalho.

As primeiras lavouras de cana foram cultivadas em Delta, quando este ainda era distrito do município de Uberaba-MG, na década de 1980, onde a produção era administrada pelo Grupo Dedini, e somente duas décadas depois, foi adquirida pelo Grupo Carlos Lyra do estado de Alagoas, um dos pioneiros na produção sucroalcooleira no Brasil. O então Grupo Carlos Lyra começou a operar a usina em meados de 2002, quando Delta já era emancipado como município.



Mapa 1: Localização do município de Delta- MG
 Fonte: Geominas, 2014. Org. COSTA, Ricardo da Silva, 2014.

A ação do capital investido no setor sucroalcooleiro se destacou, no mercado nacional e internacional, por meio das políticas de incentivos a produção de etanol e bioenergia, ambos derivados da cana-de-açúcar, que disputam o mercado com o petróleo, principal fonte de geração de combustível. Ao levar em conta o contexto de produção sucroalcooleira, precisamos considerar o reordenamento do território com a instalação das usinas em municípios pequenos. Vale ressaltar que uma nova dinâmica de produção acaba afetando a infraestrutura urbana, principalmente com a chegada de grandes contingentes de trabalhadores.

É nesse momento que o capital se torna um agente ativo, aproveita os incentivos governamentais de isenção de impostos, para poder instalar a usina. Desse modo, adapta-se o local às condições necessárias à sua produção, muitas vezes, desconsiderando os modos de vida locais.

O discurso dos grandes empresários é de que a expansão da cana e a instalação da usina garantem melhorias ao município, com relação ao aumento de emprego e renda, infraestrutura das estradas e dos serviços públicos, pois muitos usineiros criam programas voltados ao desenvolvimento social, e as pessoas são movidas pelo progresso que a empresa pode proporcionar à população. Martins (1975, p.19) ainda afirma que, neste sentido, “prevalecem tanto às ações, onde os fins pessoais coincidem com os do capital, considerando os fundamentos pessoais (valores, emoções e rotina)”.

A região em que se localiza a área estudada compreende, como domínio morfoclimático, o Cerrado, cujo solo depende de

algumas correções químicas, para se obter uma produção agrícola compatível com as imposições do sistema capitalista. Na pequena produção agrícola, também são utilizados adubos, fertilizantes, dentre outros produtos químicos, conforme os meios de adaptação de cada cultura.

Como estudo de caso, procuramos analisar a realidade da Comunidade de Colorado, situada em meio a imensas lavouras de cana. Também recorremos a algumas entidades de classe, tais como: EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), Sindicatos Dos Produtores Rurais, Condomínio dos Fornecedores de Cana-de-Açúcar, IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, além das Escolas Rurais, Municipais e Estaduais, a fim de assimilar as transformações nos modos de vida local, por meio da inserção da cana-de-açúcar em Delta. Além disso, foram realizadas entrevistas, objetivando-se conhecer e desenvolver um estudo dos lugares em que as lavouras de cana se inseriram no município.

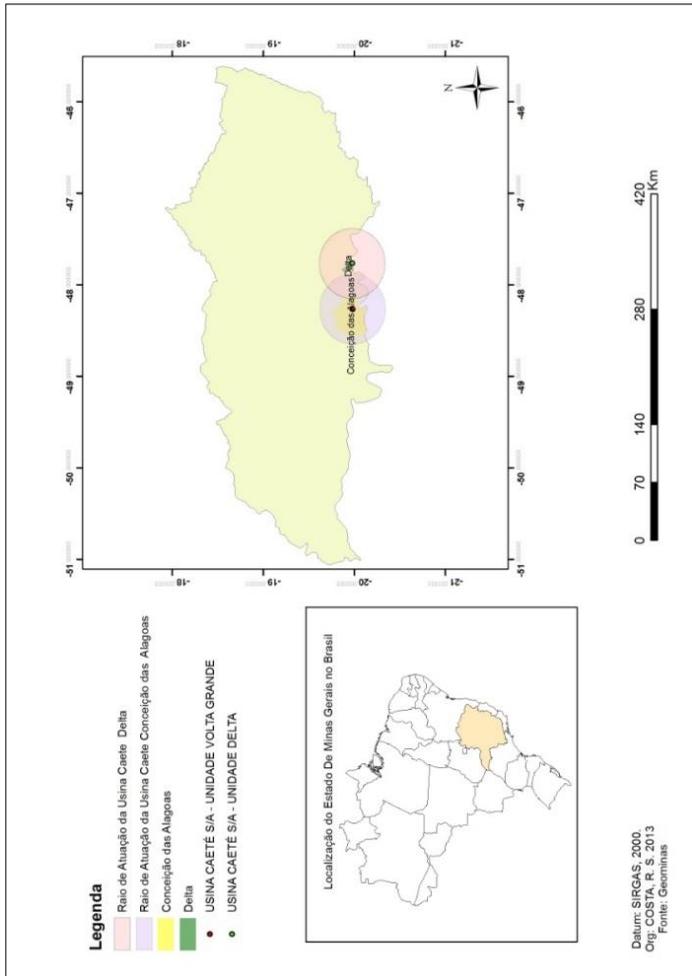
Os trabalhos de campo foram fundamentais para a análise teórica e empírica, em que se buscou direcionar a pesquisa de acordo com a observação da paisagem, que, num dado momento, se apresenta ao pesquisador de forma homogênea em se tratando das lavouras de cana-de-açúcar cultivadas no entorno de Delta, desconsiderando o que há por detrás dos canaviais. Desse modo, é que se faz uma investigação mais detalhada, ou seja, por meio da interpretação da paisagem é que se descobre a existência de sujeitos que vivem ilhados pelas grandes lavouras na área rural. Houve a necessidade de propor algumas discussões sobre lugar e a paisagem, principais categorias de

análise do estudo, as quais foram importantes para entender a dinâmica do setor sucroalcooleiro e suas implicações na existência das humanidades dessa parte do Cerrado.

A cana-de-açúcar e a expansão do setor sucroalcooleiro

A Usina Caeté foi a primeira do Grupo a se instalar na Região Sudeste do país. Na região do Triângulo Mineiro, esta empresa já conta com duas filiais: a Usina Caeté, situada no município de Delta e a Usina Volta Grande no município de Conceição das Alagoas (Ver Mapa 2). O raio de atuação atinge de 30 a 40 quilômetros, o que lhe traz benefícios econômicos no transporte, e, com isso, reduzem-se os custos de produção, garantindo a qualidade dos serviços de CCT (Corte Carregamento e Transporte). Esses dois municípios apresentam, aproximadamente, 44.000 hectares cultivados com cana até 2012, totalizando 4.160.000 toneladas produzidas ao ano (SIDRA/IBGE, 2013).

Mapa 2: Raio de Atuação das Usinas Caeté- Delta e Volta Grande



Fonte: Geominas, 2013.
Org. COSTA, Ricardo da Silva, 2013.

As duas usinas juntas respondem por uma das maiores produções de açúcar e álcool da região e do estado de Minas Gerais, com previsão de moagem de 9,3 milhões de toneladas de cana na primeira safra após a fusão. Contam com investimentos em equipamentos modernos, pesquisas científicas e tecnológicas, o que assegura alto padrão de qualidade na produção, itens primordiais para obter o sucesso no setor sucroalcooleiro. Segundo o grupo Carlos Lyra, as usinas destacam-se pela valorização da força de trabalho de seus funcionários, denominados de “colaboradores”. (Grupo Carlos Lyra, 2002).

O raio de atuação da Usina Caeté, em 2012, avançou para outras áreas, ampliando as lavouras em terras pertencentes ao município de Delta e em Conceição das Alagoas, onde funciona a unidade Volta Grande. Além disso, foi promovida a união ou fusão entre as duas unidades, o que também influenciou a ampliação da atividade sucroalcooleira no município de Conquista. A união foi anunciada em outubro de 2012 e originou a Delta Sucreenergia, mas as empresas continuam independentes nas áreas societária, financeira e operacional.

De acordo com Robert Lyra, o então presidente da empresa, a novidade poderá abrir portas para novas tomadas de decisões: “isso permitirá aos acionistas e colaboradores da Delta implementarem um novo direcionamento estratégico para a

companhia garantindo ainda mais nosso compromisso com um crescimento sustentado e de longo prazo”.¹⁰ (SIAMIG, 2012)

O novo Complexo Agroindustrial Delta Sucroenergia elabora sua formação baseado em valores e metas futuras, mas sem perder suas raízes históricas de sucesso. Desse modo, procura dar continuidade à qualidade dos produtos com enfoque na inovação, na valorização das pessoas, focando a defesa do meio ambiente, apostando na sustentabilidade (UDOP, 2012).

A territorialização do capital sucroalcooleiro na região ocorre a partir do momento em que uma usina se instala, tornando-se o agente hegemônico de controle e reordenamento do território, inclusive porque gera impostos para os municípios.

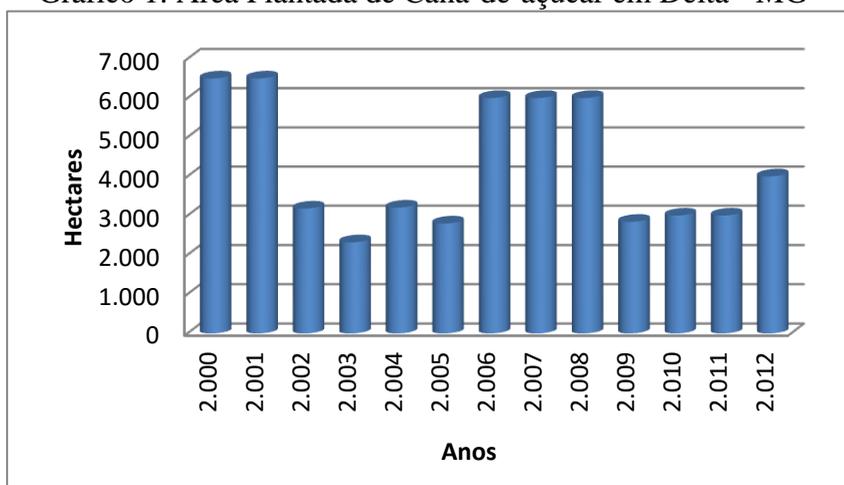
Analisando-se os dados de Produção Agrícola Municipal do SIDRA/IBGE, nos últimos doze anos, na área plantada de cana-de-açúcar em Delta, verificam-se dois períodos de instabilidade. No ano de 2001, as lavouras ocuparam 6.500 hectares e, entre os anos de 2006 e 2008, as lavouras ocuparam uma área de 6.000 hectares. São os períodos de alta. Como o ciclo produtivo do canavial é, em média, de cinco anos, compreende-se que a redução ou estabilidade das lavouras de cana, entre 2002 e 2005 e entre 2009 e 2012, deriva justamente do próprio ciclo da cultura.

Os dados indicam que a área plantada de cana, em Delta, sofreu queda na produção, mas devido às plantações de soja,

¹⁰ Entrevista realizada pela SIAMIG em outubro de 2012, com Robert Lyra, atual presidente do Grupo Carlos Lyra.

cultura cultivada no município desde seu povoamento, registrou aumento entre 2009 a 2012. O período que antecede esse aumento na produção, apresentou quedas e elevação de áreas plantadas com soja. Assim sendo, essas lavouras permanecem nas terras agricultáveis, contribuindo no processo de conservação do solo, e, segundo nossas observações em campo, esse grão não enfraquece o processo de produção sucroalcooleira, uma vez que o setor se une a outras unidades, a fim de expandir ainda mais suas atividades, por meio da integração de áreas ocupadas com a cana.

Gráfico 1: Área Plantada de Cana-de-açúcar em Delta - MG



Fonte: SIDRA/IBGE- Produção Agrícola Municipal, 2012.
Elaborado por: INÁCIO, J.B.2013.

O gráfico 2 registra os dados da Produção Agrícola Municipal do SIDRA/IBGE, também dos últimos treze anos, sobre a área plantada com soja em Delta – MG. Nos anos de 2001 e 2002, a área plantada permaneceu a mesma. No ano de 2003, com quase a metade e, em 2004, volta ao tamanho anterior e aumenta novamente para pouco mais da metade. Entre 2006 e 2008, a plantação permanece a mesma apresentada inicialmente. De 2009 a 2012, cresce cerca de 300 hectares em relação a 2001.

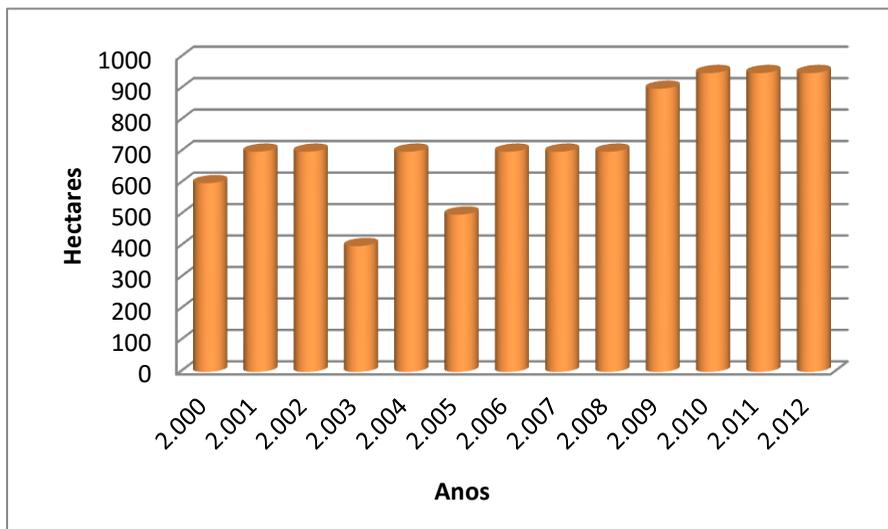


Gráfico 2: Área plantada de Soja em Delta- MG
Fonte: SIDRA/IBGE- Produção Agrícola Municipal, 2012.
Elaborado por: INÁCIO, J. B. 2013.

Comparando-se as lavouras de cana-de-açúcar e de soja, no mesmo período em Delta, a soja, cultivada no município desde 1980, registrou aumento entre os anos de 2009 a 2012, enquanto a cana diminuiu entre 2009 e 2011 e cresceu cerca de 1.000 hectares em 2012. Os dados podem estar indicando que, quando a cana encerra o seu ciclo produtivo, antes de se renová-la, usa-se a soja para ajudar na fixação de Nitrogênio (N_2), o que é justificado pela rotação de culturas, processo que tem controlado a degradação do solo, e, no ano seguinte, volta-se a cultivar a cana.

Mas o aumento das lavouras de soja, a partir de 2009, pode indicar a oscilação na área plantada, que também decorre dos preços praticados no mercado sojicultor. Em 2010, a tonelada de cana apresentou queda de preço, devido ao prolongado período chuvoso, mas a chuva favoreceu o cultivo de soja.

Outro fator que contribuiu para a queda no preço da cana pode ser relacionado ao desenvolvimento da genética bovina. Na região do Triângulo Mineiro, ela é conhecida como uma das melhores do país e atrai produtores que investem no melhoramento genético do gado.

Os investimentos na genética bovina ocorrem, em grande parte, na produção de embriões e matrizes. Mas somente os grandes pecuaristas investem em todas as fases do processo. Os pequenos produtores nem sempre possuem capital para investir de forma integral e, assim, investem apenas parcialmente. A lógica camponesa recusa investimentos em um negócio de grande proporção, pois pode causar inviabilizar a propriedade e trazer o convívio com várias incertezas. Para os pequenos

produtores agropecuaristas, tanto a cana quanto a soja, além da própria grande produção de pecuária, os encurralam e os cercam dia a dia, aumentando suas dificuldades.

Os impactos dos canaviais no modo de vida local

Há três décadas, a cana-de-açúcar está presente nas paisagens do município de Delta. Trata-se de uma presença incentivada pelo Estado, cuja justificativa é o desenvolvimento de uma fonte de energia renovável, que visa atender às demandas do mercado consumidor interno em substituição ao petróleo.

A primeira e a segunda Crise do Petróleo, na década de 1970, é que levaram o governo brasileiro a incentivar o desenvolvimento da produção do álcool combustível, mas a crise do petróleo é constante e sempre renovada, porque se trata de um recurso finito. No ano 2000, essas lavouras começaram a se expandir no município de Delta em outro contexto político e econômico, tendo como principal objetivo atender ao mercado exportador.

O Brasil investia na expansão do setor sucroalcooleiro para outras áreas agrícolas e uma delas é a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, devido às terras planas, propícias à mecanização, assim, a produção de álcool poderia obter vantagens econômicas e conquistar o mercado internacional.

Nesse cenário de produção canavieira, identificamos na paisagem os conteúdos e formas resultantes de um tempo pretérito que coexiste com as imposições do novo que se instala no município apoiado no discurso do sistema capitalista de

produção. Por meio da análise realizada neste estudo, percebemos que o cultivo da cana é considerado como lavoura temporária nas terras de Delta e região, mas, a cada ano, torna-se uma produção efetiva. Desse modo, entendemos que a paisagem realmente não pode ser considerada estática, pois há movimento, e devemos considerar os elementos culturais e naturais que a compõem.

O conjunto de lavouras de cana-de-açúcar foi criado em momentos históricos diferentes e seus elementos coexistem. Na paisagem de Delta, tem-se a atuação da agroindústria sucroalcooleira, desde a década de 1980. Em vários lugares, o espaço continua ocupado pelas lavouras de cana-de-açúcar, mas, com o incremento de técnicas mais avançadas.

A paisagem anterior, modificada pelo capital, com as lavouras de cana, por intermédio do arrendamento de terras, praticamente, foi destruída: as cercas, infraestruturas antigas, principalmente relacionadas às fazendas de gado, as matas deram lugar aos canaviais. Limpou-se o espaço para aumentar a área de produção canavieira.

As paisagens atuais podem ser entendidas como feição ou forma da estruturação de um território que vem sendo construído um sobre o outro e que, há muito tempo, estiveram presentes nesse espaço. Todavia, tendo, no atual território, a priorização de **produção de cana**, [*grifo nosso*] certamente, ampliará a “pressão” social, econômica e cultural, constituída sobre os sujeitos, tais como os proprietários de terras, grandes, médios e também os

camponeses, uma vez que outras atividades produtivas podem não mais serem consideradas atrativas, em termos mercadológicos. (SOUZA, 2013, p.29).

Desse modo, observou-se, no momento de realização da pesquisa, a existência de elementos como as casas cercadas pelos canaviais, as representações socioculturais e as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos, permitindo uma existência particular no lugar.

Mediante a análise da paisagem, compreende-se que os elementos culturais apontados nesta pesquisa também estão presentes no modo de vida local, nas principais instituições do município, como a escola, a igreja, entre outras, na paisagem redimensionada pelas lavouras de cana-de-açúcar.

Além disso, as paisagens culturais antigas podem ser redefinidas e reconstruídas, e são como indicadores de grande valia para as áreas culturais (MIKESELL & WAGNER, 2003, p.44). Geralmente deixam marcas por meio de processos produtivos, como observado na realidade de Delta. De acordo com as observações no campo de pesquisa, percebemos que muitas paisagens são testemunhas das transformações que ocorrem em âmbito local.

A paisagem presente, criada pela reocupação das usinas, no município de Delta, foi antecedida por outra no tempo pretérito: a paisagem do Cerrado e da produção agropecuária tradicional. São dois tempos que marcam a transformação do local. Antes, havia um distrito que visava os desenvolvimento e à

independência econômica e, hoje (2013), tem-se um município emancipado, com uma das maiores arrecadações tributárias do Triângulo Mineiro. Nele, os usineiros intentam expandir a produção sucroalcooleira, para atender às demandas do mercado de exportação.

Atualmente, vê-se um município tomado pelas lavouras de cana. No núcleo urbano, onde existem casas construídas de um lado e do outro, estão presentes os canaviais. Observam-se também na paisagem urbana as influências de um modelo produtivo que modifica os lugares. Isso tem gerado descontentamento nos moradores do lugar, pois são transformados o cotidiano e os modos de vida.

As ruas ficam cheias de caminhões que transportam cana-de-açúcar, muitos em funcionamento, rodando, outros em manutenção e outros indo para o depósito. Essa apropriação do espaço é um dos fatores que ocasiona do desconforto nos moradores.

Aqui tem caminhão que não acaba mais. Eles circulam por aí tomando o lugar da gente. Eles andam com cana, fazem barulho, fazem sujeira, fazem o chão tremer. Aqui caminhão tem mais que carro...¹¹

Além disso, há reclamações do aumento do volume de pessoas que circulam pelas ruas, que antes eram bem pacatas.

¹¹ Relato de morador da área urbana, conforme trabalho de campo realizado no município de Delta-MG, em 2012.

Trata-se de migrantes que trabalham no corte dos canaviais. Há também o desconforto causado pela queima dos canaviais, porque a fuligem atinge as casas, devido à proximidade, causa a poluição do ar e acentua os problemas respiratórios, principalmente em crianças e idosos.

Pensando as heterogeneidades das paisagens, os trabalhos de campo ajudaram a revelar vários elementos culturais coexistindo em um mesmo lugar. Em nossas incursões ao campo, Delta foi se revelando, pois, quando a usina se instalou no município, além do reordenamento do território, as pessoas do espaço rural que não se identificavam com o capital sucroalcooleiro foram criando novas formas de existir tais como, a pequena produção de alimentos e a fábrica de farinha na Comunidade Colorado.

A fábrica de farinha

No município de Delta, existe uma comunidade de pequenos produtores rurais, baseada no modo de vida camponês, cuja a maioria da população é idosa. Essa comunidade foi denominada de Colorado, a partir de 1964, pois trata-se de uma antiga fazenda que foi loteada e dividida em pequenas propriedades.

A Associação de Moradores da Comunidade Colorado e a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) ali construíram uma fábrica de farinha de mandioca. O projeto da fábrica de farinha foi pensado no ano de 2002, pela EMATER, para ser implantado no município de São Francisco de Sales, localizado no Pontal do Triângulo Mineiro, mas não teve êxito. Desse modo, a EMATER estabeleceu contato com os

pequenos produtores rurais de Delta, a fim de solucionar o problema da instalação da fábrica de farinha.

Houve grande aceitação por parte do presidente da Associação de Moradores de Colorado e, a partir do ano de 2008, esses produtores iniciaram um movimento de reivindicação de instalação da fábrica de farinha. Esforços para que a fábrica funcionasse no lugar foram promovidos pela comunidade. E os camponeses já foram aumentando o cultivo da mandioca em suas propriedades. Porém, em 2010, quando já haviam se passado dois anos desde que o projeto fora apresentado aos produtores, a fábrica ainda não tinha sido instalada. As reivindicações continuaram na comunidade e, desde que estabelecemos os primeiros contatos com os sujeitos em suas propriedades, ficou evidente que a produção deles e a sua forma de trabalho é de agricultura camponesa.

*A mandioca tem que ser plantada na lua certa senão não vai. Daí você precisa cuidá, fica de olho nas formigas. Se a mandioca não for pra fábrica, a gente deixa na terra e ela aguenta de um ano pro outro... Se não for farinha, ela vira outra coisa.*¹²

No início do ano de 2012, estivemos na comunidade novamente para coletarmos novas informações sobre o desenrolar da instalação da fábrica de farinha e nos deparamos com a fábrica instalada, mas não em funcionamento.

¹² Relato de um camponês aposentado que vive na Comunidade Colorado, conforme trabalho de campo realizado no município de Delta- MG em 2012.

Segundo informações do ex-presidente da Associação de Moradores de Colorado, a fábrica ainda não estava funcionando em decorrência da falta de estrutura adequada para a instalação de equipamentos necessários à produção, além das condições de limpeza do local, que deveriam ser implantadas de acordo com as exigências da Vigilância Sanitária, pois trata-se de uma fábrica de alimentos.

Esse projeto da fábrica de farinha foi instituído por meio de incentivos do Programa Minas Sem Fome, executado pela EMATER, com investimentos do Governo do Estado de Minas Gerais. Também fazem parte desse programa outros projetos, alguns dos quais implantados em Colorado, no município de Delta-MG.

De acordo com o PMDI (Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado-2007/2023), o Programa Minas Sem Fome tem como finalidade buscar a segurança alimentar e nutricional, reduzindo a pobreza e a miséria e promovendo o resgate da cidadania e a inclusão produtiva. (EMATER, 2012).

O programa desenvolve projetos coletivos voltados para a agricultura alimentar, com a criação de parcerias, o atendimento prioritário aos municípios de menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o forte controle social. Quanto aos beneficiários, trata-se da população urbana ou rural em situação de vulnerabilidade social organizada através de associações comunitárias sem fins lucrativos e legalmente reconhecidas como de interesse coletivo.

Os outros projetos do programa estão relacionados ao fornecimento de insumos para lavouras de milho, soja, sorgo, pomares, hortas e criação de pequenos animais (apicultura, avicultura e piscicultura). Em Colorado, foram feitos investimentos em pequenas produções, que estão voltadas para a alimentação das famílias, além dos 30% que estão destinados ao abastecimento de escolas da rede municipal. Desse modo, mesmo pequena, essa produção contribui para que se alcance uma boa alimentação nas escolas, com produtos orgânicos, sem a utilização de agrotóxicos.

Além dos investimentos da EMATER em pequenas produções, a instalação da fábrica de farinha é uma maneira de se continuar produzindo nos moldes camponeses, por intermédio de saberes e técnicas específicas e tradicionais do modo de vida local, assim, apesar de virem se redefinindo em função das imposições sociais; não se limitam às técnicas antigas de cultivo e de preparação da mandioca e, sim, são utilizadas em benefício da comunidade.

Na comunidade, mantém-se a pequena produção, que se encontra de certa forma fragilizada pela ação do setor sucroalcooleiro, mas ganha legitimidade e se reafirma no território local, a partir da fábrica de farinha.

O Programa Minas Sem Fome também investe no fornecimento de equipamentos com a instalação de Unidades Coletivas de Processamento de Alimentos, tais como: mel, frutas, peixes, carnes, cana-de-açúcar, pães, biscoitos e mandioca. Além disso, investe em tanques comunitários de coleta de leite a granel. Esse programa contribui para que a

pequena produção seja diversificada. Isso, além de fazer com que os saberes e os fazeres camponeses não desapareçam, também promove a geração de renda por esses produtores. Se, por um lado, não há como o camponês negar a presença do capital, por outro, ele não se apoia essencialmente nesse capital para se reproduzir. Como possibilidade de existir no lugar, age criando e recriando estratégias para desenvolver suas atividades.

Para Silva (2012):

[...] Esses que ainda vivem e trabalham no campo (lugar construído física e culturalmente pelas relações sociais e familiares, pelas experiências e memórias) permanecem como imagens de um tempo que não precisavam migrar, distanciar da família, dos amigos, da “vizinhança”. Não precisavam abandonar a horta, sacrificar seus animais que viviam ali mesmo- no quintal, nem viver como “ilhas” em meio ao “mar de cana”. (SILVA, 2012, p.73-74).

Interessam, primeiramente, a esses sujeitos os vínculos, os saberes, as heranças culturais, os valores e os costumes, elementos que são construídos pelas relações sociais de parentesco e de vizinhança. Essas relações dão uma identidade às pessoas do local e não permitem que o sujeito seja anulado pelas ações do capital sucroalcooleiro.

Percebemos que, na Comunidade Colorado, ainda permanecem características culturais do modo de vida camponês que são adaptadas às novas formas de produção. No conjunto,

são habilidades que possibilitam que esses sujeitos continuem produzindo no lugar, sem abandonar as antigas práticas socioculturais desenvolvidas no meio rural. Também não se negligenciam as novas tecnologias que possibilitam produzir mais e em menos tempo, além de proporcionar melhorias na qualidade do produto, porém procura-se um equilíbrio entre o tradicional e o novo.

Considerações finais

Neste trabalho, foi possível observar, descrever e compreender parte do processo de expansão da cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, tendo como base o estudo de caso do município de Delta. Além disso, verificamos as transformações nos modos de vida do lugar, na Comunidade Colorado, e as implicações decorrentes do desenvolvimento do setor sucroalcooleiro no município.

A ação do capital trouxe desconfortos à população, em consequência dos impactos socioespaciais que foram surgindo em Delta, no processo de modernização e aceleração da produção promovido pelo governo. Isso tudo fez com que houvesse uma transformação muito rápida no município e no seu entorno.

O primeiro impacto se deu no aumento populacional, devido à migração de trabalhadores contratados para atuar nos canaviais, sem que a oferta de serviços públicos e de infraestrutura local fosse adequada para suportar a demanda. E é assim porque o capital modifica o espaço de produção para aumentar seus lucros, mas não se preocupa em melhorar as

condições de infraestrutura para atender às necessidades sociais e econômicas da população. Ocorre a geração de empregos e de renda e aumenta-se a circulação das coisas, mas isso não se reverte em benefícios para a população.

O modo de vida da comunidade camponesa sofreu impactos diretos e indiretos com a instalação da usina, mas o sujeito camponês que ainda se mantém na terra, e a maioria é produtiva, ganha, com essa produção familiar, autonomia alimentar, o que serve para complementar a renda. São o conhecimento, as práticas e as territorialidades desses sujeitos que os ajudam a continuar desenvolvendo suas atividades no meio rural. Mesmo quando se deparam com os desafios impostos pela modernização das técnicas agrícolas reinventam-se, por exemplo, com a fábrica de farinha.

Nesse sentido, é necessário destacar a importância da Associação de Moradores da Comunidade Colorado, que reúne sujeitos que trabalham com a pequena produção de alimentos, que se organizaram politicamente e se ligaram à EMATER e instalaram uma fábrica de farinha no local. No momento em que estivemos no lugar (2012), a fábrica já estava instalada há, aproximadamente, um ano, mas ainda não estava em funcionamento. A fábrica de farinha foi um modo encontrado pelos camponeses de reafirmar sua existência no lugar, aderindo às novas tecnologias de produção, sem negligenciar seus conhecimentos. Esses sujeitos se reproduzem conforme as suas lógicas de produção camponesa e suas práticas, seus saberes e fazeres, suas características culturais os ajudam a manter-se na terra e a enfrentar os desafios de existir em territórios dominados pela ação do capital.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS SUCROENERGÉTICAS DE MINAS GERAIS. Disponível em:

<<http://www.siamig.org.br/dmdocuments/Canavial2010.pdf>>. Acesso em: fevereiro de 2013.

BRAGA, C.(Org.); LAGES, V. (Org.); MORELLI, G. (Org.). Território e territorialidade. In: **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.** Ignacy Sachs, prefácio. – Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural.** Trad. Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3º Ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.p.63-114.

COSTA, R. S.; SANTOS, R. J. Os produtores tradicionais de leite de Uberaba e sua relação com cana-de-açúcar. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária: “Territórios em Disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”. **Anais.** UFU: Uberlândia, 2012. Disponível em:

<http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1151_1.pdf> Acesso em: março de 2013.

DEDINI INDÚSTRIA DE BASE. Disponível em:

<http://www.dedini.com.br/index.php?option=com_content&vie

w=article&id=25&Itemid=45&lang=pt>. Acesso em: fevereiro de 2013.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**, 2004, p.1-57. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GRUPO CARLOS LYRA. Disponível em: <<http://www.carloslyra.com.br/conteudo/?id=M914200653937PM&idioma=PT>>. Acessado em: junho de 2012.

IBGE. **Sistema de Recuperação Automática**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acessado em junho de 2012.

INÁCIO, J. B.; SANTOS, R. J; KINN, M. G. As consequências da expansão da cana-de-açúcar no município de Conceição das Alagoas-MG. In: Encontro Nacional de Geógrafos “Crise, Práxis e Autonomia: Espaços de Resistência e de Esperanças”. **Anais**. UFRGS: Porto Alegre, 2010. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=3232> Acesso em: janeiro de 2013.

Jornal da Cana-de-açúcar. Disponível em: <<http://www.jornalcana.com.br/noticia/Jornal-Cana/50560+Grupo-Carlos-Lyra-e-Usina-Caete-anunciam-cisao>>. Acessado em: março de 2013.

KINN, M. G. **Lugares e territórios em iniciativas turísticas: os usos dos espaços no entorno dos lagos das hidrelétricas de**

Amador Aguiar I e II – Triângulo Mineiro – MG (2010).
341f. Tese (Doutorado em Geografia)- Programa de Pós-
Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, 2010.

MANDALAS AGRÍCOLAS. Disponível
em:<[http://www.agencia.se.gov.br/
noticias/leitura/materia:8756/secretaria_da_inclusao_implanta_o
_sistema_de_mandalas_em_sergipe.html](http://www.agencia.se.gov.br/noticias/leitura/materia:8756/secretaria_da_inclusao_implanta_o_sistema_de_mandalas_em_sergipe.html)>. Acessado em: junho
de 2010.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de
camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, SP. Ano 11. n°
12, p. 57-67. Jan.- jun./2008. Disponível em:
<[http://www4.fct.unesp.br/grupos/nera/revistas/12/9_marques_1
2.pdf](http://www4.fct.unesp.br/grupos/nera/revistas/12/9_marques_12.pdf)>. Acesso em: junho de 2012.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo:** estudos
sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo.
Pioneira, 1975, p.161.

_____. **A chegada do estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.
179 p.

MIKESELL, M. W; WAGNER, P. L. Os temas da geografia
cultural. In: CORRÊA, R. L. (Org.); ROSENDAHL, Z. (Org.).
Introdução à geografia cultural. Rio de Janeiro: Bertrand
Brasil, 2003.p.27-63.

**MINAS SEM FOME – EMATER (Empresa de Assistência
Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais).** Disponível em:

<http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_msf&id=813#> . Acesso em: março de 2013.

PREFEITURA DE DELTA-MG. Disponível em:
<<http://www.delta.mg.gov.br/historia.html>>. Acessado em:
junho de 2012.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo.
Editora Ática: 1993, p.143-158.

SANTOS, R. J. Gaúchos e Mineiros do Cerrado:
metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais.
Uberlândia. EDUFU: 2008, 249 p.

SILVA, A. M. da. O lugar da cultura: uma construção social,
espacial e temporal. In: PEREIRA, A. José; (Org.) SANTOS, R.
de S. (Org.). **Educação, Ambiente, Cultura e Lugar:** uma
análise da produção do espaço geográfico. Goiânia: Kelps,
2012. 67-83.

**SOUZA, E. A. O território e as estratégias de permanência
camponesa da comunidade Pedra Lisa no processo de
expansão das lavouras de cana-de-açúcar em Quirinópolis –
GO.** 2013.351f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de
Uberlândia, 2013.

UNIÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA.

Disponível em:
<http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1085844#nc>. Acesso em: Maio de 2012.

A ESPACIALIZAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR E AS INTERFERÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NO CERRADO GOIANO

Edevaldo Aparecido Souza
Rosselvelt José Santos

Introdução

A região do Cerrado brasileiro (Mapa 1), até a primeira metade do século XX, era constituída por uma paisagem típica de vegetação caracterizada por cerrados stricto sensu, cerradões, campos limpos, campos sujos, matas secas, matas úmidas (de galeria e ciliares), veredas e cerrados rupestres, intercalada por áreas agrícolas de economia de consumo, onde predominava também uma cultura tradicional das populações do Cerrado com agricultura de economia de consumo, com suas festas, mutirões e religiosidade.

Entretanto, nas décadas de 1960 e 1970, iniciou-se, nessa região, a implementação de projetos estatais e empresariais de “desenvolvimento” na área agrícola, ameaçando o Cerrado como bioma e na condição de territórios de grupos sociais tradicionais com desterritorialização e rompimento de suas identidades e pertencas socioculturais.

Mapa 1: Localização do Cerrado no território brasileiro

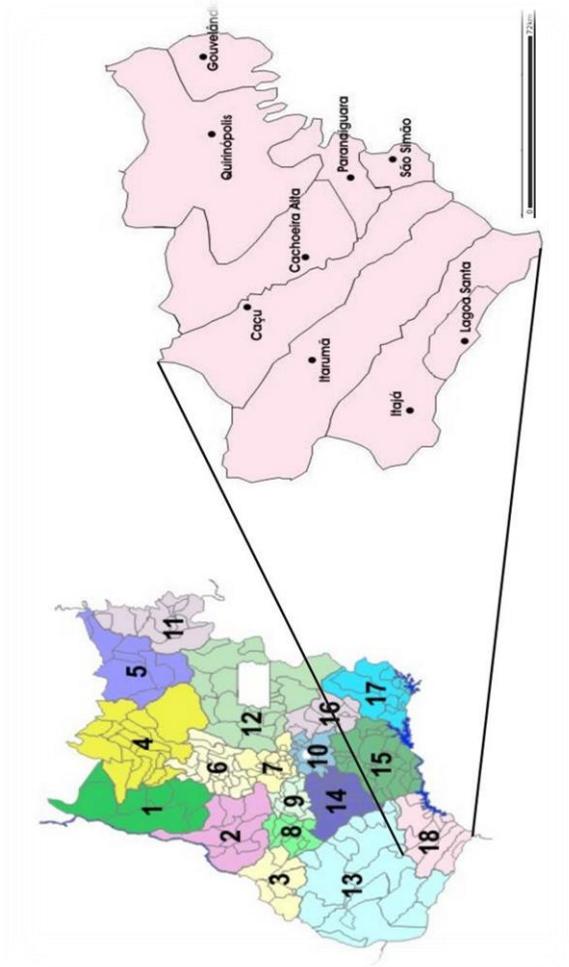


Fonte: ANDRES, Michele, 2011.

Como escrevem Chaveiro e Castilho (2010, p 1), até este momento, o Cerrado foi “tido como um ecossistema de solo pobre e infértil, objeto de um preconceito estético devido a tortuosidade de suas espécies vegetais, posicionado no sertão central da nação”. Pelo fato de ser menosprezado pelo capital e pela marginalização de políticas públicas federais, o Cerrado constitui-se em espaço para populações rurais que se territorializam, com suas práticas de produção e modos de vida tradicionais.

Diante desses fatos, a Microrregião Quirinópolis-GO (Mapa 2), até a década de 1950, tinha uma produção agrícola voltada à economia de consumo, com o excedente destinado ao mercado regional e local, com presença forte de produtores tradicionais, preservando quase integralmente a vegetação natural, característica dos cerrados descritos acima. O desmatamento para a implantação da agricultura teve início ainda nessa década, para acolher culturas alimentares e pastagens, com a produção extensiva do gado bovino.

Mapa 2: Localização da Microrregião Quirinópolis



Fonte: Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas, 2011

Aponta Steinberger (2000, p. 41) que se instituíram as políticas públicas voltadas à macrorregião Centro-Oeste, que coincide com a localização do Cerrado, se iniciou ainda “na década de 1930 com os programas e projetos, públicos e privados, de colonização, integração e interiorização da economia. Toda essa atuação começou sem nenhum planejamento”. Ações, a partir de um planejamento para essa região, foram observadas somente em 1967, ao se criar a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), quando o Centro-Oeste passou a ser pensado em termos de desenvolvimento regional. De acordo com Steinberger:

A atividade mais importante realizada pela Sudeco foi a execução de programas elaborados em torno do conceito de pólo de desenvolvimento, como o Polocentro, o da Grande Dourados, o do Pantanal e o da Região Geoeconômica de Brasília, todos criados em meados dos anos 70. Dentre estes, o Polocentro foi o que teve maior impacto na região Centro-Oeste como um todo. Priorizou o aumento da produção agropecuária com a perspectiva de incorporar ao setor produtivo 3,7 milhões de hectares de terras do cerrado, durante cinco anos. Isso equivaliu a promover o aproveitamento do cerrado em escala empresarial, o que incluiu o território de 202 municípios da região e ações relativas à construção de estradas, à eletrificação rural, à rede de estocagem e comercialização, bem como a investimentos em correção de solos,

pesquisa, tecnologia agrária e insumos modernos (STEINBERGER, 2000, p. 42).

Já na década de 1970, uma política econômica de inserção dessas regiões, implantada pelo governo federal, fomenta a introdução e intensificação da mecanização e insumos agrícolas, mediante tecnologias modernas. Cresce, substancialmente, a produção de culturas comerciais no país, sobretudo o milho e a soja, e, nesse mesmo período, ocorre a queda acentuada na produção do arroz e feijão.

Fica claro que a produção de alimentos deixou de ser incentivada por programas governamentais, substituídos por investimentos em produtos de exportação, por conta das divisas que entram no país. Oliveira (2007, p.4), comparando dados da safra 2006/2007, denuncia esse descaso com a pequena produção familiar: pois, nessa safra, “o setor do agronegócio sai de 44 bilhões para 50 bilhões de reais e a agricultura familiar passa de 9 (...) para 10 bilhões de reais”. Acrescenta o autor que, se olharmos o volume da produção de “arroz, feijão e mandioca, que são os três principais alimentos da população pobre desse país, não há nenhum crescimento desde 1992” (OLIVEIRA, 2007, p. 2).

A soja foi introduzida nos anos de 1970 e, mesmo não tendo ainda grande expressão, foi responsável pela introdução de tecnologias modernas no processo agrícola no Cerrado. Santos (2008) escreve que a ação do Estado Militar, a partir dessa década, estabelece políticas de redefinição das características das terras de baixa fertilidade e de reocupação do Cerrado com os projetos de “desenvolvimento”, objetivando modernizar a

produção agrícola pela boa produtividade no Centro-Oeste. Dentre estas, destacam-se as facilidades de aquisição de grandes extensões de terras, definidas pelo próprio Estado como devolutas, desestruturação das bases de poder camponês e da pequena propriedade, linhas de créditos, aplicação de tecnologias, pesquisas, dentre outras.

Na década de 1980, dentre os grandes projetos de capital estatal e privado, está o Jica/Prodecer, que teve como objetivo introduzir novas racionalidades produtivas. Houve transformações profundas, econômicas, sociais e culturais, no que se refere às formas de produzir grãos e, mais recentemente, matéria-prima, protagonizadas pela cultura da soja, do milho e da cana-de-açúcar.

No final dos anos 1990, acrescenta Steinberger (2000), as pesquisas sobre as do Cerrado objetivavam identificar áreas prioritárias, e realizar avaliações dos “condicionantes socioeconômicos e tendências atuais da ocupação humana da região Centro-Oeste”. Também preocuparam com as recomendações a respeito da conservação da biodiversidade na incorporação dos instrumentos de ordenamento territorial e de gestão ambiental, fomentando “corredores de biodiversidade, zoneamento econômico-ecológico, planos diretores de ordenamento territorial e gerenciamento de bacias hidrográficas” (STEINBERGER, 2000, p. 43).

O autor evidencia, ainda, os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDS) como parte da divulgação dos estudos, no final da década de 1990.

Tais eixos propuseram um novo desenho do território nacional a partir de uma divisão regional do Brasil em nove grandes regiões de planejamento. A denominação eixos é originária da sua concepção inicial, surgida na segunda metade dos anos 80, quando tratava quase que unicamente de um sistema intermodal de transporte integrando hidrovias, ferrovias e diversas rodovias (STEINBERGER, 2000, p. 43).

Entram em cena, portanto, outras lógicas, sobretudo a do agronegócio, planejado pelo Estado e implantado pela classe empresarial. A partir das diferentes lógicas sociais envolvendo o Cerrado, a implantação da produção pelo modelo do agronegócio promove conflitos de relações com a produção alimentar desenvolvida há décadas pelos sujeitos do lugar. Produção não apenas de economia de consumo, como também para o mercado regional e local.

Nesse contexto e em razão das recentes transformações econômicas e tecnológicas da produção agrícola, discutem-se os objetivos e os alcances das grandes lavouras de cana-de-açúcar no Cerrado brasileiro, a partir do início deste século. Atividades estas constituídas mediante a imposição de novas relações de produção, do favorecimento do processo migratório de mão de obra, da redução ou mesmo eliminação do trabalho familiar, e da transformação de territórios e ressignificação de modos de vida, constituídos historicamente e culturalmente.

O município de Quirinópolis como recorte de análise das transformações territoriais e culturais no Cerrado goiano

As transformações no Cerrado do Município de Quirinópolis, de acordo com dados de Santos (2004), iniciam-se pelo desmatamento na década de 1950, para implantação da agricultura. Esse desmate correspondia a uma área de 16.406 ha cultivados com culturas alimentares, sendo que o arroz correspondia a 56,8% desta área, com predominância da produção de economia de consumo. A pastagem natural, nessa década, abrangia uma área próxima a 153.944 ha, com a produção extensiva do gado bovino (SANTOS, 2004).

A área agrícola no município, apoiando nos dados de Santos, saltou para 55.308 ha no início da década de 1970, sendo que o arroz ainda ocupava larga vantagem na produção (55,2%), porém em escala mercadológica maior. Houve uma redução das pastagens naturais para 113.963 ha, cedendo espaço para a pastagem cultivada, que chegou a 127.070 ha. No final dos anos 1970 e nos anos 1980, houve considerável aumento na produção de produtos comerciais, como o milho e soja, e a queda acentuada na produção do arroz e feijão.

A soja foi introduzida no município e região nos anos de 1970, considerada responsável pela inserção de tecnologias modernas no processo agrícola, e teve, de acordo com Santos (2004), no final deste e início dos anos de 1980, um crescimento significativo, 15.965 hectares, chegando a 28.000 hectares em 2001, enquanto que o arroz e o feijão, juntos, representavam apenas 1.500 hectares de área plantada.

Em 2010, houve redução da área plantada de soja, 20.000 hectares, com produção de 60.000 toneladas, sendo que, em 2004 chegou a 50.000 hectares. Essa queda se deve à chegada da cana-de-açúcar nesse ano, iniciando a moagem em 2006, na indústria de álcool e açúcar São Francisco. Nesse ano, a moagem foi de 360.000 toneladas, em uma área plantada de 4.000 hectares, chegando, em 2010, a 4.950.000 toneladas em 55.000 hectares, conforme tabela 1.

Tabela 1: Redução de área para produção agrícola tradicional para implantação da cana-de-açúcar em Quirinópolis (em hectares).

Produto	2001	2004	2006	2010
Algodão	150	198	0	0
Arroz	500	700	1.000	150
Milho	14.800	6.500	7.000	3.500
Soja	22.700	50.000	25.000	20.000
Sorgo	2.556	3.000	3.000	1.400
Cana-de-açúcar	0	0	4.000	55.000

Fonte: EMATER/Quirinópolis, 2011

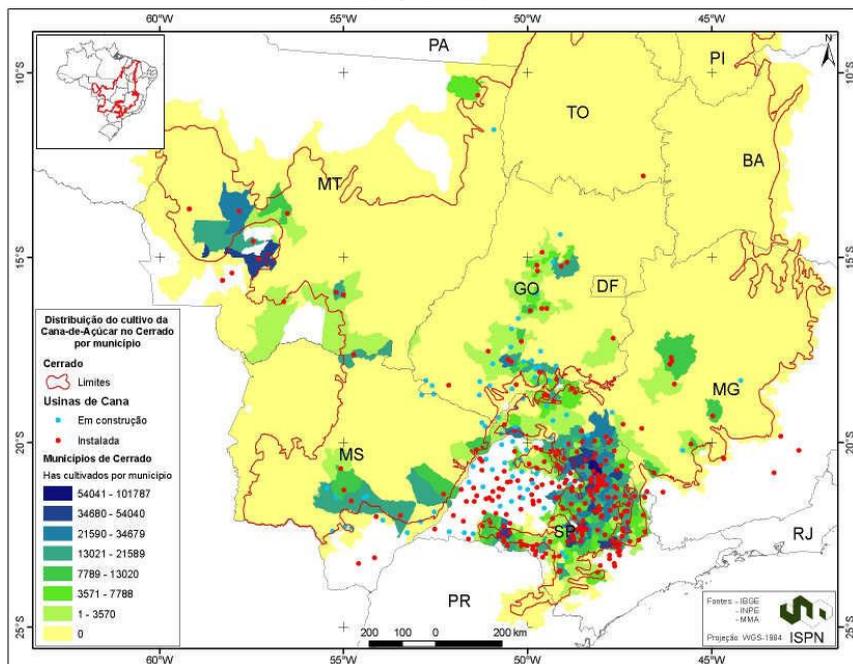
O milho, considerado produto de exportação, também teve queda de produção, reduzindo de 58.756 toneladas, em 2001, para 25.200 em 2010, numa redução também de área, de 14.800 para 3.500 hectares no mesmo período. Quanto ao efetivo bovino, a redução de 2003 para 2009 não foi expressiva, partindo de 366.582 para 333.882 cabeças. A produção leiteira saiu de 26.880.000 litros, em 2006, para 54.250.000 em 2010. Em compensação, a produção do arroz que era de 500 hectares, produzindo 900 toneladas em 2001, subindo para 1.000 hectares

com 2000 toneladas, em 2006, caiu para apenas 150 hectares, com produção de 360 toneladas em 2010 (EMATER/PREFEITURA DE QUIRINÓPOLIS, 2011).

Por conta das divisas que entram no país por intermédio das exportações, os produtos prioritários para o governo federal, nos dias de hoje, têm sido a soja para a exportação in natura, que servirá para a produção de ração animal nos países ricos, e a cana-de-açúcar, para a exportação do açúcar e, principalmente, do álcool anidro carburante, combustível veicular.

De acordo com dados da Associação dos Fornecedores de Cana de Goiás (APROCANA, 2011), ancorada nos dados segundo dados do IBGE, Universidade Estadual de Campinas e do Centro de Tecnologia Canavieira, há uma concentração da produção de cana-de-açúcar nas regiões centro-sul (boa parte sobre o Cerrado) e nordeste do Brasil. O mapa 3 destaca, em linha vermelha, a área de Cerrado e, em escala de cores, as áreas onde se concentram as plantações e as indústrias produtoras de açúcar, etanol e bioeletricidade.

Mapa 3: Área de concentração da produção de cana-de-açúcar no Cerrado



Fonte: ALVES, 2009

Na verdade, o que todos esses dados podem expressar ainda é a quantidade de famílias tradicionais (Figura 1) do Cerrado, que são desterritorializadas do campo ou que precisam modificar suas práticas sociais no campo, tanto no que se refere ao período da expansão da soja, como, recentemente, da cana-de-açúcar. São os desencontros sociais, culturais, étnicos e espaciais, na opinião de Santos (2008). Quanto à desterritorialização dos sujeitos rurais, para a maioria deles, a cidade foi o destino para sua reterritorialização.

Foto 1: Presença de pequena propriedade com diversificação de cultura e preservação do Cerrado ao fundo, Quirinópolis -GO



Fonte: Campo, 2008

Na década de 1960, ainda utilizando dados de Quirinópolis, conforme tabela 2, dos 25.644 habitantes neste município, 22.405 (87,4%) viviam na área rural e apenas 3.239 (12,6%) na área urbana (SANTOS, 2004, p. 118). Na década de 1980, quando o efeito da modernização da agricultura já se tornara evidente, o município de Quirinópolis contava com uma população de 36.236 habitantes, reduzindo para 13.508 (37,3%) a população rural, e a população urbana já contava com 62,7% (IBGE, 1980). Em 2010, último censo, cresce a população absoluta, com 43.220 habitantes, assim como aumenta a população urbana, que conta agora com 38.163 habitantes, ou

seja, o espaço rural, atualmente, possui apenas 11,7% da população total (IBGE, 2010).

Tabela 2: Variação populacional total e urbana/rural de 1960 a 2010, por biênio.

Ano	População Total	População Urbana %	População Rural %
1960	25.644	12,6	87,4
1980	36.236	62,7	37,3
2010	43.220	88,3	11,7

Fonte: IBGE, Organizado por SOUZA, 2011.

Não foi apenas a perda das terras, mas também da história, da cultura e do espaço concebido e vivido de centenas de famílias, promovendo não somente transformações drásticas no espaço urbano, mas também alterações visíveis no espaço rural, a partir da introdução de novas paisagens de monoculturas agrícolas.

Produção canavieira em áreas de Cerrado

Em nível de território nacional, de acordo com o Portal do Agronegócio (2011), a área de cana colhida destinada à atividade agroalcooleira, na presente safra, está estimada em 8.091,5 mil hectares, sendo que o Estado de São Paulo continua sendo o maior produtor com 54,35% (4.397,5 mil hectares) e Goiás ocupa a quarta posição com Goiás com 7,4% (601,2 mil hectares). Em segundo está Minas Gerais com 8% (647,7 mil hectares), seguido do Paraná com 7,5% (607,9 mil hectares).

Os dados da tabela 3 revelam a importância do Estado de Goiás no cenário regional e nacional, no que se refere à produção agroalcooleira. Na safra 2009/2010, Goiás representa 50,2% da área plantada com cana-de-açúcar, com relação à Região Centro Oeste e 6,4% da área nacional; 51,8% com relação ao Centro Oeste e 7,4% nacional, na safra de 2010/2011. Com relação à produtividade o Estado representa 51,8% da produção regional, na safra de 2009/2010 e 6,6% da nacional e, quanto à safra de 2010/2011, a representatividade ficou em 53,4% e 7,9%, respectivamente. Da mesma forma, a transformação da matéria-prima em açúcar e etanol, Goiás se destaca apresentando 52.417.400 toneladas, divididas entre 36.299.000 para etanol e 16.118,400 para açúcar (Tabela 4).

Tabela 3 – Cana-de-açúcar: Comparativo de área, produtividade e produção. Safras 2009/10 e 2010/11

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 2009/10	Safra 2010/11	VAR. %	Safra 2009/10	Safra 2010/11	VAR. %	Safra 2009/10	Safra 2010/11	VAR. %
CENTRO-OESTE	940,3	1.160,1	23,40	82.354	84.587	2,71	77.435,9	98.132,3	26,70
MT	203,0	219,2	8,00	69.195	70.950	2,50	14.045,6	15.553,7	10,70
MS	265,4	339,7	28,00	87.785	88.785	1,10	23.297,8	30.161,2	29,50
GO	471,9	601,2	27,40	84.960	87.188	2,60	40.092,5	52.417,4	30,70
BRASIL	7.409,6	8.091,5	9,20	81.585	82.103	0,60	604.513,6	664.333,4	9,90

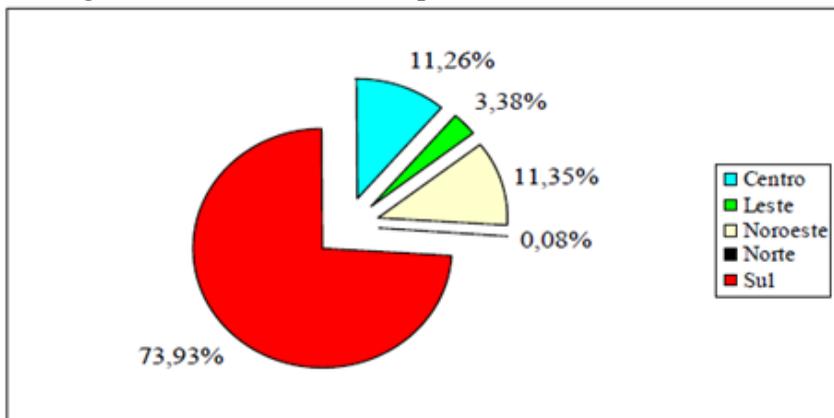
Fonte: Portal do Agronegócio Goiano, apud CONAB – 1º levantamento: Abril de 2010.

Tabela 4 – Cana-de-açúcar: estimativa de produção e destinação. Safra 2010/11

REGIÃO/UF	INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA		
	TOTAL	AÇÚCAR	ÁLCOOL
CENTRO-OESTE	98.132,3	28.960,3	69.172,0
MT	15.553,7	3.793,5	11.760,2
MS	30.161,2	9.048,4	21.112,8
GO	52.417,4	16.118,4	36.299,0
BRASIL	664.333,4	301.517,2	362.816,2

Fonte: Portal do Agronegócio Goiano, apud CONAB – 1º levantamento, no sul goiano (Figura 2), onde está inserida a Microrregião Quirinópolis. Entretanto outros aspectos, como os fatores econômicos e as políticas públicas, também são fundamentais atrativos de capitais produtivos.

Gráfico 1: Participação das regiões do Estado de Goiás no total dos investimentos fixos pelo PRODUZIR no setor agroalcooleiro, de 2002 ao primeiro trimestre de 2008



Fonte: ALVES, 2009, apud Nascimento e Castro, 2008

A Microrregião Quirinópolis conta, a priori, com três empresas agroalcooleiras em operação, sendo duas no município de Quirinópolis e uma em São Simão, e três em fase de projeto ou construção em Cachoeira Alta, Caçu e Itarumã. Essas empresas vieram atraídas por esses diferenciados fatores naturais e econômicos. O clima bem definido, com, aproximadamente, seis meses de constantes precipitações e seis meses de baixo índice pluviométrico, e o relevo relativamente plano favorecem a mecanização para plantio e colheita.

Os recursos hídricos abundantes, constituídos por rios, córregos e represas artificiais, possibilitam as irrigações no período da seca e, ainda, o escoamento da produção por via hidroviária Pananaíba-Paranánto: Abril de 2010

Sabe-se que os aspectos naturais foram determinantes para a territorialização do agronegócio, da soja em primeiro lugar, e da cana-de-açúcar em segundo, na região do Cerrado, sobret

-Tietê; e por último e não menos importante, as terras de planície de inundação do Rio Paranaíba constituem-se em solos férteis, tão preciosos para a atividade agrícola.

Com localização privilegiada, o município de Quirinópolis está interligado com as principais regiões do país por rodovias pavimentadas através da GO-164, que faz a ligação com a BR-452, e a GO-206 que faz a ligação com a BR-384. Quirinópolis está a 290 quilômetros de Goiânia, 280 de Uberlândia (MG), 694 de Campo Grande (MS), 870 de São Paulo (SP), 530 de Brasília (DF), e 860 de Belo Horizonte (MG). A proximidade com o município de São Simão, distante a apenas 85 quilômetros, onde se localiza o porto do mesmo nome, no início da hidrovía Paranaíba-Tiête-Paraná, é fator de grande importância por facilitar o escoamento da produção regional.

Em maio de 2007, partiu desse terminal o primeiro comboio com açúcar, produzido pela Usina São Francisco, com destino a Anhembi (SP), ponto final da hidrovía, numa distância de 760 quilômetros. O objetivo seria transportar dois bilhões de litros de álcool/ano a partir de 2008/2009.

Quirinópolis ainda contará com uma plataforma de cargas no trecho da Ferrovia Norte-Sul, que está sendo construída pela Estatal VALEC-Engenharias, Construções e Ferrovias S.A. São 680 quilômetros que deverão ser concluídos no final de 2012, que beneficiarão sobremaneira o setor sucroalcooleiro, ligando

este município à Estrela D'Oeste (SP), além da interligação com o Porto São Simão. Desta forma, o município será o único no estado de Goiás a contar com o sistema trimodal de transporte – o rodoviário, o ferroviário e o hidroviário.

Outro diferencial do município é o aeroporto, com capacidade de operar com aeronaves de pequeno e médio porte, que possui pista pavimentada de 1.500 metros e terminal de passageiros, para que executivos possam se deslocar com maior facilidade e rapidez.

Uma dessas empresas agroalcooleiras instaladas na microrregião é a Usina São Francisco, do grupo São João, em operação neste município desde abril de 2007. Em seus estudos de impactos ambientais EIA-RIMA (2004), considerou um raio de 22 Km em torno da planta industrial, nos municípios contíguos de Quirinópolis e Gouvelândia, para a cultura da cana-de-açúcar. Iniciaram-se as atividades em 2006, com uma área plantada de 15,3 mil hectares e, para a safra de 2009/2010, o Grupo São João produziu, em Goiás, nas Usinas São Francisco e Cachoeira Dourada, 50 mil hectares de cana, sendo moídas na primeira, visto que a segunda ainda não havia entrado em operação, prevista para 2011, com previsão de um aumento de cerca de 15 mil hectares a mais.

De acordo com o documento ambiental, o modelo prevê relações com proprietários e produtores em 10% da área agrícola por meio de fornecimentos terceirizados, de 20 a 30% em áreas próprias a serem adquiridas, e em 60 a 70%, mediante parcerias com produtores, a partir de arrendamentos. Isso denota

que cerca de 80% das terras deverão continuar com os proprietários da região, incluindo os pequenos proprietários.

Em junho de 2011, foi anunciada a junção dos grupos USJ e Cargill para a criação de uma nova empresa no segmento de açúcar, etanol e bioeletricidade, com participação de 50%, para cada um dos participantes, e gestão compartilhada, ainda sujeita a aprovação das autoridades regulatórias. De acordo com a empresa, a capacidade para processamento de cana-de-açúcar das duas usinas instaladas em Goiás, a São Francisco e a Cachoeira Dourada, será de 7,5 milhões de toneladas por ano, a partir de 2013, produzindo açúcar e etanol, além de uma unidade geradora de energia elétrica a partir de bagaço de cana, com capacidade para gerar 120 MWH, para o consumo próprio e vender o excedente. (GRUPO SÃO JOÃO, 2011).

Conforme o Portal Energia Hoje, na safra 2010/2011, a unidade instalada em Quirinópolis vai moer 4,8 milhões de toneladas contra 3,7 milhões de toneladas da safra 2009/2010. Para atingir a meta, a indústria São Francisco vai deslocar parte da cana já disponível na futura usina Cachoeira Dourada, em construção a cerca de 80 km de Quirinópolis.

A Boa Vista S/A (Figura 3), terceira usina do Grupo São Martinho, é localizada nas margens da GO 164, rodovia que liga Quirinópolis a Paranaiguara. Entrou em operação na safra 2008/2009, moendo, inicialmente, 1 milhão de toneladas de cana (GRUPO SÃO MARTINHO, 2007), produzindo, na safra 2009/2010, em torno de 3 milhões de toneladas (UDOP, 2010).

Foto 2: Vista parcial da Usina Boa Vista, em construção



Fonte: Campo, 2008

De acordo com matéria divulgada no Jornal “O Popular”, de 10 de abril de 2008, a Usina Boa Vista recebeu do governo de Goiás um dos maiores financiamentos de ICMS do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR), na ordem de 681 milhões de reais, produzindo, ao final de 2009, 195,3 milhões de litros de álcool.

Em junho de 2010, o Grupo São Martinho e a Petrobrás Biocombustível se uniram formando a empresa “Nova Fronteira Bioenergia”. Esta empresa produzirá etanol na região Centro-Oeste do Brasil. Mediante essa parceria, a unidade Boa Vista recebeu uma soma de R\$ 420 milhões da Petrobrás Biocombustível, com o intuito de acelerar o crescimento das suas operações. A expectativa é de que a unidade alcance a

marca de 7 milhões de toneladas de capacidade ao final desse período, por meio de investimentos da ordem de R\$ 700 milhões, previstos para acontecer até a safra 2014/2015 (PETROBRÁS, 2011). De acordo com Carolo (2011, p. 89), “Usina deverá moer 1,2 milhão de toneladas de cana para produzir 107 milhões de litros de etanol; em 2010/2011 processará 3,4 milhões de toneladas de cana para produzir 318 milhões de litros”.

Em São Simão, está instalada a Energética São Simão S/A, que entrou em operação em 2008, com previsão de operar com capacidade total em 2012. A unidade irá produzir açúcar, álcool e energia por meio da cogeração, processando cerca de 3.000.000 toneladas de cana por safra. O investimento total do projeto chega a R\$ 300 milhões (JORNAL DA CANA, 2007).

Cachoeira Alta também terá uma agroindústria do álcool, a Central Energética Rio Doce I, um projeto em desenvolvimento de uma Usina de Álcool e Bioenergia, com previsão de início de processamento neste ano de 2011. O projeto industrial desta empresa foi iniciado em 2006 e contará com uma primeira unidade industrial estabelecida no município de Cachoeira Alta no Estado de Goiás, com uma capacidade inicial de processamento de até 2.000.000 toneladas de cana-de-açúcar. Entretanto o projeto já prevê a construção de novas unidades industriais em regiões próximas, como a unidade Rio Doce II, prevista para Caçu (ENERGÉTICA RIO DOCE, 2011). Outra empresa do setor, em projeto de instalação, é o Complexo bioenergético Itarumã S.A., destilaria de Álcool com Cogeração de Energia Elétrica localizada no município de Itarumã-GO.

Outros municípios considerados de relevância para a produção de etanol nessa microrregião são Paranaiguara, São Simão e Gouvelândia. O primeiro, apesar de não ter uma usina em seu território, terá suas terras utilizadas com a lavoura de cana para servir à usina Boa Vista e à usina de São Simão, assim como Gouvelândia cede terras para lavoura de cana da Usina São Francisco.

Diante desses fatos, busca-se analisar a espacialização da produção da cana-de-açúcar nessa região, com interesse de estudar a formação de territórios como processos amplos com importantes impactos para as populações de produtores rurais tradicionais, sendo que o nosso ponto de partida são as relações sociais e práticas sociais.

Entendemos que elas devem ser estudadas como parte de ações e reações de grupos sociais, evidenciando a questão da múltipla ocupação de espaços pelos produtores rurais. Nessa perspectiva, teremos que enfrentar a incompatibilidade de valores sociais no interior dos próprios grupos de produtores, pois é preciso considerar as diferentes lógicas sociais, os distanciamentos geográficos e os obstáculos infraestruturais que as usinas impõem aos grupos sociais, especialmente em relação às suas manifestações e representações no território.

Isso tudo quer dizer que a fragmentação dos conteúdos sociais tradicionais, os dilaceramentos das relações que compõem os modos de vida, as práticas que se revelam temporalmente como fundamentais na vida dos camponeses, podem estar explicitados nas diversas formas de organização dos produtores e na forte influência desses grupos na

reivindicação dos seus direitos em permanecer no lugar. Desse modo, ressalta-se a realidade das unidades familiares, sua produtividade e comercialização, seu espaço vivido e concebido, as tendências e alternativas para sua permanência, produzindo multiterritorializações.

A espacialização da cana e as novas territorialidades

A expansão dos agrocombustíveis e, essencialmente, a perda dos vínculos com as comunidades rurais têm direcionado a investigação geográfica para a análise do território, como proposta de estudar a espacialização da produção da cana-de-açúcar no Cerrado fomentando, ou ao menos, contribuindo na formação de múltiplos territórios.

São consideradas, no processo de formação de territórios, as diferentes temporalidades sociais e as várias lógicas de reprodução social, capturadas, envolvidas e articuladas nas grandes lavouras de cana-de-açúcar. Na microrregião analisada, examinam-se as mudanças socioespaciais e seus impactos culturais nas populações tradicionais dessa parte do Cerrado.

Como se trata de processos recentes, pensa-se, também, nas perdas e nas superações decorrentes da expansão das grandes lavouras nos territórios das populações rurais tradicionais, bem como as especificidades com que esse processo ocorre nos lugares e comunidades rurais. Como, na área de cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar, existe uma reestruturação dos modos de vida, pondera-se que esses processos de reocupação se qualificam de forma mais ampla e se estendem a diversos aspectos sociais, econômicos, culturais, inclusive,

instituindo novos territórios no Cerrado.

A produção agrícola de economia de consumo e de alimentos para o mercado, como arroz, feijão e milho, bem como a pecuária extensiva são também formas de uso do Cerrado que foram desterritorializados para ceder espaço para as grandes lavouras, ou seja, para processos do capital, representado pela soja e pelo milho, nas décadas de 1980 e 1990, e da cana-de-açúcar a partir de 2004.

A relação do território com as famílias tradicionais forma um processo em movimento, tendo como principal elemento o sentido de pertencimento do homem, aqui entendido como sujeito social, ou grupo com o seu espaço de vivência. Esse sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como locus das práticas, onde se tem o enraizamento de uma complexa trama social, expressada e manifestada em formas de sociabilidade é que dá a esse espaço o caráter de território, impressas, nele, as identidades dos sujeitos, “território-identidade”, como designa Haesbaert (1997).

Entender o território como espaço da ação implica reconhecer a ação de diversos “atores”, sobretudo o capital, o Estado e os sujeitos de um determinado lugar. Isso nos leva a compreender que, havendo, nas regiões de Cerrado, a territorialização do capital, representado pela monocultura da cana-de-açúcar por intervenção das políticas públicas do Estado, desencadeiam-se desterritorializações, mas isso não elimina a possibilidade de também promover multiterritorializações, de população e de práticas sociais, que mantêm sua economia de consumo, suas crenças, hábitos e costumes.

Nesse caso, a territorialização do capital agroalcooleiro se estabelece em um espaço já ocupado e, nesse mesmo espaço, podem surgir possibilidades ou impossibilidades para os produtores tradicionais se manterem como tais ou mesmo se redefinirem produtiva ou culturalmente.

É importante analisar, ainda, a des(re)territorialização não apenas no caráter espacial, mas também nos aspectos culturais. Há uma mudança na lógica social dos sujeitos envolvidos, haja vista que a lógica dos camponeses é de enraizamento do modo de vida no território. Modo de vida esse que, no Cerrado, muitas vezes, é relacional ao coletivo, havendo momentos de individualidade, mas com laços profundos no comunitário, como os mutirões; a partilha da produção; festas comunitárias e religiosas, como a festa de reis ou as tradicionais festas de São João, Santo Antônio e São Pedro.

Entende-se, portanto, que nos espaços reocupados pelo capital, por meio do modelo do agronegócio canavieiro, já se encontravam territórios construídos pelos grupos sociais que ali viviam e, desta forma, ao se estabelecerem multiterritorialidades, os modos de vida das unidades de produção familiar permanecem, metamorfoseados, criando novas condições de sobrevivência.

A palavra território, de acordo com Haesbaert (1997), deriva do latim “*territoium*” que é derivado de terra – pedaço de terra apropriada – que Corrêa (1996) define como pertencimento – a terra pertence a alguém – não necessariamente como propriedade, mas com caráter de apropriação. Ou ainda conforme define Andrade (1996), pela consciência de sua participação e sentimento de territorialidade.

Corrêa (1996, p. 251) afirma ainda que a “apropriação do território pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas espacializadas por parte dos grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos”. Por esse motivo, essa categoria território cultural(ista), apresentada por Haesbaert (1997), referencia o debate das metamorfoses no meio rural da Microrregião Quirinópolis, onde os grupos sociais imprimiram identidades territoriais, possibilitadas pela espacialidade e temporalidade.

Haesbaert (1999, p. 172) enfatiza também que não pode haver território sem algum tipo de “identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes”. Para Saquet (2007), ancorado em Bagnasco (1999), Identidade, reciprocidade e confiança, são palavras que pertencem ao vocabulário da comunidade. Significam, também, comenta o autor, redes de relações, internas e externas a cada lugar e construídas com uma estabilidade e coletividade.

Entretanto, metodologicamente, o trabalho debaterá as ideias sobre território, na perspectiva de visualizar e compreender não apenas um território, mas a coexistência de variados territórios, determinado por Haesbaert (2006) por multiterritorialidades. Na verdade, é entender como a expansão da cana transforma os territórios das populações tradicionais do Cerrado goiano, sem que os exclua do espaço, apenas impõe-lhes transformações, pela produtividade capitalista e pela modernidade.

Multiterritorialização, segundo Haesbaert (2006, p. 344), deve ser entendido no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo, para formular, a partir daí uma territorialização

efetivamente múltipla. Indica a possibilidade de “acessar ou conectar, num mesmo local e ao mesmo tempo, diversos territórios”. De acordo com o autor, a multiterritorialização, se não é a forma dominante, é ao menos “a forma contemporânea ou ‘pós-moderna’ da reterritorialização [...]” (HAESBAERT, 2006, p. 338).

Esse autor (2006, p. 343) defende que à multiplicidade justaposta deve-se acrescentar a efetiva “multiterritorialização”, que, segundo ele, resulta “não apenas da sobreposição ou da imbricação entre múltiplos tipos territoriais [...], mas também, de sua experimentação/reconstrução de forma singular pelo indivíduo, grupo social ou instituição”. Multiterritórios integrando sua experiência cultural, econômica e política num mesmo espaço.

Diante dessa discussão, o agronegócio e o seu novo braço, os “agrocombustíveis”, na região do Cerrado, podem ser percebidos pela sua predominância, visto que a expansão da cultura de cana-de-açúcar constitui formas típicas conhecidas como “mar de cana”. Nesse território, há uma tendência de exclusividade da cultura como condição para o sucesso da atividade, sendo necessário o extermínio de árvores, sedes, cercas, curral, mangueiro, dentre outros elementos nas propriedades.

Entretanto, ao chegar a essa forma atual, percebe-se que não existe apenas a cana nos campos do Cerrado, pois ainda observam-se pastagens, algumas plantações de alimentos, pequenos sítios com suas construções e equipamentos. Isso revela heterogeneidades das paisagens do Cerrado e que, certamente, constituem-se em multiterritorialidades.

Trabalhar com esse universo escondido implica considerar que a relação das populações tradicionais com o Cerrado é histórica, expressando seus conteúdos culturais em vários lugares. Formadas por trabalhadores, produtores e proprietários rurais, essas populações foram constituindo comunidades e fazendo surgir seus patrimônios culturais materiais e imateriais. Nessas condições, certamente, existem diversos fenômenos no âmbito das suas representações sociais, que não podem ser extintos totalmente, nem tampouco ignorados.

Desta forma, considera-se importante analisar as condições com que as tradições persistem e ainda convivem com as diferentes lógicas sociais subservientes aos interesses reprodutivistas dos grandes capitais investidos nessas grandes lavouras e na agroindústria, em especial, a produção agroalcooleira. É importante também, analisar as implicações dessas tradições com a identidade do Cerrado, relacionado às diferentes temporalidades sociais que agem na elaboração e proposição das estratégias e saídas para se permanecer no Cerrado, que, em contato com a modernidade, produz diversos territórios de coexistências e de ressignificações.

Finalizando

A região do Cerrado brasileiro, neste final de século XX e início de século XXI, passou por profundas transformações, tanto no que se refere à paisagem física, quanto aos aspectos socioeconômicos e socioculturais. O predomínio da economia de consumo foi substituído pelo da economia de mercado. Os valores socioculturais tradicionais foram sufocados por novos valores de caráter urbano e industrial/tecnológico. As festas e

rezas foram apagadas pela ausência dos laços de vizinhos, desterritorializados do campo.

Por mais que o Estado, a sociedade e até mesmo a ciência estejam certos de que o progresso produtivo e tecnológico deva caminhar pelo atual modelo implantado, na cidade e no campo, a mesma ciência não pode deixar de contestar os abusos e descasos com determinada parcela da população. Os alcances do grande capital agrário, em especial, das grandes lavouras de cana-de-açúcar, no qual o Estado de Goiás representa cerca de 50% da produção do Centro Oeste, têm provocado inúmeras formas de problemas ambientais e sociais no Cerrado. A Microrregião Quirinópolis, com três empresas agroalcooleiras em operação e três em fase de projeto ou de construção, evidencia uma quantidade enorme de hectares de terras com a lavoura, deixando de existir o Cerrado, tão caro à população tradicional e seus usos e costumes.

Especialmente, trata-se de visão fundamentada em saberes que se objetivavam garantindo o uso dos recursos necessários, fazendo surgir uma paisagem ímpar, de convivência equilibrada e, portanto, mediada pelas necessidades das pessoas, e destas com o próprio Cerrado. Seguramente, estamos diante de um processo que envolve sistemas produtivos, modos de vida que vão sendo atravessados, alcançados e capturados pela produção dominante.

O desmatamento do Cerrado ocasiona a perda da diversidade vegetal, que reflete nos saberes das populações tradicionais, com a perda do conhecimento acumulado de usos medicinal e alimentar tradicional das plantas, bem como a fabricação de

utensílios. Essa perda compromete sua identidade cultural na condição de sujeito cerradeiro ou, mais especificamente, grupos sociais cerradeiros, para valorizar as práticas em coletividade.

Entretanto a predominância da paisagem com cana-de-açúcar não caracteriza exclusividade territorial do capital energético. Temos vários outros territórios constituídos em meio a essa paisagem: território da pecuária e da produção de leite; território das pequenas atividades agrícolas de fundos de vale, das culturas tradicionais e da economia de consumo; território das festas e das rezas, dentre outros.

A concepção das multiterritorialidades presentes no Cerrado goiano está imbricada aos conflitos originados a partir das diferentes lógicas sociais que envolvem não apenas a produção pelo modelo do agronegócio, mas também as relações com as populações tradicionais e seus modos de vida construídos cotidianamente. São temporalidades marcadas no espaço concretizado pelo sentimento de pertencimento dos sujeitos do lugar, que ali permanecem, apesar das adversidades.

Referências

ALVES, N. C. G. F. **Competitividade da produção de cana-de-açúcar no Cerrado Goiano**. 150 f. (Dissertação de Mestrado). Faculdade Alves Faria – ALFA, Goiânia, 2009.

ANDRADE, M. C. De. Territorialidades, desterritorialidades e novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M. (Org.); SOUZA, M. A. A. De (Org.);

SILVEIRA, M. L.(Org.) **Território – Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996. 332 p. P. 213 – 220.

ANDRES, M. **Blog: Viagens, natureza, reflexões**. Disponível em: <<http://micheleandres.blogspot.com/2011/03/biomas-brasileiros-cerrado.html>>. Acessado em 12/07/2011.

APROCANA. **Associação dos Fornecedores de Cana – Goiás**. Disponível em: <<http://associacao.aprocana.zip.net/>>. Acessado dia 12/07/2011.

BRASIL. **Instituto Nacional de Geografia e Estatística – IBGE**, 1980.

BRASIL. **Instituto Nacional de Geografia e Estatística – IBGE**, 2010.

CAROLO, A. Boa Vista, da São Martinho, é inaugurada In: **Jornal da Cana**. Outubro/2008. Disponível em: <<http://www.jornalcana.com.br/conteudo/Edicoes.asp?Edicao=178>>, Acessado dia 11/07/2011.

CHAVEIRO, E. F; CASTILHO, D. **CERRADO**: patrimônio genético, cultural e simbólico, s.d. Disponível em: <<http://www.revistamirante.net/2ed/7.pdf>>. Acessado em 23/03/2010.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. De.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território – Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996, 332p. P.251 – 256.

ENERGÉTICA RIO DOCE. Disponível em:
<<http://www.energeticariodoce.com.br/Historico.htm>>.
Acessado em 12/07/2011.

GRUPO SÃO JOÃO. Disponível em:
<<http://www.usj.com.br/14.html>>. Acessado dia 12/07/2011.

GRUPO SÃO MARTINHO. Disponível em:
<www.mzweb.com.br/saomartinho. 06/02/2007>, acessado dia
22 de janeiro de 2008.

HAESBAERT, R. Território e identidade: raízes do gauchismo e da nordestinidade. In: **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste.** Niterói: EDUF, 1997, p. 31-91.

_____. **Identidades territoriais:** da multiterritorialidade à “reclusão” territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, (1999). Disponível em:
<http://74.125.47.132/search?q=cache:4YYFuNJtKI4J:tercud.ulusofona.pt/GeoForum/Ficheiros/23GeoForum.pdf+haesbaert+1999&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&lr=lang_pt>. Acessado dia 24/08/2009.

_____. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, A. U. de. **Soberania alimentar requer rompimento com o agronegócio.** Por Valéria Nader O Correio da Cidadania, 2007.

PETROBRÁS. **Fotos e dados.** Disponível em: <<http://fatosedados.blogspot.com.br/2011/05/06/usina-boa-vista-sedia-abertura-da-safra-de-cana/>>. Acessado em 6/05/2011.

PORTAL DO AGRONEGÓCIO GOIANO. **Avaliação da Safra Agrícola de Cana-de-Açúcar.** Disponível em: <http://www.agronegocio.go.gov.br/admin/arq_doc/arquivos/seagro_28_535.pdf>, 2010. Acessado em 12/07/2011.

PORTAL ENERGIA HOJE. Disponível em: <<http://www.energiahoje.com/index.php?ver=mat&mid=407290>>, 2010. Acessado dia 13/07/2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, G. C. dos. **A Geografia e o desenvolvimento regional.** In: UEG em Revista: Revista Científica da UEG – Quirinópolis. v. 1, n. 1, Goiania: Kelps, 2004.

SANTOS, R. J. (Re)Ocupação do Cerrado: novas gentes outras identidades. In: ALMEIDA, M. G. (Org.) et. al. **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares.** Goiânia: Ed. Vieira, 2008, p. 98-136.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre o território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STEINBERGER, M. Região Centro-Oeste: uma visão geopolítica. In: **Sociedade e Cultura 2000**, vol. 3. Disponível

em:

<<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=70312129003>>. ISSN 1415-8566. Acessado em 05/07/2011.

UDOP. Amyris e São Martinho alteram acordo para produção de químicos. Disponível em: <<http://www.udop.com.br/index.php>>, 15/04/2010. Acessado em 13/07/2011.

EXPANSÃO DA CANA NO CERRADO DO TRIÂNGULO MINEIRO E AS HETEROGENEIDADES NAS ESTRATÉGIAS DOS PRODUTORES DE LEITE E VINHO

Monica Zuffi
Rosselvelt José Santos

Introdução

O objetivo deste texto é pensar sobre o processo de reocupação do espaço rural do município de Conquista-MG, contextualizando a produção de vinho na comunidade de italianos. Exclusivamente em algumas propriedades rurais de descendentes de italianos e especialmente em pequenas áreas de fundo de vales, onde algumas vinícolas foram instaladas e estão sendo reduzidas pela cana-de-açúcar, uma lavoura homogeneizante. Neste texto, detalhamos algumas experiências produtivas, estabelecendo reflexões a respeito das mudanças e das precauções de produtores locais, esclarecendo as tensões sócioespaciais. A problemática central é de que a produção de vinho foi construída a partir de uma representação de italianos e que a introdução de uma nova cultura, principalmente por políticas ligadas ao agronegócio, ao mesmo tempo em que anunciou o progresso, fez tábula rasa dessas humanidades.

Cabe aqui, neste momento, compreender o significado da produção de uva e vinho em um lugar onde a cana representa opções de renda para o grande fazendeiro. Porém as

expectativas sobre a valorização das terras e as consequências que ela está trazendo para as pessoas atingidas por grandes plantações não se restringe aos grandes proprietários de terras. O estudo recai sobre aquilo que vem sendo vivenciado por sujeitos sociais que nasceram no lugar, criaram suas vinícolas, costumes e continuam existindo no meio rural, recriando seus territórios.

Este texto faz parte de estudos que tratam da expansão da cana-de-açúcar na Mesorregião do Triângulo Mineiro, a qual está inserida no Bioma Cerrado, cuja formação representa cerca de 23% do território brasileiro, sendo um bioma complexo de formações vegetais, que apresenta uma ampla divisão fitofisionômica, constituindo formações campestres, savânicas e até florestais (cerradão), além das florestas decíduas e de galerias. Esta diversidade encontra-se associada a uma sazonalidade pluviométrica em que as estações do ano são bem definidas, com o verão quente e chuvoso e o inverno frio e seco. Este é o principal fator (...) da distribuição espacial e temporal das fisionomias vegetais do Cerrado (CARVALHO, 2010).

A caracterização hídrica da região do Alto Paranaíba é marcada pela bacia dos Rios Grande, Araguari e Paranaíba e, conforme CUNHA & BRITO (2006), nos vales próximos a elas encontram-se solos férteis, já o relevo é representado pelos chapadões tabulares. Na região do Alto Paranaíba, há ocorrências de ondulações.

Dentro da mesorregião do Triângulo Mineiro, mais precisamente na microrregião do Vale do Rio Grande, trataremos do município de Conquista. Essa municipalidade teve origem nas sesmarias.

O território explorado foi dividido em sesmarias, concedidas aos exploradores e aventureiros da expedição. Os primeiros a se fixarem no local foi o Coronel Domingos Vilela de Andrade, fundador da "Fazenda da Conquista e Manuel Bernardes Nazianzeno da Silveira, cujas terras eram ponto de pouso para quem demandasse o porto de ponte Alta, onde se fazia o escoadouro dos sortimentos dos mascates dos sertões de Minas, Goiás e Mato Grosso. Por volta de 1888, o Coronel Francisco Meireles do Carmo se estabeleceu ali com um armazém, passando a fornecer artigos necessários às turmas que trabalhavam na construção da Estrada de Ferro Mogiana. O topônimo da cidade está ligado ao nome da primeira fazenda construída no local. (Anuário estatístico do estado de Minas Gerais, p.12. s/a)

O município de Conquista, conforme o IBGE, tem uma população estimada em 6.526 mil habitantes, com uma área de 618 km². Ao que tudo indica, teve sua povoação como resultado da expedição que, em 1803, partiu do povoado de Desemboque em viagem de exploração pelo Triângulo Mineiro (2007).

A cana-de-açúcar como redefinição do lugar

Pensando a história particular de cada lugar, fomos compreendendo como eles foram “se desenvolvendo/realizando em função de culturas, tradições, hábitos, língua, cada um próprios e construídos ao longo da história se impondo como consequência do processo de constituição mundial” (CARLOS, p.22, 2007).

Partindo do lugar, compreende-se que, de forma geral, a presença das grandes lavouras de cana-de-açúcar vêm proporcionando desrespeito às particularidades sócioprodutivas, principalmente com aquelas lavouras que já existiam no município e que continuam cultivadas a despeito do avanço do setor sucroenergético.

Em Conquista, temos acompanhado, durante os trabalhos de campo, vários sitiantes e até produtores de médio porte no enfrentamento de problemas derivados das lavouras de cana-de-açúcar. O principal entrave inclui o uso de produtos químicos como herbicidas, maturadores, dentre outros agrotóxicos.

Como as lavouras de cana-de-açúcar são partes importantes dos empreendimentos capitalistas, é preciso acelerar o processo produtivo e garantir lucratividade aos investimentos. Ganhar tempo é fundamental. Com este objetivo, os canaviais têm sido pulverizados por meio aéreo. Como não há tempo para aguardar as condições atmosféricas ideais, isto acontece a qualquer momento, desrespeitando as normas para o zelo das outras atividades, espalhando esses produtos no ar, atingindo as áreas e lavouras dos produtores locais.

No agronegócio tempo é dinheiro e deixar de realizar a colheita ou perder parte dela significa não remunerar os capitais investidos nas lavouras de cana-de-açúcar. Assim, os seus resultados consistem em usar cada vez mais a ciência e a técnicas.

Aqui a gente usa agricultura de precisão. Então a gente sabe como muita precisão aquilo ta faltando.

Sabe também a hora de colocar adubo ou irrigação.¹

Como as práticas sociais não se resumem ao fato de ganhar tempo, as heterogeneidades entre lavouras e roçados são um dos principais problemas que tensionam a vida no espaço rural de Conquista. Em certos casos, contribui para que produtores desistam de trabalhar no cultivo de culturas centenárias e que, por várias gerações, possibilitaram uma existência camponesa no lugar. Como o problema vem se repetindo, os produtores locais tendem a renunciar os seus pequenos roçados, no caso da uva, constitui uma prática centenária que envolve parte do modo de vida italiano e a produção dos meios de vida.

Essa mudança no uso do espaço gera, no lugar, novas formas de tensões, anunciando outros modos de domínio do território. O uso de novas tecnologias, ao mesmo tempo em que cria novas lógicas sociais, coloca a produção de uva nas terras de fundo de vale em desvantagem em relação às lavouras de cana-de-açúcar praticadas na chapada. Quando o usineiro usa maturadores, geralmente, o vento, a pressão atmosférica acabam carregando parte dessa carga tóxica para os parreirais. Quando isso acontece os donos dos parreirais são impedindo de fazer a colheita e, por conseguinte ter vinho a mesa.

Nesse cenário, o espaço que viabilizou a produção das videiras, com a cana-de-açúcar e as tecnologias usadas para no seu cultivo, sofreu restrições.

¹ Fonte: Técnico agrícola. Trabalho de campo, agosto de 2011. Conquista. MG.

*Aqui onde a gente colocou a uva é um baixo. Então fica bastante úmido. Então quando não tinha cana era bom. Com a cana eles usam um produto que quando anoitece vai baixado, justamente por ser bastante úmido.*²

A natureza que o beneficiou, agora, com a pulverização aérea de produtos químicos, contaminam-se as videiras. Nesse processo de metamorfoses do espaço e de seus usos, os camponeses, com menor poder econômico, não conseguem acompanhar o ritmo das mudanças.

O território que surge a partir dessas transformações é uma manifestação dos investimentos de capital. No lugar, o capital sucroenergético é administrado de forma a restringir o direito daqueles produtores rurais que já estavam no lugar. Na lógica do morador, quem chegou antes deveria ser respeitado e o uso do espaço socialmente democratizado.

*Quantos anos a gente já mora aqui? Já um punhado de tempo. Daí eles vão chegando e fazendo esse recasso... Daí a gente vai te que deixa a uva de lado. Então é assim, eles fazem o que querem...*³

Desse modo, aqueles que antes faziam parte do lugar vivem nele se submetendo às apropriações que não são suas. Neste momento, não possuem o domínio do lugar, pois seus vínculos

² Fonte: Produtor de leite e vinho. Trabalho de campo, agosto de 2011. Conquista. MG.

³ Fonte: Produtor de leite e vinho. Trabalho de campo, agosto de 2011. Conquista. MG.

territoriais estão se fragmentando no arrendamento de terras e nas novas imposições do espaço e do próprio mercado.

Lugares e territórios em articulação

Pela a lógica capitalista, compreendemos que o setor sucroenergético privilegia apenas a lucratividade do seu negócio, enquanto os demais sujeitos sociais e as suas lógicas ficam numa situação de subordinação.

No lugar, apesar das heterogenidades das práticas sociais, o espaço é rural e o seu uso é definido pelo poder econômico que cada grupo detém. “Nessa situação é possível perceber a formação de uma divisão territorial desigual, que privilegia os territórios econômicos que possam garantir vantagens competitivas às grandes empresas que neles se instalam” (EGLER, 2006, P. 220).

Isso quer dizer que a relação dessa centralização de poder representa o que os usineiros fazem no entorno das suas lavouras. Ao usar produtos de alta tecnologia, criam as condições artificiais de produção e dentro dessa lógica, agem lançando agrotóxicos no meio ambiente, poluem rios, solo e até mesmo o ar, chegando a atingir culturas vizinhas. Dilaceraram os modos de vida e a produção dos meios de vida dos antigos produtores locais

As Usinas vão se localizando em pontos, estrategicamente, escolhidos e se conectando a vários lugares por onde circulam as mercadorias que produzem e que consomem. Os lugares que são sendo reocupados por elas, assim, vão sendo tensionados e

forçados a recriar suas redes sociais. Em um espaço em que o lugar da pequena produção passa a ser ameaçado pelo uso do setor sucroenergético, a sua condição se complexifica, ao mesmo tempo em que os sujeitos sociais agem e reagem para ficar no lugar.

*A cana chegou. Daí a uva tem que sair? O técnico da emater já ta vendo com a usina um jeito deles não usa os produtos que tão matando a uva. A gente ta preocupado e ta procurando uma orientação.*⁴

Dessa forma, o sujeito social é afetado no lugar vivido pelas usinas, mas dificilmente aceita de forma pacífica as mudanças no território. No lugar, os produtores locais reagem como podem.

*A primeira coisa que a gente observou foi que depois que o avião passa jogando veneno, assim depois de uma semana começa o broto cai... O broto fica fraco e daí não tem produção.*⁵

Isso denota que no lugar persiste, por exemplo, a experiência, o que ficou também se transforma no processo de reconstrução da vida. Por isso, consideramos que as práticas sociais revelam habilidades dos produtores locais criarem ou recriarem os seus modos de vida ao reivindicar direitos de continuarem usando o espaço. “Nesse movimento, compreendemos que não há

⁴ Fonte: Produtor de leite e vinho. Trabalho de campo, agosto de 2011. Conquista. MG.

⁵ Fonte: Produtor de leite e vinho. Trabalho de campo, agosto de 2011. Conquista. MG.

homogeneidade no espaço nem no território, mas uma heterogeneidade de tempos e territórios em cada unidade espacial de análise, seja no lugar, no país, etc.” (SAQUET, 2007, p. 60).

Contextualizando as falas dos produtores locais, temos observado a mesma queixa com relação ao crescimento e à frutificação de suas lavouras, e os problemas são praticamente os mesmos, plantas atrofiadas e que não produzem frutos. Questionando se haviam percebido algum tipo de pulverização aérea, alguns disseram que sim, porém outros negaram, mas o que nos chamou mais a atenção é que, em todos os casos, as plantações de cana-de-açúcar estão praticamente coladas a essas outras lavouras.

A coisa ta ficando dum jeito que parece que não vai dá mais nada. Tem dois anos que esse parreral está assim, fazemos a poda, mas não dá fruto nenhum⁶

Figura 2: Principais Maturadores e Herbicidas utilizados no Plantio da Cana-de-açúcar

PRODUTO	CLASSE	FABRICANTE S DO PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO S DO PRODUTO
MODDUS	Regulador de	Syngenta Crop Protection	É indicado para a maximização do

⁶ Fonte: Produtor de leite e vinho. Trabalho de campo, agosto de 2011. Fala do ajudante do proprietário da fazenda São Vicente cuja plantação de uva está ameaçada pela cultura açucareira que está rodeando o parreiral. Conquista MG.

	Crescimento	Monthey	manejo parietal, inibição de florescimento e aumento do teor da sacarose da cana-de-açúcar
GAMIT STAR	Herbicida seletivo	Fmc Corporation – Eua	Para aplicações em cana soca já brotada, poderá ocorrer clorose localizada pela ação do contato com o GAMIT STAR, havendo recuperação total da planta. Não se recomenda aplicar GAMIT STAR a menos de 800m da cultura de girassol e milho e das seguintes atividades: hortas, pomares, viveiros, casas de vegetação (estufas), jardins, videiras, arvoredos, vegetações ribeirinhas e outras nativas.
GAMIT	Herbicida	FMC	Culturas de inverno

360 CS		Corporation – EUA	(trigo, aveia, centeio) subsequentes à aplicação de Gamit 360 CS poderão apresentar leve clorose em locais se houver erro de aplicação como doses duplicadas ou sobreposição de barra.
Velpar K® WG	Herbicida seletivo de ação sistêmica	Diurom Técnico	Velpar K ®WG é um herbicida apresentado na forma de granulado dispersível para o controle seletivo de plantas infestantes em pós-emergência e pré-emergência na cultura da cana-de-açúcar. A presença de culturas sensíveis nas proximidades, condições climáticas e infestação podem afetar o

			gerenciamento da deriva e cobertura da planta.
MSMA 720	Herbicida pós-emergente	VOLCANO AGROSCIENC E (PTY) LTD	Cultura indicada: “MSMA 720” e um herbicida pós-emergente de contato seletivo indicado para o controle de plantas daninhas (mono e dicotiledôneas) na cultura da Cana-de-açúcar, deve ser utilizado objetivando controlar as plantas daninhas problema no período crítico de competição, salientando que ele não necessariamente, erradicara essas infestantes, dando porem, oportunidade a cultura de se desenvolver sem essa competição, com a vantagem de

			ser um produto seletivo a cultura.
--	--	--	------------------------------------

Fonte: Org. ZUFFI, M. A. Adaptado/ Seab e Extrapratica, 2011.

Isso nos levou a questionar sobre a contaminação do ar pelos agrotóxicos. Segundo alguns técnicos agrícolas, em dias de pulverização aérea, pode ocorrer, conforme as condições atmosféricas, que parte dos produtos aplicados nas lavouras de cana atinja lavouras vizinhas. Essa possibilidade existe inclusive por equipamentos convencionais. O fato demonstra que as reclamações são pertinentes e indicam que os efeitos da cana são relativos também ao uso de tecnologias.

No decorrer dos trabalhos, pesquisamos alguns maturadores e herbicidas que são mais utilizados pelos produtores de cana, e montamos uma tabela em que apresentamos seus fabricantes, especificações e classe, divididos por cada um dos produtos selecionados a partir dos sites da Seab e Extrapratica.

Como pode ser observado na Figura 2, alguns maturadores utilizados na cultura da cana servem para inibir o florescimento, como o MODDUS, fabricado pela empresa Syngenta. Esse produto é indicado para a maximização do manejo varietal, inibição de florescimento e aumento do teor da sacarose da cana-de-açúcar (SEAB, S.A.). Considerando as possibilidades de contaminação do ar, ele pode afetar outras culturas, provocado o mesmo efeito, independente da espécie, resultando no não florescimento e, conseqüentemente, na perda das lavouras.

Por estarmos lidando com uma realidade em movimento, quando a usina usa maturadores, por exemplo, em dias que se esta ventando, essa prática sugere que as formas como as usinas estabelecem suas relações com o lugar é de total abstração da vida das pessoas que vivem no entorno dos seus canaviais. Isso também revela procedimentos que ignoram, no lugar, a existência de diferenças sócioprodutivas, pois o uso dos agrotóxicos e demais produtos são empregados como uma forma da usina assegurar a produção e não correr riscos.

No entanto o resultado desse processo implica o reordenamento do espaço, em que os impactos das novas tecnologias não afetem os modos de vida e a produção dos meios de vida dos produtores locais. A usina precisa compreender que, ao usar o espaço sem respeitar a natureza, atinge os modos de vida, modificando a sua base econômica, bem como as práticas sociais que os sustentavam.

Dessa forma, compreendemos, no caso das lavouras de cana-de-açúcar que os usos inadvertidos das novas tecnologias contribuem para tensionar a vida nos lugares. Nos lugares, afinal, temos o território antes ocupado por práticas de uma determinada ordem temporal, mas que, agora, estão ameaçados por práticas agroindustriais que antes não pertenciam ao lugar.

O produtor rural tem de lidar com uma dinâmica socioespacial nova. Porém não há tempo para se adaptarem, sendo que o caminho que deverão seguir é o de reivindicar o direito de viver no lugar e de poderem usar o espaço. Para os pequenos produtores, o uso do avião, por exemplo, cria tensões, ocasiona conflitos, antes nunca presenciados no lugar.

Consequentemente, foram os camponeses e outros produtores rurais a mudar de lugar, ou mesmo redefinir a sua existência em função da presença e das ações desse estranho sujeito que, além de usar o espaço, age dele se apropriando mediante seu enorme poder econômico.

*O avião quando joga veneno é um tormento, é uma coisa que vai deixando a gente preocupada e vai deixando a gente sem sabe o que faz. Então agora o técnico já falou que lá na usina eles tão sabendo que não pode fazer pulverização de todo o jeito.*⁷

Com relação à forma de aplicação de cada um dos produtos citados, deve-se fazer o aproveitamento conforme especificações do fabricante. Os procedimentos podem ser observados na figura 3, sendo que o MSMA 720 somente deve ser aplicado com equipamentos costais ou tratorizados com barra, e não aereamente.

Figura 3: Informações Sobre os Equipamentos e Parâmetros de Aplicação dos Produtos via aérea.

PRODUTO	EQUIPAMENTO	PARÂMETROS	ESPECIFICAÇÕES
Moddus	Avião Agrícola	Altura do voo sobre a cultura	3 a 4 metros do alvo, velocidade do vento: 3 a 10 km/hora

⁷ Fonte: Produtor de leite e vinho. Trabalho de campo, agosto de 2011. Conquista. MG.

Gamit Star	Avião Agrícola	Altura do voo sobre a cultura	Altura mínima de 3 a 4 metros do alvo, Não se recomenda aplicar GAMIT STAR a menos de 800m da cultura de girassol e milho e das seguintes atividades: hortas, pomares, viveiros, jardins, estufas, videiras, arboredos, vegetações ribeirinhas e outras nativas.
Gamit 360 cs	Avião Agrícola	Altura do voo sobre a cultura	3 a 5 metros em relação ao topo da cultura, velocidade do vento: 2 a 10 km/hora
Velpar K® WG	Avião Agrícola	Altura do voo sobre a cultura	2 à 4 metros sobre o solo, velocidade do vento: inferior a 10 km/ h,
MSMA 720	Usar equipamentos costais ou tratorizados com barra.	-	Utilizar bicos tipo leque. Usando um volume de 250-400 litros de calda/há.

Fonte: Org. ZUFFI, M. A. Adaptado/ Seab e Extrapratca, 2011.

Como pode ser observado nessa figura 3, há um limite de altura para se aplicar os produtos e também de velocidade do vento. Trata-se de recomendações dos fabricantes para não correr o risco de danificar culturas vizinhas. Como as usinas procedem orientadas pelo ciclo reprodutivo dos capitais investidos, compreende-se os motivos pelos quais os modos de vida são desrespeitados, pois as várias culturas no entorno estão sendo prejudicadas.

Entretanto, há de ressaltar também outra probabilidade da não frutificação das lavouras locais, a falta de insetos polinizadores, como por exemplo, as abelhas, que, conforme SOUZA, (2006, p. 10), “muitas plantas nativas e seus polinizadores estão sendo diminuídas e perdidas devido à perda do habitat; o uso de herbicidas pode agravar esta perda e acelerar a extinção das populações de plantas locais”, ou seja, contaminando o ambiente desses insetos, reduz-se a população destes, conseqüentemente, minimiza a troca de informações genéticas entre populações isoladas e geram problemas como deriva genética e endocruzamento. Para populações muito pequenas, há o risco de extinção (Kerr et al., 2001. IN: SOUZA, 2006, p.10).

Contudo existem, inclusive no Cerrado mineiro, algumas espécies vegetais que têm sua polinização realizada por intermédio do vento e não precisam dos insetos como agentes polinizadores principais, mas, com a ajuda deles, a polinização faz com que aumente a qualidade do fruto, quantidade de sementes e a uniformidade do amadurecimento de um cultivo (SOUZA, 2006, p. 10).

A preocupação com a redução desses insetos está também na perda da diversidade de espécies, pois muitos são polinizadores de plantas cultivadas, em regiões tropicais, por exemplo, estima-se que cerca de 25% dos cultivos dependem da polinização de abelhas, no Brasil, são responsáveis por 40 a 90% da polinização de árvores nativas (Ibidem, 2006).

Com o uso abusivo de herbicidas nas lavouras, ocorre, obviamente, uma redução na população de polinizadores, o que pode também estar contribuindo com a não frutificação de algumas espécies vegetais, como no caso da banana, uva, maracujá e mamão, conforme alguns produtores nos relataram.

*A gente pensava que era só na uva que essa coisa tava atacando. Ataca tudo, nem as bananas estão nascendo mais, esses pés foram plantados há um ano e até hoje não estão dando fruto.*⁸

Como as lavouras, inclusive de bananas, são financiadas, os elevados custos dos empréstimos exigem dos donos dos bananais um rendimento que lhes permita continuar no ramo da fruticultura. Com plantas atrofiadas pelo uso inadequado de agrotóxicos, seguramente, os pequenos produtores, quando afetados pelos efeitos da pulverização nas lavouras de cana-de-açúcar podem parar de produzir. Isso, certamente, acarretará em mudanças na sua atividade e em alguns casos na desistência ou migração do produtor do lugar ou da atividade.

⁸ Fonte: Produtor de leite e vinho. Trabalho de campo, agosto de 2011. Fala do ajudante do proprietário da fazenda São Vicente. Conquista. MG.

De certo modo, o produtor rural compreende que os produtos que se usam na cana não têm efeito somente nos canaviais. Isso pode ajudar a compreender e a explicar os motivos pelos quais eles também mudam as suas lavouras de lugar ou até mesmo desistem de produzir, inclusive, os seus meios de vida. Nessa condição, geralmente, acabam encontrando no arrendamento um meio para se obter outras áreas, geralmente distantes das usinas. Como consequência, para alguns produtores pode ser o fim de um cultivo que criava identidade ao lugar e especificidades ao seu modo de vida secular.

Se descobrirmos que a uva não está brotando por causa dos venenos da cana, vou pará de produzir vinho, aí vou ter que ficar somente com a cana.⁹

Nessa fala, claramente, observa-se, de um lado, a condição do produtor. De outro lado, em decorrência das práticas agrícolas dos usineiros, a desarticulação da produção local. Assim, o uso de modernas tecnologias traz consigo o contraditório, pois cria no lugar pressões sobre o espaço social que obrigam os produtores locais a uma prática que, a princípio, eram contra. Em alguns casos, quando a produção de uva não reage, eles tendem a aceitar o arrendamento de suas terras para a usina.

Se a uva não está produzindo aquele recurso que a gente esperava, a gente já não vai espera a próxima safra pra tenta de novo. Daí se a uva não produzi

⁹ Fonte: Produtor de leite e vinho. Trabalho de campo, agosto de 2011. Fala do proprietário da fazenda São Vicente. Conquista. MG.

*vinho e o vinho não produzi recurso a gente vai Pará. Não por causa do veneno, vou tenta uma outra renda, aí vou ter que ficar somente com a cana.*¹⁰

Isso denota que, no espaço reocupado pela cana-de-açúcar, residem intencionalidades. Segundo Fernandez (2005).

O espaço, ao ser compreendido segundo intencionalidades de relações sociais que o criou, onde a parte é transformada em todo e o todo em parte, reduz-se a uma representação unidimensional e a visão que o criou, embora parcial, é expandida como representação da multidimensionalidade. A relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não. E assim, criam-se diferentes leituras socioespaciais. Dessa forma é produzido um espaço geográfico e ou social específico: o território. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um

¹⁰ Fonte: Produtor de leite e vinho. Trabalho de campo, agosto de 2011. Fala do proprietário da fazenda São Vicente. Conquista. MG.

espaço de conflitualidades. (FERNANDES, 2005, p.4)

No lugar, essa forma de domínio causa também transformações na paisagem, redefine e cria novas possibilidades, novas formas do sujeito existir. Contudo não é possível manter as características originais no espaço em que ele sempre se viu, viveu e participou de cada momento.

Figura 5: Área Plantada de Cana-de-açúcar nos Municípios da Microrregião do Vale do Rio Grande (AMVALE).

Município	Variável	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Água Comprida	Hectares	4.000	4.000	4.000	3.073	7.767	8.985	6.160	7.960	7.960	10.000	14.949
Campo Florido	Hectares	800	800	800	5.992	7.400	12.107	12.600	18.500	18.500	18.000	18.000
Conceição das Alagoas	Hectares	3.400	15.000	15.000	10.791	14.269	15.308	14.000	29.000	29.000	41.500	41.500
Conquista	Hectares	11.000	11.000	11.000	8.007	3.000	6.163	7.500	9.800	9.800	12.000	14.041
Delta	Hectares	6.500	6.500	6.500	3.180	2.320	3.204	2.800	6.000	6.000	6.000	2.841
Nova Ponte	Hectares	0	0	0	0	0	0	0	1.200	1.200	1.500	1.500
Planura	Hectares	1.300	2.000	1.50	3.598	3.500	4.000	5.450	7.500	7.500	7.500	7.500
Sacramento	Hectares	500	500	500	450	350	400	250	900	900	1.500	5.000
Santa Juliana	Hectares	15	15	15	15	20	900	910	1.710	5.000	10.000	10.800
Uberaba	Hectares	5.000	6.280	4.720	9.147	17.000	15.169	20.000	36.000	39.000	60.750	44.500

Fonte: Org. ZUFFI, M. A. IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Pelos dados da figura 5, percebemos um aumento significativo nas produções de cana nos municípios da Microrregião do Vale do Rio Grande. Em Nova Ponte,

município em que não havia registro de lavouras de cana-de-açúcar, registrou, em 2006, área plantada de um mil e quinhentos (1.500) hectares. Nesse mesmo ano, outras áreas do município foram incorporadas à Usina Agroindustrial Nova Ponte do Grupo Tenório, sendo que o novo projeto demandava recursos iniciais na parte agrícola e industrial de R\$ 200 milhões, com previsão de funcionamento na safra 2009/10 e geração de 3 mil empregos até sua instalação final (TOLEDO, 2006).

Observa-se, no período de uma década, o aumento significativo da produção. No crescimento das lavouras, foram ocupadas e reocupadas terras antes não cultivadas ou com outros tipos de culturas, indicando que houve desmatamento e retirada de produção de alimentos.

O Lugar dos Produtores Locais na Cultura Canavieira

No final do século XIX, uma grande leva de imigrantes italianos chegou ao Brasil em busca de melhores condições de vida, em razão dos vários subsídios e ofertas de trabalho nas lavouras de café. A julgar pelo perfil encontrado nesse ano, os imigrantes que estavam se dirigindo para Minas Gerais ajustavam-se ao padrão da imigração subsidiada, com predomínio dos grupos familiares (BOTELHO, BRAGA & ANDRADE, 2007).

Ainda conforme os autores, os imigrantes que procuravam o país eram destinados a colônias de pequenos agricultores, sendo que a escolha dos trabalhadores teve como foco a família. Na época, a presença desses grupos marcou uma nova proposta de

reocupação de terras e reorganização do trabalho, uma vez que o estado de Minas Gerais propiciava uma situação de fartura de terras para que esses trabalhadores livres pudessem submeter-se ao trabalho de subsistência. (Ibidem, 2007).

Essa migração criou uma peculiaridade, um fragmento de movimentos transitórios, pensamentos, sentimentos, práticas sociais, dentre outras situações, afinal, o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, por meio dos sentidos (Carlos, 2007).

Nos nossos trabalhos de campo, observamos que muitos descendentes de italianos, no município de Conquista, no estado de Minas Gerais, ainda não haviam arrendado suas terras para a produção de Cana-de-açúcar. Nos lugares em que produzem uva e vinho, alguns moradores além de manterem a produção destinavam parte do vinho para o mercado local e regional, e declaravam de descendência italiana.¹¹

Nas propriedades, os proprietários, já envelhecidos nas suas falas contam do pioneirismo e como participaram da história do lugar. As fazendas geralmente foram de seus avôs, de acordo com a tradição italiana a terra foi dividida entre os filhos homens. A fazenda como patrimônio das famílias foi sendo constituída desde a chegada desses migrantes na região do Cerrado mineiro. Em busca de melhores condições de vida,

¹¹ Apesar dos produtores estarem “cercados” pela cultura sulcroalcooleira, conhecê-los, saber deles as razões de esta produção perdurar até os dias de hoje, sendo que, até o momento só havia pessoas que trabalhassem com ou em função da cana.

ofertadas pelo processo de migração, produzir café foi uma contingência dos deslocamentos.

Como o Estado brasileiro, em sua política de migração, preferiu aqueles que viajavam com a família, em Conquista, eles foram se instalando nas fazendas de café e, quando conseguiram comprar terras, começaram a produção de uva. Trata-se de uma cultura relacionada ao lugar de origem e que, durante anos, foi sendo adaptada às terras de Cerrados, adquirida, na origem, para produzir café.

No entanto essa adaptação das videiras proporcionou diversificação da produção e de seus rendimentos. Geograficamente, o microclima¹² da região, com estações bem definidas, proporcionou aos parreirais períodos bem definidos para os descendentes de italianos obterem a uva e iniciarem a produção de vinho.

Atualmente, dar continuidade a produção de vinho implica a contratação de trabalho assalariado. Em uma propriedade visitada, existe um empregado que, em relação às videiras e ao vinho, ocupa várias funções, inclusive de assumir boa parte do processo produtivo. Nessa condição, foi se intrigando, inclusive, com as mudanças ocorridas no entorno da propriedade.

¹² São variações climáticas que se modificam conforme a escala, se dividindo em variações climáticas, com diferenças significativas entre temperatura e umidade. Essas variações locais no clima podem ocorrer por diversas razões: declive influenciando o ângulo de radiações solares, solo, umidade, exposição ao vento e drenagem de ar frio, etc. Ver SOMMERS, Brian J. *Geografia do Vinho*. 2010.

*Já é o segundo ano que apareceu uma doença nas parreiras, uma coisa que ninguém explica, mas ataca assim o broto, naquele ponto que sai o cachinho da uva e não conseguimos mais colher nada.*¹³

Coincidentemente, há dois anos, o proprietário da fazenda aluga parte das suas terras para o plantio de cana-de-açúcar. Coincidência ou não, o problema, relacionado à frutificação de plantas em outros lugares que tem como vizinhos os canaviais das usinas de álcool e açúcar, se repete, criando os mesmos transtornos.

Recentemente, o fazendeiro contratou um agrônomo para verificar o problema do parreiral. Mesmo que o conhecimento técnico ainda não tivesse atestado as causas, a família já havia tomado uma decisão:

*[...] se a gente descobrê que o problema está na produção da cana, por causa dos venenos e produtos químicos utilizados na maturação dela; aí a gente vai parar com a uva, né [...]*¹⁴

Mesmo que a lógica de produção não seja especificamente capitalista, a presença dos canaviais e do uso das novas tecnologias impõe desistências. Associado às mudanças da razão técnica, têm-se também a valorização da renda da terra e as

¹³ Fonte: Produtor de leite e vinho. Entrevista obtida pelos pesquisadores em setembro de 2010. Conquista, MG.

¹⁴ Fonte: Produtor de leite e vinho. Trabalho de campo, agosto de 2011. Município de Conquista, MG.

dificuldades de ordem física decorrentes da idade dos antigos produtores de vinho.

Certamente o agricultor não continuará com a produção de vinho e, mesmo descobrindo as causas da não frutificação das videiras, dificilmente irá reivindicar os seus direitos, pois quem lhe paga pelo arrendamento é o mesmo sujeito social que pode estar contaminando a sua outra atividade.

*Não a gente não vai reclama. Vamos deixa um tempo e ver no que vai virar. Se for mesmo o veneno da cana, a gente vai fica sem a uva... Hoje a cana dá mais retorno.*¹⁵

Nesse contexto, um século de práticas sociais vinculadas à produção de uva e vinho e de saberes e fazeres familiares será interrompido, e as reações dos envolvidos parecem fixadas ou relacionadas aos ganhos do arrendamento.

*A gente que plantou tudo. Às vezes não damos conta de cuidar de tudo, é muito trabalhoso. A qualidade da uva que plantamos é a Isabel. E agora até me desanimou, porque se ele for mesmo parar com isso, a gente vai ter que mudar. Nossa felicidade não é só receber o pagamento né, mas ver a safra dar certo.*¹⁶

¹⁵ Fonte: Produtor de leite e vinho. Trabalho de campo, junho de 2011. Município de Conquista, MG.

¹⁶ Trabalho de campo, agosto de 2011. Município de Conquista, MG. Fala do ajudante do proprietário da fazenda São Vicente.

No processo de reocupação dos lugares já ocupados, o resultado do trabalho não pode resultar em renda e nem felicidade. No lugar as pessoas terão que dar espaço para a cana. Os diálogos com os produtores de vinho também revela outros desmontes. No bananal destinado ao mercado, também se enfrentam os impactos da cana-de-açúcar e as inseguranças em se obter produção. Com os sintomas dos efeitos dos maturadores nas folhas das bananeiras, as bananas já não crescem. Nas fazendas, cultivavam-se milho, soja, arroz, e havia a criação de gado leiteiro. Em algumas, propriedades o leite continua sendo o principal produto. Nesta atividade, o produtor prefere o gado cruzado e, em alguns casos, predomina o holandês. Quando o produtor rural se especializa na produção leiteira, destina entre 40 a 50 cabeças para a produção leiteira.

Nas falas dos entrevistados a produção de leite também é tensionada pelas lavouras de cana, pois para se obter a produção de leite e se reproduzir dela é necessário lançar mão, na própria propriedade, de fontes de alimentos para manter o rebanho. Geralmente, o produtor desenvolve sistemas de silagem aproveitando a produção de grãos, cana e leguminosas que produz. Com a redução das áreas de pastagens, a saída nem sempre tem sido o uso de mais tecnologia, pois o emprego dela envolve financiamentos e incorporação, nos seus arranjos produtivos, de juros do sistema financeiro.

Pra você continuar com o leite a gente tem que produzir a comida das vacas. Então se o gado come direitinho, a gente tem leite, tem como paga os

*remédios, a energia e tudo... Então você vai virando um empregado das vacas.*¹⁷

No processo de redefinição do espaço, redefinir-se também o ritmo do trabalho surgindo novas carências, sobretudo de tempo para viver a vida.

*Agora tá desse jeito. Você tem que fica bem esperto. Se você for tira leite duas vezes no dia, você tem que ter uma ordenhadeira e um tanquinho (resfriador de leite) Você tem que deixa tudo limpinho, tudo no lugar.*¹⁸

Para os produtores de leite, uma das saídas é reestruturar a produção, evitando contrair empréstimos bancários. O sobretrabalho familiar também é uma saída, mas já apresenta seus limites, pois, em várias propriedades, torna-se necessária a contratação de um ou mais peões.

*Hoje não tem jeito toca o leite só com a família. Então a gente procura um vaqueiro que tenha família. Daí ele traz a esposa, os filhos e fica lá na casa dele.*¹⁹

¹⁷ Fonte: Produtor de leite e vinho. Trabalho de campo, agosto de 2011. Município de Conquista, MG.

¹⁸ Fonte: Produtor de leite e vinho, Trabalho de campo, agosto de 2010. Município de Conquista, MG.

¹⁹ Fonte: Produtor de leite e vinho. Trabalho de campo, setembro de 2010. Município de Conquista, MG.

Embora não tenhamos registrado, na fala dos produtores de leite, as dificuldades em contratar mão de obra para trabalhar com o gado, a presença das usinas, além de plantar a cana nas terras ocupadas com pasto, também contratam muitos dos trabalhadores que antes estavam empregados nas fazendas. O lugar transformado é percebido a partir das condições socioambientais.

Nas propriedades rurais onde se produz leite e vinho, há ainda os problemas envolvendo as suas humanidades. Com relação à produção de vinho, além da retirada das videiras, há perdas de saberes, fazeres e sociabilidades desses produtores, com importantes implicações nas suas territorialidade. Trata-se de uma produção centenária, que está fadada a desaparecer em razão de um desrespeito ambiental e cultural, que se apresenta no espaço, onde o poder econômico da usina quando propõe aos produtores rurais a possibilidade de ganhar a vida arrendando o patrimônio da família.

Harvey discorre sobre a eliminação de barreiras espaciais pelo capitalismo, ele escreve a respeito da construção de uma nova paisagem à custa da redução ou eliminação das pretéritas. Segundo o autor, o capitalismo delimita e constrói, pouco a pouco, uma geografia conforme seus interesses:

O capitalismo sente-se impelido a eliminar todas as barreiras espaciais, a “aniquilar o espaço por meio do tempo” (...) Logo, o capitalismo produz uma paisagem geográfica (de relações espaciais, de organização territorial e de sistemas e de funções) apropriada à sua própria dinâmica de acumulação

num momento particular de sua história, simplesmente para ter de reduzir a escombros e reconstruir essa paisagem geográfica a fim de acomodar a acumulação num estágio ulterior (2009 p. 86-87).

Todavia o marcante neste processo são as existências de modos de vida locais, que sobressaem como sentimento de pertencimento ao lugar. Nas falas, obtidas nas propriedades rurais, as pessoas expõem claramente seus sentimentos, mostrando que elas fazem parte do lugar, afinal, se o parreiral ainda existe, é porque eles tiveram seus vínculos territoriais estabelecidos a partir de suas práticas sociais. Suas contribuições para que a vida ocorresse no lugar envolvendo conhecimentos, habilidades, experiências e formas de transmissão da cultura.

O sentimento de pertencer ao lugar revela também os seus modos de vida e, com eles, a produção dos meios de vida. Isso recomenda reconhecer que as territorialidades se (re) refazem pelos fundamentos das práticas sociais e, como parte do lugar, estão implicadas nas relações sociais e em participar nas suas ações criadoras e criativas de manter-se como parte dele.

Essas territorialidades envolvem relações com o mercado, com os técnicos, com os usineiros, com os vizinhos, pois abrangem também, sujeitos sociais que tensionados pelo espaço reocupado por outros sujeitos, transformam costumes, práticas sociais, sociabilidades de um modo de vida que se efetivou como modo de ser por décadas. Em menos de dois anos, a vida

nesses lugares foi posta em mutação, em decorrência de novos usos e apropriações do espaço social.

As relações que as pessoas estabelecem com o lugar anunciam várias dúvidas, desconfortos e angústias, pois ninguém parece saber como lidar ou se inserir em um espaço envolvido por mudanças aceleradas. Os moradores dos lugares não sabem onde colocar os seus conhecimentos advindos de práticas socioculturais que ainda constituem partes importantes do seu cotidiano. O que fazer com as suas experiências sócioterritoriais, derivadas da vida no lugar?; seguramente uma construção, tecida por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a constituição de uma rede de significados e sentidos [...] (Carlos, 2007, p. 19).

Com o arrendamento, o lugar perde parte dos seus vínculos com a história e cultura das pessoas. No caso dos produtores de vinho e leite, o fim da produção de uva revela um discurso repleto de justificativas.

*A uva é muito trabalhosa, eu já não tenho mais condições para continuar produzindo o vinho, a cana é muito mais fácil, não precisa de tanta atenção quanto a uva, já não tenho mais idade e também estou cansado para continuar.*²⁰

²⁰ Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2011. Conquista. MG. Proprietário da fazenda produtora de leite e vinho se justificando quanto ao término do cultivo da uva.

Provavelmente, no lugar, já não há como impedir com o arrendamento. Então o que resta é um profundo desapontamento, pois o que é para um camponês perder a condição de produzir os meios de vida? Continuar no lugar implica tensionar sua existência com a cana-de-açúcar e, talvez, desistir da uva, pois o mais fácil precisa ser entendido como relativo e relacional às imposições das usinas. O trato com a uva, o fabrico do vinho são conhecimentos que, para prosseguir sendo no/do lugar, precisam continuar sendo praticados por aqueles que sabem fazer e são capazes de transmitir para futuras gerações.

Considerações finais

Tratamos do processo de desarticulação da produção local decorrente de ações do setor sucroalcooleiro, indicando que os sujeitos sociais vivem tensões para as quais ainda não se tem há solução.

Em meio às transformações da paisagem, há situações de perdas sociais e culturais motivadas por interesses poderosos, mas o que mais se verifica é a valorização das terras que se materializa no valor do arrendamento que as usinas oferecem.

Ao longo da BR MG – 050, percebe-se uma imensa lavoura de cana que se estende quase que homoganeamente pela região do Vale do Rio Grande. Essa paisagem substituiu em grande parte conteúdos de paisagens pretéritas, relacionadas a uma pecuária extensiva, que preservava exemplares de uma vegetação nativa do Bioma Cerrado, com árvores baixas de troncos retorcidos, gramíneas, pomares naturais com frutas

típicas da região e alguns exemplares da fauna, além de costumes, crenças e modos de vida.

Com o plantio da cana, com a presença do setor sucroenergético, as paisagens tornam-se ou tendem ao homogêneo. Trata-se de um processo que vai acontecendo e eliminando as particularidades socioespaciais locais. A reocupação do espaço tensiona a vida nos lugares, fazendo surgir muito rapidamente novos valores sociais, novos modos de vida, demarcando o surgimento de várias lógicas sociais e temporalidades sociais. O território e as territorialidades camponesas redefinem seus limites, seus lugares, originando tensões com o território do agronegócio.

Como estamos tratando de mutações do espaço, descobrimos diferentes modos de vida. Neles, há os que persistem reagindo ao arrendamento. Outros pensam a respeito do trabalho e das imposições de ordem bruta. Compreendem que o sobretrabalho lhes impõe carências de tempo e, em certos casos, essas privações servem como justificativa para se pensar no arrendamento como uma possibilidade de se viver do não trabalho.

Na área rural do município de Conquista encontramos produtores que são levados a desistir das suas produções agropecuárias e se entregam ao arrendamento. Essa atitude vai fortalecendo a produção do biocombustível brasileiro. Como conteúdo de um desenvolvimentista, ele aparece nos lugares pesquisados como associado à prosperidade e progresso. Um progresso abstrato, pois, atrás dele se, ao mesmo tempo, se revelam os custos ambientais, sociais e culturais.

REFERÊNCIAS

AMVALE - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIAO DO VALE DO RIO GRANDE.

Disponível em: <http://www.amvale.org.br/site/municipios>.

Acesso em: 13 de junho de 2011.

BOTELHO, T. R.; BRAGA, M. P; ANDRADE, C. V.

Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX.

Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 155-176 – 2007.

CALLON, M. La science et ses réseaux. 1989 Paris, La

Découverte. IN: MORAES, M.: **‘A ciência como rede de**

atores: ressonâncias filosóficas’. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. 11(2): 321-33, maio-ago. 2004.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CARVALHO, S. M. I. **Identificação e Caracterização dos**

Principais Tipos Funcionais de Plantas (tff) no Bioma

Cerrado para uso em Modelos Integrados de Biosfera

Terrestre. Relatório Final de Projeto de Iniciação Científica. (PIBIC/CNPq/INPE), 2010.

CLAVAL, P. “A Volta do Cultural” na Geografia. Université de

Paris IV-Sorbonne Mercator - Revista de Geografia da UFC,

ano 01, número 01, 2002.

CUNHA, D. A. I; BRITO, J. L. S. Mapeamento das áreas de silvicultura do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, utilizando imagens de satélite CCD/CBERS2. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/3956/2947>. 2006.

EGLER, C. A. G. Questão Regional e Gestão do Território no Brasil. In: CASTRO, I.E. (Org.) et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, pp. 49-76.

EXTRA PRATICA – Disponível em: <https://www.extrapratICA.com.br/BRDocs/Portuguese/Instructions/172.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2011.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I.E. (Org.) et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, pp. 207-238.

GRUPO TOLEDO. **Grupo Tenório implantará usina em Nova Ponte**. Brasil, 2006. Disponível em: <http://www.grupotoledo.com.br/noticias/index.asp?>. Acesso em: 10 de junho de 2011.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi- territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. Loyola, 3ª edição. São Paulo, 2009.

HEGEL, G. W. **Philosophy of Right**. New York. 1967.

IBGE - **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em:
www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 20 de maio de 2011.

IBGE CIDADES. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=311820>. Acesso em: 20 de julho de 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M; CANDIOTTO, Z. P; Alves, A. F. Construindo uma concepção reticular e histórica para estudos territoriais. IN: PEREIRA, S. R. (Org.); COSTA, B. P. de (Org.); SOUZA, E. B. C. de (Org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaços-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, pp. 53-68.

SEAB – Secretaria do Estado e do Abastecimento. Disponível em:
<http://www.seab.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=123>. Acesso em: 30 de maio de 2011.

SOUZA, L. de. **Composição da fauna de Hymenoptera associada a área agrícola de manejo tradicional: abelhas nativas e parasitóides**. Rio Claro : [s.n.], 2006 109 f. : il., gráfs., fots. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro Orientador: Maria José de Oliveira Campos

TERRITORIALIDADES DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS NO/DO CAMPO DA CACHAÇA ARTESANAL EM TUPACIGUARA-MG

Carlos Roberto Bernardes de Souza Júnior
Jéssica Soares de Freitas

Introdução

A cachaça pode ser considerada a bebida mais comunitária e popular do Brasil. É um destilado próprio da nossa nação e está entre os mais consumidos no país, com variações derivadas de sua combinação com frutas ou outras bebidas. A caipirinha (com limão) chama a atenção dos brasileiros, e, principalmente, dos estrangeiros.

Apesar de existir uma produção industrial deste destilado, a produção artesanal continua a se reproduzir, sendo de importância ímpar para o país por conta da preservação de uma tradição. Muitos produtores artesanais são amparados hoje pela lei que a encara como patrimônio (i)material em alguns lugares (tal qual Salinas-MG). Tanto a bebida, como seu saber fazer, possuem, neste contexto, poder político, social e econômico.

Pode-se considerar que tal bebida é também um fator socializador. Dar uma cachaça tradicional de presente para alguém é visto como um gesto requintado entre muitos dos círculos sociais. Economicamente, parte dela é exportada, mas o mais importante é que fomenta ao turismo. Seu valor agregado, por conta da cultura que gira em torno de sua produção, com

todos os mitos, lendas e historicidade, é profundamente relevante.

Os alambiques, em geral, estão localizados na área rural do país e têm sido afetados pela expansão da agroindústria, a qual intenta acelerar os fluxos e a reprodução do capital no campo sem se preocupar com as tradições e os modos de fazer que lá se manifestam. Por industrialização do campo, referimo-nos, neste caso, à formação de complexos agroindustriais, ou seja, à industrialização das propriedades rurais tanto a jusante quanto a montante da propriedade (KAGEYAMA, *et al*; 1990). Agroindústria, para nossa análise, é toda a unidade de produção que processa os produtos agrícolas em primeira instância, como uma cooperativa de leite ou uma usina de cana-de-açúcar.

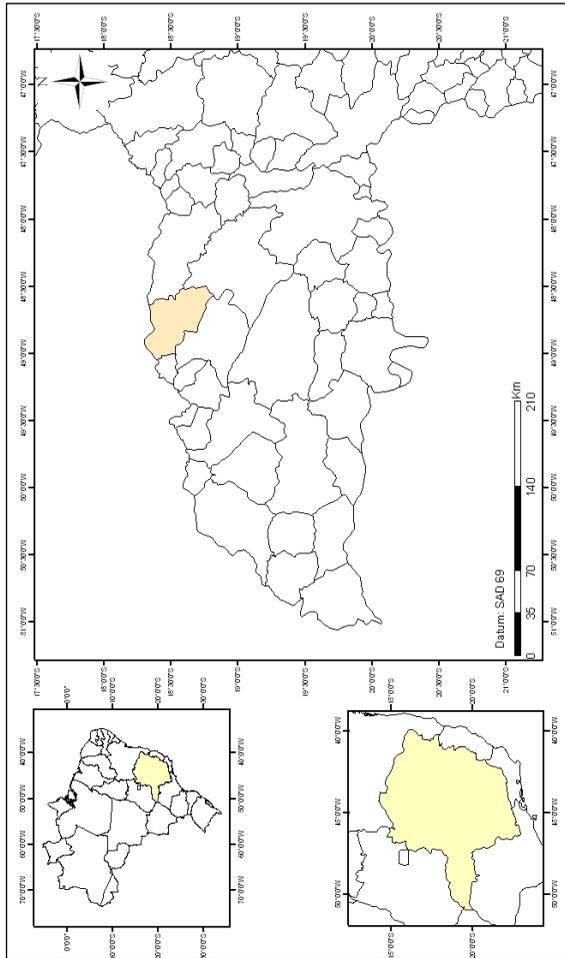
Tanto a agroindústria quanto a cachaça artesanal se manifestam no espaço rural e disputam por um poderio econômico, político, social e cultural, logo, encaramos que ambos se territorializam. A cachaça com territorialidades pautadas, principalmente, na imaterialidade, em territórios simbólicos, muitas vezes, ligados à produção familiar, disputa com uma agroindústria que tende a se manifestar na materialidade de territorialidades abstratas ligadas à reprodução do capital.

Encaramos territórios e territorialidades como categorias analíticas do espaço, intimamente ligadas ao seu controle efetivo. Ou seja, é onde os sujeitos, sejam eles pessoas físicas ou não, podem interferir em sua esfera social, econômica, cultural ou política (HAESBAERT, 2006). Estes territórios e estas territorialidades se encaixam e conectam em múltiplas relações, podendo se sobrepor, se interligar em redes ou provocar tensões

entre aqueles que os compõem, trazendo, desta forma, uma identidade coletiva.

Buscamos entender como se dão as relações territoriais entre a agroindústria, particularmente a sucroalcooleira, e a produção tradicional de cachaça no município de Tupaciguara, em Minas Gerais. O município está localizado na mesorregião do Triângulo Mineiro ao norte, fazendo fronteira com o estado de Goiás. Sua área é de 1.823,960Km² e população total de 24.188 habitantes (Fonte: IBGE, 2010). Localizam-se em seu interior duas usinas de cana-de-açúcar e um entreposto da CALU (Cooperativa Agropecuária Ltda. de Uberlândia).

Mapa 1: Localização do Município de Tupaciguara



Fonte: Geominas, 2011.

Organização: COSTA, R. S. 2011.

Neste sentido, buscamos entender as relações territoriais que se manifestam nos alambiques do município, sendo estas, talvez, (des)(re)territorializações ocasionadas pela industrialização do campo e pela formação dos complexos agroindustriais, afinal, sua constituição causa uma (re)ordenação territorial. Tentamos perceber, portanto, o porquê destas produções artesanais continuarem (re)existindo mesmo imersas na contínua expansão das agroindústrias.

Para alcançar tais resultados, realizamos leituras e interpretações bibliográficas, assim como percepções do empírico elaboradas em saídas a campo. Essas possibilitaram um melhor conhecimento sobre as fases da cachaça e a sua representação para o povo brasileiro, especialmente, os produtores rurais que a produzem e se sentem pertencentes a ela, sujeitos principais desta pesquisa.

Destarte, por meio de discussões e debates teórico-analíticos, obtivemos outro olhar do espaço rural, permitindo uma análise que entenda o processo local de Tupaciguara. Verificamos onde o produto destilado da cana está fundamentalmente inserido, o como, o porquê e a forma como consegue continuar a reproduzir sua existência por tanto tempo.

Imaterialidades da Cachaça Artesanal

A cachaça tem suas origens intimamente ligadas com nossa colonização. Portugal instalou aqui lavouras voltadas para a produção da cana-de-açúcar advinda do sul da África, compondo uma colônia voltada também para a agricultura, principalmente no que tange à produção açucareira, o produto era extremamente valorizado.

A composição fundiária da colônia pautou-se na distribuição de sesmarias, as quais eram “dadas” pela coroa para “desbravadores” portugueses, os quais, por consequência, tinham como responsabilidade a administração destas. Seus trabalhadores eram escravos comprados das próprias colônias portuguesas na África. Esses eram retirados de seus lugares das mais diversas formas e trazidos para a América nos navios portugueses, nas piores condições, como representado no poema “Navio Negroiro” do “condoreiro” Castro Alves.

A cana tinha seu vinho extraído na forma da chamada “garapa azeda”, a qual foi introduzida na alimentação do gado e, logo após, na dos escravos (afinal, para os Senhores de Engenho a diferenciação entre a mão-de-obra escrava e os animais era mínima, pois ambos eram propriedade e, portanto, a ele obedeciam). Estes homens escravizados apelidaram a bebida de “cagaça” (AVELAR, 2009).

Por meio da destilação da “cagaça”, obtém-se a conhecida cachaça. Esta era a única bebida a que os negros tinham acesso, tornando-se algo próximo a um símbolo de liberdade (AVELAR, 2009), pois, a partir dela, era possível fugir do

cotidiano brutal ao qual estavam submetidos. O álcool, por conta de seus efeitos de “compensação” da miserabilidade pela promoção do “relaxamento”, propagava um dos únicos “alívios” destes povos.

Com o tempo, houve a “conquista” do reconhecimento por parte dos brancos. Os próprios senhores começaram a se interessar pelo destilado, sendo tão apreciado que chegou ao ponto de ser incorporado como moeda de troca para a compra de escravos.

Muitos engenhos, sobretudo os menores, passaram a ter alambiques e alguns chegaram a abandonar completamente a produção de açúcar para dedicar-se à bebida. O alcoolismo se tornou um fato generalizado em todas as parcelas da sociedade, causando diversos problemas, tais como diminuição da disciplina trabalhista, aumento do índice de homicídios e dos problemas de saúde (SOUZA, 2004).

Sua popularidade era tamanha que afetou o consumo de vinho e bagaceira provenientes da metrópole, “forçando” a coroa a proibir a fabricação e a venda da bebida na segunda metade do século XVII (AVELAR, 2009). Tal fato foi relevante o suficiente para provocar revoltas entre a população, o que culminou na decisão revogada e na volta da circulação da cachaça, com pagamento de taxas para Portugal. Estes impostos ajudaram na reconstrução da metrópole no século XVIII, a qual estava enfrentando problemas decorrentes de um terremoto.

Um pouco depois do terremoto em Lisboa, foi instituída uma nova taxa para o destilado brasileiro, a qual era utilizada para pagar os professores. A população, insatisfeita com a taxaço,

transformou a cachaça em um símbolo de libertação, de resistência à colonização portuguesa.

Passada a independência, a cachaça tornou-se uma bebida cada vez mais relevante para a identidade cultural do país, com vários alambiques se espalhando pela nação.

Hoje, em locais mais tradicionais, onde a produção não faz uso de tecnologias mais avançadas, é amplamente valorizada. Mesmo com alguns preconceitos que restaram em alguns locais, a bebida se tornou patrimônio da humanidade, como foi o caso de Salinas-MG, é sede do Festival Mundial da Cachaça.

Várias pequenas propriedades, entre elas, as arrendadas ou de produção familiar, tinham alambiques e produziam sua própria cachaça, fosse para consumo próprio, para seu uso na festa (ou mesmo para vender). A cachaça, além de símbolo de liberdade, é um componente essencial das celebrações e reuniões da comunidade.

A festa, como visto em Santos (2008), é onde a comunidade se reúne para aproveitar do seu lazer e do alimento “espiritual”, mas, essencialmente, é nela que os sujeitos conseguem debater seus problemas, relatar suas dificuldades e encontrar uma miríade de formas de superar suas carências. A festa surge em meio a essas comunidades como uma fonte de identidade, ela age centralizando as relações dos sujeitos com o lugar, estabelecendo vínculos territoriais.

Percebemos que os alambiques são essenciais para a gênese de territorialidades, pois se transmutam em âncoras para as

comunidades e fornecem um dos materiais (seja simbólico ou concreto) mais importantes para a festa. Os produtores da cachaça tradicional, muitas vezes, fazem uso da mão de obra familiar, mas há aqueles que contratam funcionários, os quais são responsáveis essencialmente pelo trabalho mais braçal.

A produção do destilado leva tempo e não basta fazer uso da tecnologia, o modo, o tempo e o espaço do fazer fazem diferença. Os saberes desses produtores artesanais são seu diferencial, por mais que empreguem outras pessoas, sua base ainda continua nos “*know-how*”. Como visto em campo, até mesmo o material do tacho utilizado faz diferença no gosto. Segundo os pequenos produtores, os de aço inox não passam o mesmo sabor e a mesma sensação que os de cobre, mesmo que estes tenham que ser higienizados com maior frequência e possuam um valor mais alto.

Alambiques são lugares que tomam significações em razão de sua imaterialidade, afinal, sua colocação pontual no espaço acelera os fluxos das festas e promove uma lógica outra que não a do capital. Entendemos que os lugares são espaços apropriados pelos homens para seus fins (KARJALAINEN, 2012), ricos em valores simbólicos e humanos (TUAN, 1983, 2012), capazes de conectar os sujeitos ao mundo em que estão inseridos.

Os habitantes no entorno dos alambiques colaboram para a construção de sua territorialidade, a partir do momento em que ajudam em alguma fase da produção (seja na colheita da cana ou na produção propriamente dita), compram ou consomem o produto. A presença deste é vantajosa para a comunidade por colaborar nas suas festividades e por prover uma forma de alívio

da rotina por meio da embriaguez ou do momento de convívio e socialização entre amigos ou parentes.

Esses alambiques, tais quais as agroindústrias, necessitam de ter certa medida de controle sobre o espaço nos quais estão inseridos, já que a mão de obra (se necessária) e os consumidores não existem no “vazio”. Para tanto, envolvem-se com a comunidade, não raro, doando tempo, produção ou dinheiro. Entretanto este envolvimento não vem somente por este motivo, mas também por conta desses sujeitos estarem realmente inseridos nesta lógica.

Destarte, é em um misto de simbologia que paira entre a embriaguez, a liberdade e a festa que se faz a territorialidade destes alambiques e dos sujeitos nele envoltos. Pautam-se na imaterialidade de sua cultura, promovendo uma reprodução de seus valores e da sua existência não apenas como sujeitos individualizados, mas como seres inseridos em uma comunidade.

Jogos de poder e complexos agroindustriais

Compreendemos por agroindústria aquela unidade de produção que processa os produtos agrícolas em primeira instância. Por conta disso, seria esperado que a agroindústria fosse subordinada ao campo, entretanto o que ocorre na realidade é o contrário, por conta do oligopólio agroindustrial, o produtor fica preso a elas, permitindo que controlem os preços, afinal, são, na maioria das vezes, os únicos compradores. Damos a este processo o nome de industrialização a jusante da propriedade

(KAGEYAMA *et al*, 1990), onde a indústria controla o fluxo da produção agropecuária além da porteira da propriedade.

Essa industrialização a jusante necessita não só de um convencimento mediante a dominação do discurso, mas de infraestrutura que possibilite o escoamento da produção, portanto, estas indústrias reordenam o espaço em função da aceleração dos fluxos do capital. Para tanto, elas usam de seu poderio econômico para adquirir poder político, elaborando toda a reformulação necessária para a reprodução de sua lógica.

Há também outro tipo de industrialização: à montante (KAGEYAMA *et al*, 1990), que se manifesta nos limites da porteira. Ela traz a indústria para a propriedade, subordinando o produtor por intermédio da venda de insumos e maquinários agrícolas. No Brasil, este processo teve princípio durante os anos 1950, quando se intensificou o uso de maquinários e insumos importados.

Por meio da modernização e da tecnificação da produção no campo, as terras, que antes eram consideradas inférteis ou de baixa produtividade, as planas, passam a ser progressivamente mais valorizadas por conta de facilitar o uso de máquinas tanto para o preparo como para a colheita da produção. Há reordenamento dos territórios agrícolas por conta das novas possibilidades proporcionadas pela introdução dessas novas técnicas e tecnologias.

A reprodução dos nexos capitalistas se insere na propriedade em outro momento, muitas vezes, prévio à produção propriamente dita, no financiamento. O capital monopolista ou financeiro se

coloca no campo mediante a constante necessidade de o produtor se manter em acordo com os novos avanços tecnológicos que permeiam sua produção. Na atualidade (2014), o acesso aos financiamentos é muito mais simples do que já foi, e até os menores produtores podem fazer uso deles, conforme seus desejos e necessidades.

Outrossim, podemos perceber que há integração entre diversos capitais na produção agrícola, ou seja, a antiga divisão entre o rural e o industrial passa a ser mais tênue, revelando um jogo de poder em que o primeiro se subordina ao segundo. Cada vez mais, vemos que a produtividade agropecuária está atrelada ao capital tanto das indústrias de insumos e maquinário como das agroindústrias. E é justamente nisso que consistem os complexos agroindustriais (CAIs).

Por conta desta subordinação, o industrial surge no campo como uma força (des)(re)territorializadora, reordenando os fluxos para acelerar a reprodução de suas lógicas capitalistas. Os complexos agroindustriais se territorializam a partir de uma multiplicidade de discursos que permeiam os jogos de poder, desterritorializando as antigas lógicas que regiam os espaços que passam a ocupar.

Tais territorialidades industriais se instalam mediadas pelo uso do seu poder econômico, o qual faz, inclusive, com que muitos municípios briguem para obter a sede de uma destas, sendo assim, adquirem também poderio político. Entretanto estas territorialidades têm carências nas esferas culturais e sociais, trazem consigo contradições inerentes ao modo de produção

capitalista, as quais, muitas vezes, não eram presentes anteriormente.

Foto 1: Usina processadora de cana-de-açúcar em Tupaciguara cercada pela sua matéria prima.



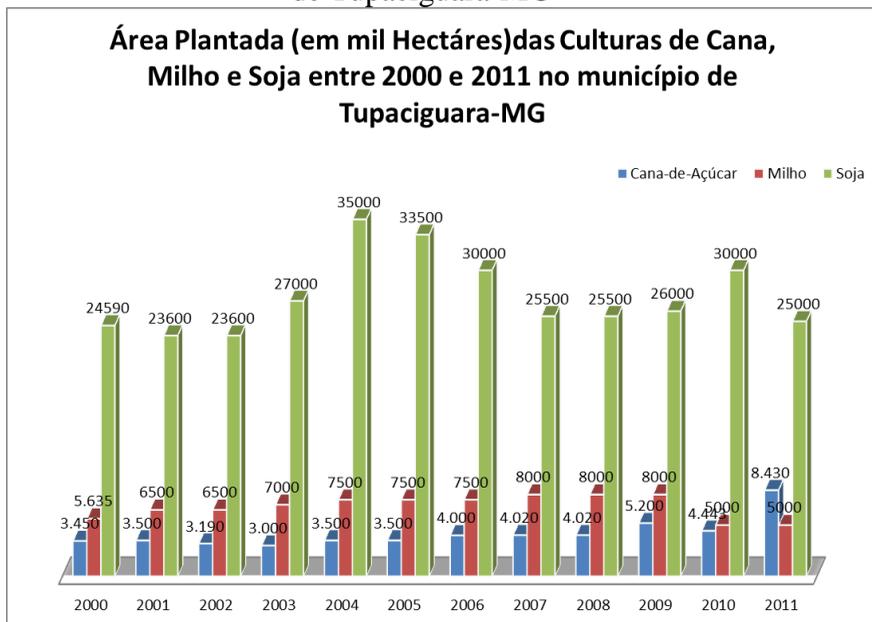
Fonte: COSTA, R. S., 2013.

No município de Tupaciguara, os complexos agroindustriais se manifestam principalmente na produção de cana-de-açúcar e soja, as duas maiores culturas do lugar. Ambas são dependentes do uso intensivo de insumos e maquinários, além do desenvolvimento biotecnológico, são originárias de regiões com climas e propriedades dos solos muito diferentes os encontrados na região.

Tal situação se torna nítida a partir do momento que observamos a expansão da cana de açúcar entre os anos de 2009 e 2012, conforme gráfico 1, pois, em 2011, houve a instalação de uma segunda usina sucroalcooleira.

As usinas agem como forças (des)(re)territorializadoras por excelência, afinal, exercem seu poder e discurso para (re)ordenar os espaços destinados à produção rural em função do fornecimento de sua matéria-prima. Para tal fim, arrendam as propriedades dos pequenos e médios produtores ou, como foi muito visto na crise de 2008, compram-nas para poder adequá-las a sua organização produtiva (SOUZA; CLEPS JÚNIOR, 2008).

Gráfico 1: Área Plantada (em mil Hectáres) das culturas de Cana-de-açúcar, Milho e Soja entre 2000 e 2011 no município de Tupaciguara-MG



Fonte: IBGE/SIDRA
Org.: SOUZA JÚNIOR, C. R. B.

A cana tem uma ação desterritorializadora ao se materializar em um espaço que antes era ocupado por outros sujeitos ou produções com suas próprias territorialidades instaladas. Ela se territorializa na ocupação destes espaços e em sua constante expansão. Pela análise do Gráfico 1, podemos perceber que a presença da usina ocasionou em uma reestruturação do uso do espaço, locais onde antes outras culturas eram presentes passam a ser dominados pela paisagem “monótona” da cana-de-açúcar.

Dessa forma, percebemos que os complexos agroindustriais passam a territorializar os locais que tradicionalmente tinham outros usos, afetando não só a trama existencial do espaço, mas também dos sujeitos que nele se inserem. As diversas territorialidades se sobrepõem e entram em um complexo jogo de poder.

(Co)(re)existência da cachaça

É de suma importância a análise das sobreposições territoriais que se dão no choque entre lógicas divergentes na regência do espaço. Os diferentes maestros que regem suas orquestras fazem uso de diversos instrumentos para a imposição de seu discurso como hegemônico. As relações de poder se reproduzem no espaço por meio das dinâmicas de (des)(re)territorialização. Entendemos que o controle do espaço é o que dita, em grande parte, o poder exercido por determinado grupo em determinada área.

Os complexos agroindustriais são, portanto, forças que necessitam desse controle para poderem continuar sua reprodução capitalista. Já os produtores de cachaça artesanal,

familiares, com valores pautados na tradição, baseiam-se no espaço para reproduzir sua existência social e econômica, mas principalmente cultural.

De acordo com Tuan (2012, p.141), “para o trabalhador rural, a natureza forma parte deles – e a beleza, com substância e processo da natureza pode-se dizer que a personifica”, elenca relações que vão para além da materialidade. Constrói-se, em torno do mundo do trabalho e do labor, um mundo de prazeres e desejos humanos. As belezas e tensões da existência concretizam relações nas diversas dimensões da natureza.

Para esses produtores, a terra não é só um pedaço de chão, ela se traduz em vida, e a reprodução de seus modos de vida está pautada nela. Como elaborado por Debord, “A apropriação pelo homem de sua própria natureza é também sua apropriação do desenrolar do universo” (1997, p. 87), ou seja, é pelo trabalho que este sujeito pode reexistir. O trabalho ressignifica a natureza, humanizando e controlando aquilo que, de certa maneira, era relegado à entropia complexa dos ciclos naturais.

Os “alambiqueiros” se territorializaram mediante sua reprodução sociocultural ao longo dos anos, são territorialidades, possivelmente, inventariadas na festa e no lugar. As significações da terra se dão de diferentes formas entre os mais diversos sujeitos, cada parcela do espaço é diferente para eles, sendo uma construção subjetiva e conjunta.

Os CAIs se territorializam a partir do desmantelamento das antigas territorialidades e de um (re)ordenamento dos seus usos em função das suas demandas, ou seja, da produção de matéria-

prima. Sua territorialização se dá em função de uma desterritorialização do espaço a ser ocupado. Suas territorialidades abstratas não têm vínculos relativos a valores culturais ou sociais efetivos, mas a prioridades econômicas e produtivas.

É de se esperar que sejam instaladas tensões entre as forças que estamos analisando. O discurso dos complexos agroindustriais envolve um teórico avanço das condições socioeconômicas do município nos quais se instalam, alegando que irão gerar empregos e trazer renda por meio do pagamento de impostos. Estão amparados na hegemonia da lógica capitalista, destarte, conseguem fazer com que os municípios e os produtores rurais desejem sua presença, despertando, inclusive, as chamadas “guerras fiscais”.

A chegada dessas empresas desterritorializam os pequenos produtores que lá estavam presentes, reproduzindo suas lógicas tradicionais pautadas na lógica campesina. Baseando seu viver na terra e na festa, como ouvimos em campo, seu pensamento gira em torno da ideia de que “fazenda é para fazer” (Relato coletado em campo em setembro de 2013), revelando que sua reprodução se dá no trabalhar na sua propriedade. Para esse produtor, perder a terra é deixar de existir na condição de sujeito com desejos e necessidades. Logo, não desiste, tenta resistir à lógica imposta pelo capital reinventando-se.

Percebemos que estes produtores tradicionais fazem uso das infraestruturas e das tecnologias que são elaboradas e especializadas em decorrência da formação dos complexos agroindustriais.

Verificamos que os alambiques, muitas das vezes, usam a mesma cana-de-açúcar que a usina, ela está muito mais próxima deles, permitindo que peguem mudas com facilidade. Outro fator que propicia tal uso é o melhoramento genético, o qual já a deixa pronta para ser plantada no bioma do local.

Além disso, muitos arrendam partes de suas terras para a usina e simplesmente pegam parte da cana que está nas suas propriedades para produzir cachaça. Percebemos que este produtor não é um inocente, muito pelo contrário, ele é sagaz e esperto, em alguns momentos, podendo ser engenhoso, se isto significar na continuidade de sua reprodução o binômio espaço-tempo.

Foto 2: Motor de máquina a vapor de Maria Fumaça sendo utilizado para mover um engenho.



Fonte: COSTA, R. S., 2013.

Alguns desses produtores usam fermentos industriais para produzir sua cachaça, visando aumentar sua produtividade para poder continuar na terra, pois estes têm um efeito muito mais rápido que o tradicional. Parte deles também tem o maquinário do engenho pensado e montado por si próprios, elaborado com peças advindas de antigas instalações industriais ou, até mesmo, movidos por máquinas a vapor que um dia estiveram em um trem (como visto na foto 2), contando com fornalha e apito. Estas são movidas com lenha que é cortada na própria propriedade em uma máquina também desenvolvida por eles. Também se aproveitam das melhorias nas rodovias e nas vias rurais para poderem transportar sua cachaça.

Destarte, esses produtores não só coexistem com as lógicas capitalistas, mas reexistem, ao passo que se tecnificam e modernizam sua produção para manter suas lógicas campestres e da festa no plano da realidade concreta. Entretanto nada vem sem trazer impactos negativos. Os CAIs linearizam os tempos, impondo sua velocidade, sempre acelerada, de reprodução dos capitais e eliminando muitos dos sujeitos que viviam em outros tempos, em outras lógicas, mas no mesmo espaço. Conseqüentemente, vários produtores tradicionais que eram membros das comunidades locais são desterritorializados, pois, com o movimento temporal, vão perdendo controle efetivo do espaço e passam a ser sufocados pelas novas territorialidades que são consolidadas na industrialização do campo.

Alguns desses sujeitos que estão desterritorializados, mas que continuam a manter sua reprodução nos lugares, são abalados pela perda de um parente, o qual, muitas vezes, era essencial para a produção. Em campo vimos alguns casos de pessoas que

tentam resistir a esse avanço, mas a idade e a falta de um membro da família já não lhes permitem continuar da mesma forma, obrigando-os a reinventar sua existência ou mudar de local.

Outros, mais velhos, algumas vezes, já idosos, também ávidos para continuarem no lugar, procuram por mão de obra. Mesmo que esta seja assalariada, deparam-se com inúmeras dificuldades para encontrar pessoas para preenchê-las, o trabalho é braçal e, constantemente, mal remunerado.

A territorialidade das comunidades está enfrentando dificuldades, mas isto não quer dizer, de forma alguma, que elas deixam de existir. O espaço raramente é destruído, nem as territorialidades pautadas no lugar. Elas podem se desmantelar no plano da concretude material, mas continuam existindo na memória e na imaterialidade. A cachaça tem um papel fundamental nisto, pois ela (i)materializa tanto as territorialidades quanto os pertencimentos dos sujeitos, reavivando ao menos suas memórias.

Um dos grandes problemas é que o “desmoronar” das comunidades faz com que as festas se tornem cada vez menos frequentes. Hoje (2014), são poucas as que restam no município de Tupaciguara. Mesmo assim, os alambiques continuam produzindo. Porém muito da sua cachaça é vendido em feiras ou em lojas na área urbana. Ou seja, as fronteiras entre o rural e o urbano tornam-se tênues, as territorialidades pautadas na lógica camponesa ultrapassam as fronteiras por conta da necessidade, mas não deixam de existir.

Mas será que isto se dá apenas em razão de uma necessidade? Notamos que a situação de atrito complica a vida do sujeito e o compele a realizar atos que garantam sua realização material para a manutenção do seu modo de vida. Entretanto, somos levados a crer que essas adaptações também sugerem desejos do sujeito de se impor frente a si mesmo e expandir seu mundo cotidiano.

Esse sujeito vive apenas por uma lógica? Pensamos que, por mais que exista a lógica campesina responsável por seu modo de vida, ele existe em um campo de força pautado por lógicas múltiplas que são, constantemente, contrárias, mas que encontram maneiras de se manifestar nele.

As diferentes lógicas se sobrepõem no espaço. A capitalista se manifesta como hegemônica, porém nunca apaga as outras. O sistema de forma alguma, deixa de ser humano, já existíamos antes dele, as humanidades fazem parte de nossa existência, portanto, nunca desaparecerão por completo. A situação está além de uma tensão territorial, mas ela mostra uma relação entre territorialidades profundamente diferentes, com naturezas divergentes, que não necessariamente entram em conflito, fazem uso uma da outra.

As territorialidades dos complexos agroindustriais se aproveitam da oportunidade de arrendar as terras dos alambiques e os produtores de cachaça se aproveitam da infraestrutura e da facilidade de adquirir matéria-prima. Por isso, podemos perceber com muita clareza que a cachaça (co)(re)existe em meio a constante expansão das CAIs no campo de Tupaciguara.

O avanço dessa modernização e industrialização do campo faz com que muitos alambiques, instalados em pequenas propriedades que eram regidas pela lógica camponesa, deixem de o ser. Fato que diminui o número total dos produtores de cachaça, o que faz com que a sua produção artesanal da mesma seja cada vez mais valorizada, seu cheiro e sabor a diferem da industrializada.

As pessoas que saíram do campo e se instalaram nas cidades costumam preferir a produzida artesanalmente, agindo como uma espécie de “marketing” para a bebida. Sendo assim, suas territorialidades não só continuam a existir, como agora se manifestam de forma descontínua no espaço, atingindo tanto a zona rural quanto urbana, obtendo um controle efetivo sobre sua propriedade e o entorno, além de estar presente nas festas de ambos.

Questionamentos e considerações “finais”

A cachaça é símbolo de libertação e de resistência no/do Brasil, representando as lutas que vivemos por nossa independência, nosso desejo de continuação da reprodução de diferentes aspectos inter-relacionados da cultura popular. Ela é retratada em várias de nossas canções e sambas mais populares, pondo em evidência que é a mais brasileira de todas as bebidas. Percebemos que isto não é sem razão.

Não só possui uma ampla importância histórica, como também revela as resistências de outras lógicas que não a do capital, hegemônica na contemporaneidade. Sua existência é pautada na festa e no campesinato, em que a terra é vida. Além de tudo,

também é de suma importância para a (re)existência dos sujeitos no urbano, principalmente daqueles que saíram do campo por conta da constante expansão das territorialidades dos complexos agroindustriais, as quais estão (des)(re)territorializando estas populações, e pelos processos de urbanização que configuram em êxodo rural.

A embriaguez característica da cachaça liberta estes homens dos seus cotidianos, não raro, opressores, trazendo para eles uma sensação remanescente de sua situação anterior (ou não) de sua realidade rural. A cachaça, de maneira análoga, se transforma em um elixir da longa vida, estendendo a memória da vida no campo e da lógica campesina indefinidamente.

Muitas comunidades estão se desmantelando, mas suas lógicas continuam a se reproduzir por meio de algumas festas religiosas ou mesmo da própria cachaça. Em campo, constatamos que os dois alambiques são muito conhecidos pelos moradores da cidade. Estes se metamorfoseiam em zonas de contato entre o rural e o urbano, revelando que os sujeitos nunca abandonam seus lugares e seus territórios completamente, entrando em condições de multiterritorialidades baseadas na materialidade e imaterialidade das suas reproduções culturais e sociais.

Ou seja, apesar de muitos desses sujeitos serem desterritorializados e terem se reterritorializado no urbano, ainda continuam a manter vivas suas territorialidades rurais, portanto, estão territorializados em múltiplos ambientes. Será a industrialização o futuro do campo brasileiro?

Também é necessário que questionemos tudo o que foi posto aqui, afinal, será que realmente o que vemos são tensões territoriais entre estas diferentes lógicas? Pensamos que, talvez, seja mais prudente encararmos que o que realmente existe são sobreposições territoriais que se relacionam de forma a (co)(re)existir, o capital apaga muita coisa, mas as humanidades continuam.

Importante também é ressaltar que as relações que se manifestam entre estas diferentes territorialidades não são intrinsecamente benéficas ou maléficas, mas fazem parte do contexto histórico do(s) movimento(s) da(s) realidade(s) na(s) qual(is) estamos vivendo no momento. É imprescindível que se analise, portanto, até onde vão os benefícios e se as contrapartidas que valem ou não a pena para os sujeitos inseridos nos lugares, visando entender as forças que estão por trás das mutações deles e do espaço.

São esses resíduos que nos mostram os limites do capital, até onde ele consegue atingir a nossa vida. É no resistir à sua lógica que mostramos onde nos colocamos como seres humanos com todas nossas particularidades e mostramos que há algo além do sistema.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, C. A.; TAKAHASHI, L. Y.; SACHUK, M. I. A Influência da Inovação Tecnológica na Competitividade e nas Relações de Trabalho em Usinas de Açúcar e Álcool no Estado

do Paraná. **Organizações Rurais e Agroindustriais (UFLA)**, v. 14, p. 1-14, 2012.

AVELAR, L. E. B. O “sujeito” cachaça e a história “arqueológica”. Simpósio nacional de História, XXV, Fortaleza, 2009. **Anais...** Fortaleza, 2009.

CACHAÇA EXPRESS. **História da cachaça**. Disponível em: <<http://www.cachacaexpress.com.br/historia/>>. Acesso em maio de 2013.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORREA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade campo. **Campo - Território**, v. n. 5, p. 214-242, 2008.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVALHO, E. R.; CLEPS JÚNIOR, J. Pontal do Triângulo Mineiro: as Atuais Transformações Territoriais do setor sucroalcooleiro. **IV Semana do Servidor e V Semana Acadêmica da Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia: 2008.

CASTRO, R. A. R.; ATHAYDE, K. R.; PALMA, M. A. M. Inovação e capacitação tecnológica no agronegócio de cachaça. **Latin American Journal of Business Management**, v. 1, p. 60-77, 2010.

CLEPS JUNIOR, J.; SOUZA, A. A Territorialização da Produção Agroindustrial Canavieira na Mesorregião do

Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Horizonte Científico** (Uberlândia), v. 6, p. 1-22, 2012.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22. Ed. São Paulo: Edições Loyolla, 2012.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo, 2005.

_____. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Território e Multiterritorialidade**: Um debate. *GEOgraphia*, Ano IX, n. 17, p. 19-46. Rio de Janeiro, 2007.

INÁCIO, J. B.; SANTOS, R. J. A expansão da cana-de-açúcar nos territórios de produtores tradicionais do Triângulo Mineiro-MG. **Revista Percursos-NEMO**. Maringá, v. 3, n. 2, p. 167-195, 2011.

KAGEYAMA, A.; *et al.* O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos caos. In: Guilherme Costa Delgado. (Org.). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília/DF: IPEA, 1990, v. 1, p. 113-223.

KARJALAINEN, P. T. **Place in Urwind**: A humanist geography view. *Geograficidade*. v. 2, n. 2, Inverno 2012. p.4-22.

MARAFON, G. J. . Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 7-21, 1998.

MARQUES, L. M. ; SANTOS, R. J. As festas populares na modernidade: algumas contribuições a partir da Festa de Santos Reis de Martinésia, Uberlândia - MG. In: II Seminário Regional de Programas de Pós Graduação em Geografia do Centro-Oeste e Triângulo Mineiro, 2010, Uberlândia. **Anais do II Seminário Regional de Programas de Pós Graduação em Geografia do Centro-Oeste e Triângulo Mineiro**, 2010.

MONDARDO, M. L. Nova agricultura, novo território: mobilidade sulista e desterritorialização no Oeste Baiano. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. **Crises, Práxis e Autonomia**: Espaços de Resistências e de Esperança. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010. v. XVI.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, ano 1, n.1, p. 7-13, Rio de Janeiro: 1999.

_____. A totalidade do Diabo: Como as Formas Geográficas difundem o Capital e Mudam as Estruturas Sociais. In: **Economia Espacial: críticas e alternativas**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, R. J. **Gaúchos e mineiros do cerrado**: metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais. Uberlândia: EDUFU, 2008.

_____. Os camponeses da Região do Triângulo Mineiro e a expansão dos agrocombustíveis. **Revista eletrônica Para onde!?** (UFRGS), v. 5, p. 128-146, 2009.

SANTOS, R. J. ; KINN, M. G. Festas: Tradições reinventadas nos espaços rurais dos Cerrados de Minas Gerais. **Espaço e Cultura** (UERJ), v. 26, p. 58-71, 2009.

SILVA, J. F. G. **O que é questão agrária**. 16º Ed. Editora brasiliense, São Paulo, 1990, pg. 106.

_____. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, SEADE: São Paulo, v. 7, n.3, p. 2-10, 1993.

SILVA, L. H. de A. e; LIMA, I. B. Cachaça de Minas e desenvolvimento rural: uma análise do cooperativismo como impulso para o agronegócio. **Revista Vertentes**, São João del Rei, p. 99-114, 2006.

SILVA, L. H. de A. e . A importância da Cachaça de Minas em regiões carentes do estado. **Revista do Sistema Ampaq**, Belo Horizonte/MG, 2004.

SOUZA, A. G.; CLEPS JUNIOR, J. A expansão da agroindústria canavieira no Triângulo Mineiro e seus efeitos sobre a produção familiar. **4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa (ENGRUP)**, pp. 952-973, São Paulo: 2008.

SOUZA, R. L. Cachaça, vinho, cerveja: da colônia ao século XX. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), FGV, v. 33, p. 56-75, 2004.

TUAN, Y. Place: an experiential perspective. **Geographical Review**, 65 (2), 1975, p.151-165.

_____. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: EDUEL, 2012.

WESZ JUNIOR, V. J. ; TRENTIN, I. C. L. Análise territorial e representativa das agroindústrias familiares de cachaça nas Missões/RS. **Organizações Rurais e Agroindustriais (UFLA)**, v. 9, p. 164-174, 2007.

UMA INTRODUÇÃO À GEOFILOSOFIA

Paulo Irineu Barreto Fernandes
Rosselvelt José Santos

Introdução – Geofilosofia ou Geofilosofias?

O que é geofilosofia? Existe uma geofilosofia ou existem geofilosofias? O que se espera de uma abordagem geofilosófica? Seria a geofilosofia uma nova *koiné*, uma linguagem universal, a partir da qual seria possível pensar perspectivas globais para além da setorialização e das especializações? De acordo com a pesquisadora italiana Caterina Resta “A geofilosofia pretende ser uma filosofia da Terra. A sua intenção é a de recuperar o terreno para o pensamento, acreditando que a orientação foi perdida” (RESTA, 1996). A advertência nietzschiana “o deserto cresce” pode fazer referência à cidade, a metrópole, espaço de uma humanidade que não tem mais lugar. O homem da modernidade, por mais que transite, não se sente em casa em nenhuma parte. Assim, a geofilosofia se propõe a ser a sabedoria do deserto, suportando a falta de orientação e buscando se posicionar para além de todas as miragens, sem, no entanto, ser seduzida pelo retorno ao princípio. A geofilosofia é, inclusive, uma geo-política e afirma que um *nomos* diferente pode ordenar a Terra, mas somente se nós formos capazes de realizar profundamente a superação de uma lei imperialista e imperialística. De uma nova Terra, a geofilosofia deve anunciar a promessa, não em um além, mas em um sempre aqui. A geofilosofia é uma busca pela identidade da Terra e do seu povo.

“Que povo é este que habita a Terra?”, ou, se não for possível responder a esta questão, na mais simples formulação, que a geofilosofia seja capaz de nos dizer se esta questão pode ser posta.

Neste sentido, a pesquisa revelou que existem pelo menos três abordagens mais amplas às quais nos referimos quando usamos o termo geofilosofia: O significado presente em Deleuze e Guattari: marcado pela forte relação entre filosofia e território. Para Deleuze e Guattari (1997), há uma relação antagônica entre as figuras e os conceitos, na qual os dois elementos raramente são valorizados ao mesmo tempo: ou se prestigia os conceitos, depreciando as figuras; ou o inverso. Com os gregos antigos, passou-se a pensar não mais por figuras, mas por conceitos e os mesmos têm a sua organização não mais em uma hierarquia verticalizada, e sim na vizinhança (horizontal), da qual depende a sua multiplicidade de possibilidades e sentidos. Desta forma, a Filosofia é também uma geofilosofia, centrada no território e na imanência. O significado presente na abordagem européia mais recente, sobretudo entre os pesquisadores italianos: que busca um entendimento único do Planeta, uma união para além do territorial e político, mas que não chega a ser espiritual. E, finalmente, a abordagem que entende a geofilosofia como método investigativo. Esta possibilidade está presente, por exemplo, nas anotações geofilosóficas do prólogo do poema *Sobre a Natureza*, de Parmênides, elaboradas por Gabriele Cornelli (2007). Também está presente na obra *Geofilosofia dell'Europa*, de Massimo Cacciari (1994).

O objetivo desta comunicação é, portanto, discorrer, introdutoriamente, sobre os principais aspectos das possíveis

concepções e definições de Geofilosofia até então conhecidas e difundidas.

A Geofilosofia de Deleuze e Guattari

No texto “Geofilosofia”, do livro *O que é a Filosofia?*, de Deleuze e Guattari, se encontra a primeira referência ao termo “geofilosofia”: “É precisamente para afirmar as razões do encontro [entre o pensamento e a Terra], para incluir na definição de ‘filosofia’ o componente ‘terra’, que Deleuze e Guattari introduziram o termo ‘geofilosofia’ (BROGGI). Com esse termo os dois autores pretendem chamar a atenção para o caráter imanente da filosofia e de sua relação com o território, com o lugar e com a paisagem. Um dos aspectos salientados pelos autores é o de que os primeiros filósofos criaram uma abordagem própria dos fenômenos naturais, tratando-os como conceitos e não mais como figuras, ou como “coisas em si”. Enquanto o sagrado “pensa” por figuras (mandalas, hexagramas...), a filosofia lida com conceitos. A filosofia, por isso, é também uma geofilosofia e o pensar se dá na relação entre o território e a terra. Até mesmo a revolução proposta por Kant, na relação entre sujeito e objeto, toma como analogia outra revolução: a copernicana, pondo, assim, o pensamento em relação com a terra. Desta maneira, a razão seria contingente e imanente, o que põe a filosofia diante de um problema: de que maneira ainda é possível pensar em uma causa transcendente para o surgimento da filosofia, ou ela seria totalmente dependente de uma conjunção prática histórico-temporal? Ou seja, a noção de geofilosofia de Deleuze e Guattari se preocupa com a dívida da filosofia para com o território ou para com a geografia.

Seguindo este pensamento, conforme Deleuze e Guattari (1997), há uma relação antagônica entre as figuras e os conceitos, na qual os dois elementos raramente são valorizados ao mesmo tempo: ou se prestigia os conceitos, depreciando as figuras; ou o inverso. Uma nova forma dominante de pensamento provoca a desterritorialização da anterior. Para os autores, os pré-socráticos, ao tratarem os elementos físicos como conceitos, iniciaram uma forma nova de pensamento. Enquanto a figura é essencialmente paradigmática e projetiva, o conceito é sintagmático e conectivo. Todo conceito tem uma história e remete a um problema. Com os gregos antigos, passou-se a pensar não mais por figuras, mas por conceitos.

Nós, hoje, temos os conceitos, mas os gregos não tinham ainda; eles tinham o plano, que nós não temos mais. É por isso que os gregos de Platão *contemplam* o conceito, como algo que está muito longe e acima, enquanto que nós, nós temos o conceito, nós o temos no espírito de uma maneira inata, basta *refletir*. (DELEUZE E GUATTARI, 1997, p. 132)

A filosofia, primeiro “produto” dessa nova forma de pensar, é também uma geofilosofia. O pensar filosófico se dá na relação entre o território e a terra. E “a filosofia se reterritorializa sobre o conceito” (DELEUZE E GUATTARI, 1997, p. 131).

Desta forma, o que mais caracteriza a Geofilosofia, como a concebem Deleuze e Guattari, não é tanto a sua preocupação com a Terra, no sentido de uma morada, de um lugar a ser preservado e cuidado, mas sim a dívida da filosofia para com as

categorias que compõem o “arcabouço” do que se passou a denominar “ciência geográfica”, a saber: o espaço, o território, a paisagem e o lugar. Mais do que uma simples união entre a geografia e a filosofia, ou mesmo uma “epistemologia da geografia”, a geofilosofia investiga a dimensão mental da geografia, avançando para além dos seus domínios físico e humano. Ela contempla o “horizonte” da percepção, no qual, a princípio, se dá o fenómeno em sua concretude, a natureza, que é traduzida na representação e elaborada no conceito.

Guardadas as proporções, o esforço de Deleuze e Guattari, ao trazerem para a filosofia a importância da interpretação geográfica, pode ser comparado ao esforço feito por Hegel, ao tornar a filosofia uma “realidade” também histórica.

A Geofilosofia italiana de Caterina Resta

A concepção de geofilosofia presente nos textos da “Escola Italiana”²¹ está intimamente ligada à noção de valorização do planeta em que vivemos, fortemente influenciada pela busca de respostas para o niilismo:

A suposição do niilismo, de acordo com o profundo entendimento de pensadores como Nietzsche, Heidegger, Schmitt ou Jünger é o horizonte no qual o carácter intrinsecamente niilista e destrutivo do pensamento ocidental, a devastação do planeta

²¹ A Geofilosofia tem sido estudada sistematicamente por um expressivo número de autores italianos, dentre os quais se destacam: Caterina Resta (Universidade de Messina), Luiza Bonesio (Universidade de Pavia), Massimo Cacciari (Veneza) e outros.

Terra, alcança sua máxima expressão de conceitividade. (RESTA, 1996, n.p).

No entanto, os autores fazem questão de evidenciar que não se trata de mais um tipo de discurso reducionista ecológico ou ambientalista. Da mesma forma, não se trata de mais uma nova disciplina. Autoras como Caterina Resta e Luiza Bonesio, ambas italianas, têm realizado um esforço no sentido de difundir uma concepção muito particular de geofilosofia, fundamentada tanto econômica, quanto humanitariamente; tanto geográfica, quanto filosoficamente.

Para Caterina Resta²² (1996), a geofilosofia pretende desafiar a fragmentação progressiva das áreas de conhecimento, e não simplesmente através de um encontro interdisciplinar, mas por reconhecer que a raiz comum, que é o cerne de toda a experiência humana do mundo: o viver na Terra. Nesse sentido, a geofilosofia é uma filosofia radical, porque busca o mais original e constitui essencialmente o ser do homem como homem. Mas ela também quer ser uma filosofia enraizada em uma tentativa de transformar o árido deserto do niilismo (perda do sentido) em um terreno fértil para a humanidade em sua história.

De acordo com Resta (1996), a geofilosofia é²³ ...

²² Professora de Filosofia Teórica da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade de Messina. Investiga Filosofia Teórica, Filosofia do século XX e Geofilosofia.

²³ As ideias apresentadas nos tópicos a seguir foram traduzidas e compiladas do texto “10 teses de Geofilosofia”, de Caterina Resta. O referido texto está

- **geopolítica**²⁴, pois em uma época em que o “Estado Mundial” é uma realidade que se tornou ainda mais palpável pelo colapso do império soviético, e ainda é mais concreta a unificação do mercado mundial em expansão e das redes de computadores. Assim, a questão de uma nova ordem mundial e da busca de um *nomos* capaz de instituí-la, não pode mais ser adiada. A geofilosofia poderia ser esse *nomos*.

- **topologia**, pois é uma disputa contra o privilégio concedido ao Ocidente, pela história. Contra uma concepção linear e sequencial de tempo, ela contrapõe a ideia de “topologia humana” como uma abertura no espaço-tempo do evento, centrada no lugar. Os eventos se dão em um espaço-tempo singular, sem precedentes, embora sempre dentro de uma tradição escrita. Entender um evento, portanto, significa aproximar-se do seu lugar. Não há lugar em uma sucessão de fatos, mas no espaço de um “ser-aberto”. Assim, a geofilosofia, enquanto topologia, pode ter descoberto um aliado valioso para a Geografia.

- *uma geosofia e uma geografia do imaginário*, uma vez que a terra em que vivemos, antes de ser lida pelos paradigmas das ciências exatas, para as quais cada “biologismo” étnico representa o aspecto mítico no conceito de “raça”, é o símbolo

sendo traduzido pelo autor desta comunicação, a partir do original italiano, com a autorização da autora.

²⁴ Tomamos a liberdade de apresentar apenas um complemento aqui. Embora a geofilosofia seja, também, uma geopolítica, há algo em que elas diferem: enquanto a geopolítica valoriza demasiadamente a dimensão global, em detrimento do local, a geofilosofia se esforça para entender o todo, sem perder o lugar, que é a fonte de toda a experiência na Terra.

imperecível do útero de onde viemos e onde estamos destinados a retornar: a alternância incessante de criação e destruição. Símbolo, também, de extraordinária beleza e perfeição, o “útero” da mãe Terra se desdobra em uma extraordinária variedade de espécies, paisagens e acidentes geográficos. A geofilosofia é, portanto, uma geo-sofia (sabedoria da – e sobre a – terra), questiona e contempla o rosto misterioso da Terra, presa em seus elementos simbólicos e espirituais. Por esta razão, também, a geofilosofia é um pensar leal e amoroso que entende que proteger a Terra é preservar e cultivar os seus símbolos. A geofilosofia descobre em uma geografia imaginativa uma concepção de lugar e de geografia que nenhuma outra concepção pode dar.

- *um pensamento materno e do coração*, pois repensa a Terra numa perspectiva que reconsidera e reavalia as suas características maternas e femininas inerentes. Se o *logos* ocidental acabou perdendo de vista a Terra, uma das razões reside no seu “falocentrismo”, um pensamento profundamente misógino, fundado no trato masculino supervalorizado. O modelo ocidental de racionalidade surge, portanto, desde o início, desequilibrado em uma direção. Os ocidentais acabaram por pensar sob o ponto de vista masculino, ainda que o discurso seja apresentado como um discurso neutro. A geofilosofia é o amor pelo conhecimento sobre a Terra que não renuncia à ternura, ela bate em um coração que simplesmente inverte a imagem no espelho da nossa própria racionalidade. O coração é um espaço da alma. Um lugar de nenhum lugar, um ponto de encontro e de tradução entre interior e exterior, amor e conhecimento, eu e mundo, feminino e masculino.

Um toque de clássicos – A Geofilosofia como método

O surgimento do termo “geofilosofia” permitiu um “olhar” para a história sob uma nova ótica, pela qual se tornou possível perceber indícios “geofilosóficos” nos autores do passado. Neste caso, mais do que um conceito, ou mesmo abordagem multidisciplinar, a geofilosofia passa a ser entendida como um método. Ou seja, é possível uma abordagem geofilosófica da realidade. Mas o que isto significa? Citemos como exemplo o texto “A descida de Parmênides: anotações geofilosóficas à margens do Prólogo”, de Gabriele Cornelli. Neste texto, o termo “geofilosófico” significa que não se deve ater apenas aos aspectos míticos e místicos do poema de Parmênides, mas considerar também o seu aspecto imanente: “Aqui a viagem é *viagem* mesmo, e não um encadeamento lógico-racional de argumentos” (CORNELLI, 2007, p. 48). Da mesma forma, a abordagem geofilosófica aparece na obra *Geofilosofia dell’Europa*, Cacciari (2008), como *anamnese* histórica, geográfica, política e filosófica²⁵.

Esta concepção de geofilosofia abre um “leque” sem precedentes e quase inesgotável, tendo em vista o elevado número de autores cujos escritos merecem um “olhar” geofilosófico. Apresentamos aqui alguns fragmentos potenciais para estudos vindouros:

... um príncipe sábio, amando os homens como querem ser amados, e sendo temido por eles como

²⁵ “Per poter misurare, occorre conoscere *il misurante*. ‘Anamnesi’ storica, geografica, politica e filosofica *in uno*”. CACCIARI, Massimo. *Geofilosofia dell’Europa*. Milano: Adelphi, 2008, p. 17.

quer, dever firmar-se no que é seu e não sobre o alheio. Enfim, deve apenas evitar ser odiado, como ficou explicado. (MAQUIAVEL, 1977, p, 97)²⁶.

... para que essa superfície [do primeiro móvel] seja lugar, não é necessário que seja um corpo contido, mas sim um corpo continente. Se é superfície de corpo continente, mas não está junto e sim continuada no corpo contido, é lugar sem lugar. (BRUNO, 2007, p. 34).

É um espetáculo grande e belo ver o homem sair a bem dizer do nada por seus próprios esforços; dissipar, pelas luzes de sua razão, as trevas em que o envolvera a natureza; elevar-se acima de si mesmo; alçar-se pelo espírito até as regiões celestes; percorrer a passos de gigante, assim com o Sol, a vasta extensão do universo; e, o que é ainda maior e mais difícil, penetrar em si mesmo para aí estudar o homem e conhecer-lhe a natureza, os deveres e o fim. Todas essas maravilhas se renovaram há poucas gerações. (ROUSSEAU, 1999, p. 11)

... a guerra permanece sendo um meio indispensável para aperfeiçoá-la [a humanidade]; e só depois (sabe Deus quando) de haver alcançado o término dessa cultura, poderia ser salutar e até possível uma paz perpétua. (KANT, 2010, p. 36).

²⁶ Esta obra inclui comentários de Napoleão Bonaparte ao texto. Encontra-se o seguinte comentário do, então, 1º cônsul, ao final da citação: “A não ser que isso dê grande trabalho e crie tropeços”.

O único pensamento que a filosofia traz para o tratamento da história é o conceito simples de Razão, que é a lei do mundo e, portanto, na história do mundo as coisas aconteceram racionalmente. (HEGEL, 2004, p. 52).

Poderíamos mesmo dizer que, sempre que na vida dos homens e dos povos, há solenidade, gravidade, mistério e cores sombrias, é que fica um vestígio de terror que em outros tempos, em todo mundo presidia as transações, os contratos, as promessas: o passado, o longínquo, obscuro e cruel passado, ferve em nós quando ficamos “sérios”. Quando o homem julgava necessário criar uma memória, isso era acompanhado sempre de sangue, de mártires, de sacrifícios; os mais espantosos holocaustos e os compromissos mais horríveis (como sacrifício dos primogênitos), as mutilações mais repugnantes (como a castração), os rituais mais cruéis de todos os cultos religiosos (porque todas as religiões foram em última análise sistemas de crueldade), tudo isso tem sua origem naquele instinto que soube descobrir na dor o auxílio mais poderoso da memória. (NIETZSCHE, p. 59)

Assim que o caráter mistificador das condições econômicas é descoberto, elas aparecem como a completa negação da humanidade. O modo de trabalho perverte todas as faculdades humanas, a acumulação de riqueza intensifica a pobreza, e o progresso tecnológico leva “à dominação da matéria

morta sobre o mundo humano”²⁷. (MARCUSE, 1988, p. 259)

... embora o mundo comum seja o terreno comum a todos, os que estão presentes ocupam nele diferentes lugares, e o lugar de um não pode coincidir com o de outro, da mesma forma como dois objetos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço. (ARENDRT, 2007, p. 67).

A grande sorte dos que desejam pensar a nossa época é a existência de uma técnica globalizada, direta ou indiretamente presente em todos os lugares, e de uma política planetariamente exercida, que une e norteia os objetos técnicos. Juntas, elas autorizam uma leitura, ao mesmo tempo geral e específica, filosófica e prática, de cada ponto da Terra. (SANTOS, 2000, p. 171)

Esses fragmentos foram, até o momento, interpretados à luz da filosofia, da história, da geografia e, certamente, sob a ótica de outras áreas do conhecimento humano, mas, quase sempre de maneira isolada. A geofilosofia busca (e oferece), diferentemente, uma visão mais orgânica e multidisciplinar, a partir da qual quicá seja possível uma melhor compreensão e aplicação destes enunciados. Nesse sentido, a geofilosofia é uma

²⁷ Nesse ponto, Marcuse faz referência à obra *Ökonomisch-philosophische Manuskripte* (Manuscritos Econômico-filosóficos), de Karl Marx. Embora falte clareza na citação de Marcuse, tudo indica que a edição utilizada seja: Marx-Engels, *Selected Works*, 2 vols., ed. Marx-Engels Institute, Moscow, 1935.

opção pela harmonização das diversas possibilidades de compreensão da realidade e do mundo.

Considerações finais

Partindo do princípio de que um texto introdutório dificilmente pode apresentar proposições definitivas, a presente comunicação é finalizada com a compreensão de que a palavra “geofilosofia” não pretende nomear uma nova disciplina humana. Ela é, fundamentalmente, um método de leitura do mundo e da realidade e, de acordo com a pesquisadora italiana Caterina Resta, pretende desafiar a fragmentação progressiva das áreas de conhecimento. No entanto, a geofilosofia promove mais do que um encontro interdisciplinar, pois reconhece que há uma “raiz” comum, que é o cerne de toda a experiência humana do (e no) mundo: o viver na Terra. Nesse sentido, a geofilosofia é uma filosofia radical, porque busca o mais original e constitui essencialmente o ser do homem como homem. Mas ela também quer ser uma filosofia enraizada em uma tentativa de transformar o árido deserto do niilismo (a perda do sentido) em um terreno fértil para a humanidade em sua história. Além disso, podemos afirmar que a geofilosofia é uma busca pela identidade da Terra e do seu povo. Assim como podemos pensar a identidade de uma região, em comparação com outra, de um povo em relação a outro, de um país em relação a outro, faltamos outra humanidade, ou uma espécie semelhante à nossa, para podermos pensar a nossa identidade planetária, não em um sentido esotérico ou espiritual (o que não quer dizer que este não seja importante), mas em um sentido geográfico, material e

espacial, refletido filosoficamente, que responda à seguinte questão: “que povo é este que habita a Terra?”, ou, na mais simples formulação, que seja capaz de nos dizer se esta questão pode ser posta.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BROGGI, P. **Geofilosofia: oltre la rappresentazione, oltre lo storicismo**. (mimeo). Não informa data. Sem numeração de páginas. Disponível em: <http://www.paridebroggi.com/2011/06/28/geofilosofia-oltre-la-rappresentazione-oltre-lo-storicismo/> (acesso em 04/07/2011)

BRUNO, G. **Acerca do infinito, do Universo e dos mundos**. Tradução de Diamantino Fernandes Trindade e Laís dos Santos Pinto Trindade. 2. ed. São Paulo: Madras, 2007.

CACCIARI, Massimo. **Geofilosofia dell'Europa**. 5. ed. Milano: Adelphi, 2008.

CORNELLI, Gabriele. **A descida de Parmênides**: anotações geofilosóficas às margens do prólogo. ANAIS DE FILOSOFIA CLÁSSICA, Vol. 1 nº 2, 2007

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **O que é a Filosofia**. Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

HEGEL, G. W. F. **A Razão na História**: uma introdução geral à Filosofia da História. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

KANT, I. **Começo conjectural da história humana**. Tradução de Edmilson Menezes. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Tradução de Torrieri Guimarães. 8. ed. São Paulo: Hemus, 1977.

MARCUSE, H. **Razão e Revolução**: Hegel e o advento da Teoria Social. Tradução de Marília Barroso. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

NIETZSCHE, F. **A Genealogia da Moral**. Tradução de Antônio Carlos Braga. São Paulo: Editora Escala. (não informa a data).

PLATÃO. **República**. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Scipione, 2002.

RESTA, Caterina. 10 teses de Geofilosofia. Mimeo. Publicado originalmente em AA. VV., **Appartenenza e locatità: l'uomo e il territorio**, a cura di L. Bonesio, SEB, Milano, 1996. Disponível em: http://geofilosofia.it/terra/Resta_geotesi1.html - acesso 26/03/2011

ROUSSEAU, J.-J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização.** 18. ed. São Paulo: Record, 2009.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO PROCESSO DE ARRENDAMENTO DE TERRAS

Rosselvelt José Santos
Marli Graniel Kinn

A implantação das grandes lavouras de cana-de-açúcar, na região do Triângulo Mineiro, tem sido objeto de tensões entre produtores rurais, proprietários de terra e usineiros. Os donos de terras, em geral, preocupam-se com a rentabilidade do arrendamento de suas terras, com a legislação ambiental, com os ganhos e perdas econômicas. Para os produtores rurais, sobretudo para os pequenos criadores de gado leiteiro, no contexto deste agronegócio, as principais problemáticas envolvendo o arrendamento das propriedades rurais são: a circulação intensa de tremiões, a poeira que adere ao pasto prejudicando as pastagens, o uso indiscriminado de maturadores e agrotóxicos que comprometem a produção dos meios de vida, dentre outros impactos decorrentes do desenvolvimento do setor sucroenergético.

Somam-se a essas problemáticas, preocupações e inquietações relacionadas ao preço da terra, principalmente sobre as áreas que estavam à disposição dos pequenos e médios criadores de gado, médios e grandes produtores de grãos, mas que, agora, são impedidos de acesso pela concorrência estabelecida pelas usinas de álcool e açúcar. Para os donos de terras, arrendar suas áreas para os usineiros é sedutor, sobretudo quando se aventa a possibilidade de oferecer vantagens econômicas, como antecipar

por um ano o pagamento de renda da terra que, por exemplo, a cultura de grãos e pecuária leiteira não consegue oferecer.

Contudo, em geral o preço pago pelo arrendamento oscila constantemente, o que ocorre em decorrência da inconstância dos preços dos produtos produzidos nas terras da região do Triângulo Mineiro. Valores superiores praticados na cultura da cana-de-açúcar são relativos e relacionais ao mercado, sendo que as heterogeneidades das relações de produção, na região, entram nessa disputa por terras, propiciando tensões aos modos de vida locais.

Como as usinas de álcool e açúcar instaladas na região do Triângulo Mineiro já alcançaram o número de 27 unidades processadoras e que cada uma, em média, possui capacidade instalada para processar 30 mil hectares de cana-de-açúcar, consideramos de enorme importância refletir sobre os significados e representações sociais do arrendamento. Neste texto, abordamos, especialmente, aquilo que ele cria como projeto, arranjo e estratégias para as pessoas que mantêm algum vínculo com a terra.

Para o usineiro, a formação das grandes lavouras não decorre apenas da aquisição de terras, mas do arrendamento. No Cerrado mineiro, a reprodução dos capitais investidos nos canaviais não está relacionada apenas ao aspecto econômico, mas também às formas com que sujeitos sociais que detêm a propriedade da terra se relacionam com a propriedade rural e se envolvem com ela. Cabe, então, discorrer a respeito das representações sociais correlacionadas ao aluguel de terras e de como a possibilidade

de se viver de renda repercute nas formas de pensar, agir e reagir desse sujeito social.

No modo de arrendamento que os usineiros praticam, os melhores solos e as áreas mais próximas das usinas são os preferidos. Os proprietários dessas terras são os mais assediados. Na condição de ter que arrendar terras, os usineiros investem parte do seu capital na terra alugada, mas escolhem áreas a partir da sua localização, das condições naturais e infraestruturais existentes no espaço. A proximidade das rodovias, presença de curso d'água são alguns dos elementos mais importantes a serem apropriados em cada lugar específico, onde a produção de cana-de-açúcar vai ocorrer.

Nessa relação, o usineiro paga ao proprietário da terra uma quantia em dinheiro para poder se apropriar dos recursos naturais e infraestruturais existentes na propriedade rural e no espaço que a cerca. Esses capitalistas, a partir de contratos estabelecidos em cartórios, garantem direitos de explorar, por alguns anos, as terras alugadas. Legalizado o uso da terra, os usineiros agem investindo a outra parte de seus capitais para melhorar as condições físicas, químicas e biológicas dos solos.

Sem dúvida, o processo é recheado de particularidades e a busca por vantagens espaciais é permanente, pois se trata de relações que envolvem o dono da terra e o dono do capital na produção de mercadorias vinculadas ao mercado internacional e de interesse do Estado. Isso ocorre porque o setor sucroenergético, ao não imobilizar capital na compra de terras, também não rompe com as diferentes lógicas sociais de produção, mas se aproveita delas para nutrir de matéria-prima a sua indústria. A

consideração dessas desigualdades advém da necessidade de se compreender as representações que os donos de terra e produtores rurais estabelecem quando percebem as possibilidades e impossibilidades de alugar parte ou a totalidade de seus patrimônios (fazenda, sítios) para as usinas de álcool e açúcar.

Os camponeses locais e o arrendamento

Com os negócios do arrendamento se deslocando e, em alguns casos, para propriedades agrícolas vizinhas aos camponeses e mesmo não sendo assediados pelos usineiros, alguns desses produtores sentem-se ameaçados pelo setor sucroenergético. Trata-se de situações em que os camponeses, mesmo estando distantes de estabelecer contratos de arrendamentos, estão muito próximos das grandes lavouras e de seus impactos socioambientais.

*A gente não aluga terra pra usina, mas o vizinho faz isso e daí vem tudo aquilo que a gente não queria pra perto da gente... Então, a gente mesmo não participando do negócio da cana ela chega perto da gente.*²⁸

Quando o camponês, por exemplo, se depara com o arrendamento de propriedades próximas a sua, essa presença vai assumido na família diversas preocupações. Elas se revelam como tensões e logo desempenham o papel de desestabilizar os

²⁸ Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto de 2010. Município de Capinópolis.

modos de vida, surgindo novas ideias a respeito do uso da propriedade.

Quando a gente pensa na trabalhadeira que é cuida do nosso gado, aluga a nossa terra pra usina parece ser uma coisa pra se pensar. Uma boa é diminui o trabalho, dai não fica tão pesado. Você vê que o tempo vai passando e a gente vai ficando sem força, os filhos vão saindo e daí esse negócio de aluga pra usina faz a gente pensa se a gente consegue ficá por aqui sem trabalhá.²⁹

No campo social, político e cultural, viver do arrendamento tem criando, representações antagônicas à condição de produtores rurais familiares, surgindo projetos de vida que se relacionam às propostas de arrendamento, inclusive representando risco de diluição da identidade camponesa.

Ali naquele chato, o dono já alugô mais ele disse que não ia alugá. Ele até reuniu o povo pra não faze nada com a usina, daí ele foi o primeiro a fazê e foi embora... Eu acho que ele fez o negócio... Daí a gente ficô...³⁰

No entanto, no Cerrado da região do Triângulo Mineiro, emergiram também reações e ações no sentido de questionar o

²⁹ Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto de 2010. Município de Capinópolis.

³⁰ Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto de 2009. Município de Gurinhatã.

arrendamento, procurando cada vez mais afirmar os seus vínculos territoriais com o lugar.

*Eu acho que a gente não pode alugá... – Por quê? Tem um contrato... A gente fica sem direito de mandá nos trem da gente... A gente não manda mais naquilo que é da gente... Eles lá da usina faz tudo, assume tudo e some com tudo... Então esse é o motivo... a gente passa a não mandar nas nossas coisas.*³¹

Para Heidrichi (2006), essa relação com o lugar pode indicar a manifestação de vínculos territoriais, pois, segundo o autor:

Vínculos com o território se fazem por esse intermédio, por aquilo que se consegue realizar externamente, no espaço que é por onde cada um pode relacionar-se com o outro. São vínculos com os quais a humanidade se desnatura, criando o espaço humanizado – o território e as formações sócio-espaciais (HEIDRICH, 2006, p. 03).

Nessa perspectiva, o camponês não possui uma única relação com o lugar, por isso, não podemos reduzir a sua existência às possibilidades econômicas fixadas pelo “Deus” mercado. Nos lugares cada vez mais cercados pelo cultivo da cana-de-açúcar, esses produtores familiares, apesar de estarem constantemente ameaçados pela ação do capital, reagem a partir do lugar. Na

³¹ Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto de 2009. Município de Gurinhã.

área de estudo, a manifestação particular dos camponeses nos permite pensar na articulação do local com o espaço “[...] na medida em que o processo de produção do espaço é também um processo de reprodução da vida humana.” (CARLOS, 1996. p.15).

Partindo da experiência camponesa, evidentemente, se está anunciando um procedimento que acaba expondo um tema, que, obviamente, deve ser explorado de maneira profunda para que esse sujeito social apareça não apenas como vítima desse processo.

*A cana foi chegando, foi ficando assim bem perto da gente... Daí a gente foi reclamando... foi pedido pra eles jogá água na estrada... foi pedido pra eles cuidá quando for jogá veneno de avião... Daí a gente reclama vai dizendo as coisa e continua levando a nossa vida por aqui mesmo.*³²

Como moradores dos lugares, os camponeses reivindicam as condições ambientais que sempre tiveram e que qualificavam a sua existência no lugar. Poeira e veneno são elementos recentes e que descaracterizam o lugar. Porém, com a crescente busca de terras para o arrendamento, multiplicam-se os processos de significação e de representação social que a propriedade familiar assume para a vida camponesa nos lugares.

³² Fonte: Pesquisa de campo realizada em julho de 2010. Município de Santa Juliana.

Segundo Moscovici (2007, p.91), o caráter das representações sociais é revelado especialmente em tempos de crise e insurreição, quando um grupo ou suas imagens estão passando por mudanças.

No avanço das lavouras de cana-de-açúcar, esse camponês se depara com um número inimaginável de boatos e também de ofertas de arrendamento. Como se trata de valores expressivos, sobretudo, para quem tem grandes áreas e que representam a possibilidade de viver sem ter que trabalhar na terra, no imaginário camponês, o arrendamento pode representar várias possibilidades, inclusive de se livrar das imposições de ordem bruta do trabalho e das prescrições da natureza, ao menos temporariamente.

*Tão dizendo que é bom arrendá pra cana... Eles lá na usina têm proposta de adiantamento de recurso. O povo que alugá recebe um ano adiantado... Se esse povo me procurasse eu até me animava. - Por quê? A gente sempre procura um jeito de ganhá a vida sem tê que morrê trabalhando... Você tem que caçá um jeito de vive melhor... Daí você também pensa se isso de alugá pra usina não é uma coisa arriscada...*³³

Se o camponês, na relação com a terra, fez emergir relações com o lugar e com o meio cultural a que foi vinculado é aceitável que a terra, como patrimônio familiar conquistado com trabalho e

³³ Fonte: Pesquisa de campo realizada em julho de 2010. Município de Santa Juliana.

como herança, tenha também gerado opiniões nada generalizantes. Elas podem indicar reações que decorrem de um longo processo de assimilação de valores humanos e concepções de mundo. Na relação com os recursos naturais, sociais e culturais presentes no lugar, o modo de vida parece ajuizar o conhecimento alcançado por meio de numerosas experiências que a própria família vivenciou no lugar. Por gerações, os criadores de gado leiteiro interpretaram o Cerrado e, na condição de proprietários de terras, projetaram a vida do grupo familiar sobre esse patrimônio.

*Quem vive sem trabalho? Vive aquele que tem muito recurso. Ele é forte e tem condição de explorar os outro mais fraquinho. Então se a gente tem de onde tirá as coisa, o de comê, a gente vai levando. O povo afobado pode fica sem nada. Daí, como é fíca sem a terra?*³⁴

A condição cultural desses camponeses representa uma racionalidade com que se pretende interpretar o arrendamento, referenciando-se no trabalho e na propriedade familiar como essência ou mesmo como fundamento da manutenção de certos aspectos da cultura, principalmente a reflexão sobre os acontecimentos, o modo de vida e a experiência daí decorrente. Tais reflexões têm revelado um fato decisivo entre os camponeses, fundamentalmente, eles tendem a se posicionar a respeito dos processos transformativos e as razões que impulsionam a reocupação das terras, redefinindo os processos

³⁴ Fonte: Pesquisa de campo realizada em maio de 2010. Município de Iturama.

produtivos e sua existência em um espaço demarcado por vários interesses, sobresaindo, nesse momento, aqueles vinculados ao capital e ao Estado.

*Quando a gente foi reclamar na usina que o avião tava dando rasante na nossa casa e ficando uma nuvem de veneno... O funcionário da usina disse que esse era o modo deles trabalhá e que a usina não ia deixá de fazê aquilo que era necessário... Essa pessoa, que é mandada, arremato, dizendo que os incomodados que se retirem.*³⁵

Nesse processo, é de se supor que as transformações sócioespaciais implementadas pelo setor sucroenergético e pelo qual o camponês é influenciado têm gerado mudanças de interesse pela terra, inclusive nas formas de pensar das pessoas dos lugares cercados pelos canaviais. Assim, se o arrendamento retira, momentaneamente, pelo menos enquanto durar o contrato, o poder que cada produtor rural tem sobre a sua propriedade, a propriedade alienada gera outras consciências e representações.

Você fica na mão deles... Fica assim... bem amado. No começo, é uma beleza... A gente recebe um ano adiantado de recurso. Esse dinheiro

³⁵ Fonte: Pesquisa de campo realizada em julho de 2010. Município de Uberaba.

*é tudo de bom, mas no próximo ano é mensal e no último ano você já recebeu e já comeu.*³⁶

Conscientes de que o contrato restringe o seu poder sobre a propriedade da terra, o entendimento da relação com a usina revela medo e pavor do contrato e parece ser um sentimento de perda e de frustração. Nesta situação, segundo Geertz (1989), perpassam fatores psicológicos que guiam o comportamento do indivíduo e seu grupo.

Na condição de perda da autonomia sobre a propriedade familiar, essa preocupação tem-se revelado um dos fatores que geram preocupação em relação ao arrendamento. O arrendamento, colabora em fazer desses camponeses homens que poderão não retornar ao lugar como produtores rurais, logo, vão se sentindo fora das relações sociais e do grupo ao qual pertencem.

*Se a gente faz o contrato e lá diz que eles podem fazê isso e isso, eles vão fazê. Então se tá escrito que eles podem tirá a cerca, a sua propriedade vai ficar sem cerca. Daí fica uma coisa pra gente: como começa de novo sem cerca, sem pomar, sem curral?*³⁷

O interesse em manter a propriedade da terra diz respeito à percepção desses produtores de que seu lugar no grupo passa

³⁶ Fonte: Pesquisa de campo realizada em abril de 2010. Município de Uberaba.

³⁷ Fonte: Pesquisa de campo realizada em maio de 2009. Município de Pirajuba.

por relações com a propriedade da terra, inclusive em se trabalhar a terra e produzir ou manter no lugar seus componentes simbólicos.

*Na casa da gente você tem que plantá o de comê. Se você deixa de fazê essas coisas desanda tudo. Daí você tem que tirá tudo de uma coisa só. Se no contrato diz que você tem que saí da terra, você não tem como criá um porco, uma galinha uma vaca de leite...*³⁸

Para o camponês é sempre um procedimento importante se referenciar nos exemplos. Não produzir na terra, mas viver do arrendamento significa romper com as práticas sociais e com as representações, pelas quais eles existem no lugar e se afirmam como pertencentes ao grupo. Neste espaço, as sociabilidades camponesas lhes permitem trocar com os outros conteúdos das “coisas” que produzem no lugar. A partir dessas relações e sociabilidades, foram construindo formas de existir e se inserir na vida comunitária.

Hoje a gente não produz de um tudo. Agora se você produz uma cana você tem como produzi um melado, uma rapadura, um doce, uma forma de tratá os bichos. Se o vizinho tem uma roça de mandioca, ele pode produzi uma farinha, um polvilho e, num aperto, um pode desaperta o outro. Então como fica se aqui o povo for saindo,

³⁸ Fonte: Pesquisa de campo realizada em março de 2010. Município de Iturama.

*arrendando pra usina? Como ficá se o povo planta só cana?*³⁹

A preocupação não é apenas com o individual, mas com o futuro de um modo de vida em um espaço em rápida transformação. Na relação com o lugar, o diferencial entre as pessoas cercadas pela cana-de-açúcar decorre dos vínculos territoriais que conseguem nutrir com os vizinhos, com as instituições. Neste espaço, a vida passa cada vez mais por um conjunto de práticas e ações sociais que se efetivam no lugar como sendo,

[...] um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (GEERTZ, 1989, p. 103).

Na relação com o lugar, o que especifica a condição dos camponeses é o seu próprio modo de vida. Desse modo, tudo o que concerne ao modo de vida, incluindo a sua ligação com a terra, perpassa por uma probabilidade indispensável de manter a terra sob o domínio da família. Na discussão do que são e para onde vão os membros da sua comunidade, sempre fica a dúvida sobre o quanto as relações com a terra podem sofrer redefinições inclusive com riscos de dissoluções dos vínculos territoriais em um espaço onde, aparentemente, se tem a opção do arrendamento.

³⁹ Fonte: Pesquisa de campo realizada em setembro de 2010. Município de Delta.

*Então essa história de vivê sem trabalhá é uma história que é boa pra quem tem muita terra e nada boa pra quem tem pouca terra. A gente sabe que ninguém se acostuma com dificuldade. Quando a gente tem uma vida mais fácil a gente vai querer ficar com elas. Então esse povo que arrendá vive melhor ele não volta...*⁴⁰

A representação da condição dos camponeses envolvendo o arrendamento promove diversos sentidos num mesmo lugar. Os que saem dificilmente voltam, pois vão viver das facilidades que o dinheiro oferece. Os que ficam permanecem, continuam camponeses e, na relação com a propriedade e vizinhanças, tendem a reforçar os seus vínculos territoriais.

*A gente sempre trabalhou, mais a gente também faz a nossa festa, não fica só trabalhado, tem a nossa capela, a nossa religião. Então é assim, se o povo sai isso pode diminuir... mais assim... de um tanto que não acaba.*⁴¹

Transformando o espaço, a religião, muitas vezes, torna-se uma possibilidade de a comunidade continuar reunido as pessoas e, a partir dos vínculos territoriais entre os moradores, podem propiciar, em novas bases, a reintegração dos camponeses. Pelas questões anteriormente mencionadas e analisadas, é possível identificar a magnitude do religioso nas comunidades rurais do

⁴⁰ Fonte: Pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2011. Município de Itapagipe.

⁴¹ Fonte: Pesquisa de campo realizada em maio de 2010. Município de Tupaciguara.

Cerrado mineiro. Para a grande maioria dos camponeses que permanecem com a propriedade, sem cedê-las ao arrendamento, as capelas tornam-se pontos de referência, constituindo-se como um espaço de representação territorial dos seus modos de vida.

No contexto da cultura, encontra-se a festa, sendo as doações e os rituais elementos das práticas culturais que, no seu desenrolar, vão envolvendo a comunidade e revelando formas de fortalecimento dos vínculos territoriais, identidade e pertencimento. Essa manifestação do religioso assume no território especificidades de um modo de ser que, apesar de estar vinculado ao catolicismo, propícia apreender as diferentes visões dos camponeses sobre o lugar que se vive.

As representações do lugar que se vive

As representações socioculturais de um lugar ou conjunto de lugares se manifestam também nas casas dos camponeses por diversos meios, inclusive imaginários, que derivam de práticas sociais estritamente relacionadas aos hábitos e costumes de produtores rurais que, historicamente, agiram demarcando o seu território. A presença do setor sucroenergético e o cultivo de grandes extensões de terras com a cana-de-açúcar na região do Triângulo Mineiro, a partir do século XXI, é um acontecimento importante, pois ampliaram-se as tensões e as pressões sobre a terra. Contudo a presença de usinas sucroenergéticas revela uma paisagem repleta de significados e representações sociais que aparecem nos falares das pessoas, como um senso de consciência daquilo que a terra representa para a sua existência.

A gente sempre mexeu com a terra. Nossa família mais pró arrendamento de lavoura e do gado... Nesse sistema, você deixa a pessoa produzir e quando você precisa da terra você vai lá e pede ela de volta.

- Tinha contrato? Muito difícil fazê essas coisa... Agora com a cana a usina faz o contrato todinho registrado no cartório...

- Por quê? – porque eles exige tudo no papel.

- Compensa? - Sim e não.

- Por quê? Eles passa o dinheiro, mas a terra fica presa na mão deles (usineiro).⁴²

O antes e o depois da cana, assim considerado pelos sujeitos sociais envolvidos com esse cultivo, denota que o arrendamento não está relacionado apenas ao corte temporal em que se analisa o aluguel de terras como práticas sociais recentes. No Triângulo Mineiro, a exploração do camponês pelos fazendeiros é histórica e envolve diversas estratégias de subordinar os resultados do seu trabalho. Quando o fazendeiro permitia que a família do camponês trabalhasse na terra, destinando parte da sua produção ou tempo de trabalho ao fazendeiro, compreende-se como sendo tipos de relações sociais que ajudam a revelar um modo de vida organizado, com a finalidade de os donos de terra obterem renda

⁴² Fonte: Pesquisa de campo realizada em junho de 2009. Município de Santa Juliana.

mediante enlaces sociais de produção entre sujeitos sociais desiguais. Nesse sentido, quando esse homem se depara com a mudança das relações sociais envolvidas no arrendamento, estabelece comparações importantes e nela se revelam conteúdos de estratégias e arranjos produtivos, cujo significado indica uma determinada forma de produção e apropriação da riqueza estabelecida no lugar vivido, antes e durante as grandes lavouras do agronegócio. Desse modo, a fala das pessoas parece revelar informações que descrevem e explicam não apenas as relações sociais de produção, mas as relações sociais entre pessoas e a propriedade da terra.

Aqui a terra sempre foi uma coisa necessária pra gente viver. O fazendeiro, sempre teve mais terra e dava permissão para as famílias ficar na terra. Quando a seca apertava, ele também deixava os pequeno colocar o gado nas terras de cerrado.

- Como é hoje?

- Não tem mais parceiro e tudo é no contrato.⁴³

A memória cultural dos camponeses, certamente, tanto quanto as suas práticas sociais no espaço atual indicam uma estrutura socioprodutiva que foi capaz de criar contornos de procedimentos para dilatar as experiências produzidas no processo de ganhar a vida, de estabelecer conhecimentos do próprio Cerrado, da pecuária e das estações do ano.

⁴³ Fonte: Pesquisa de campo realizada em setembro de 2009. Município de Iturama.

Como a gente sempre foi pequeno precisava arrendá chão quando a seca é braba, mais a gente foi vendo que isso era uma coisa fácil de se arranjar, mais agora, com a usina pagando adiantado, foi ficando muito do difícil consegui uma terrinha pro arrendo.

- Por quê? - Porque é grande contra pequeno. Daí a gente na seca vai reduzindo o gado e fica só com as vaquinha boa de leite.

- E agora? – Você tem que trabalhar dentro da técnica.⁴⁴

Nas palavras desse produtor rural, a relação com o Cerrado envolve vários saberes e fazeres que se tornam relativos e relacionais à própria cultura e às suas formas de interpretação daquilo que vem ocorrendo. Nesta parte do Cerrado, até a década de 1980, as pessoas viviam uma relação com o mercado de trocas simples, quase autosuficientes. Porém, mesmo nessa relação, havia um fenômeno de produção criadora e criativa dos meios de vida material e imaterial, que se realizava em certos momentos da vida cotidiana, o qual, embora não tenha se perpetuado, se revela na fala das pessoas de modo espontâneo.

A gente guardava recurso pra enfrentá as dificuldade. Assim as falta das coisas tinha um jeito da gente resolver. Tinha época que não tinha jeito e

⁴⁴ Fonte: Pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2009. Município de Capinópolis.

o jeito era procurá um socorro com o fazendeiro, com o vizinho. Então quem tinha alguma coisa pra te socorrê era o fazendeiro e às vezes um vizinho com melhor recurso.

*O quê? Desde um litro de manteiga até uma permissão pra você colocá o gado.*⁴⁵

Tratava-se de um modo de vida em que as pessoas desenvolviam as suas práticas sociais, produzindo e fazendo circular na comunidade inúmeros valores humanos; baseados em uma ética e uma moral, estruturadas a partir de uma visão de mundo. Os camponeses contribuíram para que a região do Triângulo mineiro se tornasse uma das maiores bacias leiteiras do país. Seguramente, essas pessoas dominavam os processos de produção da pecuária leiteira e agiam por meio das técnicas e informações relativas ao conhecimento adquirido na lida com os elementos constituintes do seu modo de vida. Trata-se de produtores rurais que estabeleceram relações com o Cerrado há mais de um século e que, entre si, de alguma maneira negociaram o acesso aos recursos naturais.

A gente também foi dando jeito pra uma quantidade de coisa... Na seca a gente dava cana pro gado, depois fazia a pinga, o melado e as festa... Nas água (quando chove no cerrado) a gente trabalhava

⁴⁵ Fonte: Pesquisa de campo realizada em março de 2010. Município de Conceição das Alagoas.

*menos e daí tirava tempo pra arrumá uma cerca, o curral a casa...*⁴⁶

Com essas práticas, oriundas da capacidade de agir, característica dos produtores rurais, é que os camponeses foram interferindo no Cerrado, mais especificamente, a partir da pecuária extensiva. Antes das lavouras de cana-de-açúcar servirem como matéria prima ao setor sucroenergético, foi, nas comunidades locais, que elas serviram como formas de manter estoques de alimentos para enfrentar o período seco e de legar aos seus sistemas produtivos formas de pensamento e de uso dos recursos naturais, de conhecimento que são a base da cultura desses homens que continuam vivendo nessa parte do Cerrado e que, de certa forma, nos ajudam a compreender os atuais arranjos produtivos dos camponeses.

*Então você tem o leite... O leite sempre foi uma renda que vem todo o mês. Então se você tem leite você tem dinheiro pra cobrir as despesas. – Quais? As despesa fixa (energia elétrica, combustível, remédio, dentre outros). Daí pro leite sobra livre, você tem que ter uma galinha, um porco uma horta um pomar. Isso tudo ajuda.*⁴⁷

No contexto das comunidades locais, os canaviais justificam e explicam as estratégias dos produtores de leite, do conhecimento da natureza, dos vizinhos e dos padrões culturais, mediante a

⁴⁶ Fonte: Pesquisa de campo realizada em setembro de 2011. Município de Santa Juliana.

⁴⁷ Fonte: Pesquisa de campo realizada em março de 2009. Município de Uberaba

organização das propriedades. A propriedade camponesa existente nesta parte do Cerrado, como reunião de símbolos, informa sobre a capacidade e competência dos seus moradores. E as narrativas dos camponeses enfatizam os desafios vividos na produção e sustentação das famílias, ao mesmo tempo em que indicam uma organização da propriedade direcionada à pecuária leiteira, enfrentando inclusive a migração dos filhos para a cidade.

*Como era a nossa propriedade? O que mudou?. A gente tem mais preocupação com os filhos, eles tão estudando na cidade. A casa é a mesma, no curral tem ordenha e perto dele o tanquinho de leite. Isso que a gente diz resfriador de leite... Fora daqui desse cercado a gente tem outras coisas, tem a roça de cana, a silagem e os piquete... Depois vem a cana da usina... Lá é uma coisa só...*⁴⁸

Analisando a organização da propriedade camponesa e as representações simbólicas inventadas e que se opõem aos grandes canaviais, permite-nos detectar as tensões geradas pelo domínio e controle do espaço que agora passa a ser ameaçado pelas usinas. As representações sociais contidas nos modos de vida dizem muito a respeito daquilo que não dominam. No lugar, os camponeses vivem tensões decorrentes da apropriação do espaço e também expressam as dificuldades de se manterem no lugar.

⁴⁸ Fonte: Pesquisa de campo realizada em junho de 2010. Município de Ituiutaba.

*Eu não gosto da cana... Não gosto mesmo... Quando eles começam a plantar, não fica nada... Quase não encontra árvore em pé, não tem vizinho, não tem pasto, não tem gado. - O que tem? Cana, nuvem de poeira, veneno e tremião... Mas a gente continua.*⁴⁹

A observação da paisagem aponta a comparação daquilo que se produzia antes da cana e com a cana. Enfatizado esses dois momentos, a produção representa antagonismos e, como instrumento de legitimação da manutenção da propriedade, expressa os confrontos pela concepção de um território autônomo aos interesses das usinas e cheio de possibilidades de continuar existindo no lugar. Desse modo, a condição social e tecnológica do camponês evidencia que a sua relação e manipulação da terra não segue os mesmos ritmos e lógicas sociais das usinas. Com máquinas e equipamentos modernos, o setor sucroenergético muda as paisagens do Cerrado e constitui-se em forças políticas e econômicas importantes para o camponês se posicionar em relação ao arrendamento.

Como as intervenções das usinas são protagonizadas com o uso de várias tecnologias, elas também revelam elementos simbólicos, constituindo um espaço de representação daquilo que se pode fazer com o Cerrado.

A gente tem ordenhadeira tanquinho resfriador de leite, o trator, arado e é só. A usina tem muita máquina pensada e tudo muito forte. Lá eles entram

⁴⁹ Fonte: Pesquisa de campo realizada em Agosto de 2010. Município de Planura.

*numa terra de pasto e no prazo de um dia tá tudo tombado, assim demudado. Não fica quase nada... Logo depois, fica só cana.*⁵⁰

O emprego de alta tecnologia teve um valor vultoso na construção de uma representação do setor sucroenergético, que justifica, até certo ponto, o discurso desenvolvimentista do usineiro e do Estado. Para o camponês, ainda que a presença do usineiro seja econômica e que as suas ações façam surgir novas paisagens, essa nova presença do grande capital no Cerrado mineiro cria também interpretações a respeito dos modos de ser desse sujeito social.

*Com eles não tem conversa, eles mete o trator e fica tudo limpo... Lá não tem essa que a terra não é boa, pra eles não tem terra ruim... Eles mete o trator, o adubo o calcário e fica tudo preparado. Daí eles tem as turma que trabalha no braçal e a coisa vai... É tudo muito forte, assim acelerado...*⁵¹

Na fala a respeito do uso de tecnologia e de trabalhadores, as mudanças na paisagem seguem ritmos modernos, sendo que, na formação das lavouras de cana pelas usinas, tudo é “acelerado”. Basta um dia para que a paisagem anterior seja totalmente alterada. Na interpretação do camponês, essa condição exerceu uma função importante na mutação do espaço, fomentando, nos donos de terra, especialmente nos fazendeiros, expectativas de

⁵⁰ Fonte: Pesquisa de campo realizada em novembro de 2009. Município de Delta.

⁵¹ Fonte: Pesquisa de campo realizada em abril de 2009. Município de Limeira do Oeste.

alugar suas terras para as usinas e projetarem-se para o futuro como proprietários de terras recuperadas pela própria usina.

Pequeno que nem a gente, eles lá da usina nem procura ,só se você tive no caminho. Agora os grande eles vão encima e facilita tudo... Como eles pagam no combinado, o povo fica querendo alugá... Tinha uma época que todo mundo queria alugá pra usina... O fazendeiro pensava que ele ia recebê a terra renovada... O povo queria vivê sem trabalha...⁵²

Arrendar para o usineiro que vai plantar cana é uma forma de manter a terra como patrimônio da família, de manter a fazenda nas mãos dos seus antigos donos, efetivando as aspirações, anseios, costumes, hábitos de esse grupo social viver da terra sem ter que nela trabalhar. Contudo, apesar da fala indicar entusiasmo em relação ao arrendamento, é importante registrar, mediante os comportamentos e as atitudes do fazendeiro, certa cautela na relação com o usineiro.

A gente queria recuperar a nossa terra, com a usina a gente tá vendo essa oportunidade. Não dá pra entregá tudo pra usina... A gente ficou com uma área noutro lugar e alugou o resto pra usina. O negócio é diversificar e por enquanto tô achando que alugá pra usina foi um bom negócio, você

⁵² Fonte: Pesquisa de campo realizada em maio de 2009. Município de Carneirinho.

*entrega prá eles e fica tudo por conta deles. Daí você vai recebendo de acordo com o contrato.*⁵³

A cultura social e a memória do dono de terra foram um expediente aproveitado na dissipação da ideia de que era possível melhorar a qualidade produtiva dos seus solos e, de certo modo, viver diminuindo a intensidade do trabalho. A usina, interessada no arrendamento, contrata pessoas do lugar para serem seus agentes mobiliários, para, no contato com o dono de terra, apresentar propostas elevando as vantagens.

*O negócio parece ser bom... – Por quê? Porque se você para pra pensá você não precisa ficá sofrendo pra produzi. Quando a gente mexia com soja, você ficava naquela coisa da safra corre tudo bem pra podê sobrá. Você tinha que ficá de olho no tempo. – Por quê? Porque, se chovesse na colheita, você tinha prejuízo, se não chovesse na planta também, então era aquele sofrimento.*⁵⁴

A ideia de viver sem ter que trabalhar na terra nutriu e continua nutrindo diversas expectativas, inclusive de se livrar das incertezas da natureza e do mercado. Entretanto, viver de arrendamento da terra muda radicalmente a relação do dono de terra com o lugar e logo se apresentam novas possibilidades de existência social. Com rendimentos garantidos por contratos, o dono de terra vai viver uma nova delimitação e demarcação do

⁵³ Fonte: Pesquisa de campo realizada em setembro de 2010. Município de Santa Vitória.

⁵⁴ Fonte: Pesquisa de campo realizada em abril de 2010. Município de Araporã.

seu tempo e do seu espaço. No contexto específico do grande proprietário, ele tende a alienar parte do seu patrimônio terra ao usineiro, e nessa condição poderá migrar para a cidade, ficando livre da produção e das imposições de ordem bruta da natureza e do trabalho.

Quando eu aluguei pensei em ficar por aqui, mas fazendo o quê? Isso eu descobri depois que eles chegaram e foram derrubando tudo. Quando você aluga você não manda mais no que é seu. Daí você tem que sair.⁵⁵

Na expressividade dessa diferença, foi tomada, na construção do discurso, a importância de não se precisar trabalhar, de não se submeter às imposições, por exemplo, do mercado. Com o arrendamento, os donos de terra foram se alienando à condição de rentistas. Porém, a autonomia, a partir do arrendamento, passa a não existir, revelando peculiaridades que identificariam, diferentemente, o produtor rural daquele que é apenas rentista.

Quando eu trabalhava tinha muito sofrimento... A gente pegava os recurso e aplicava na terra pra produzi mais e ficava naquela situação de ter que pagar as divida. Você tinha que pagá o banco, o funcionário e tudo que você precisava para produzir. Com a terra alugada tudo isso ficou lá pra traz... A gente fica naquela espera do dinheiro cair

⁵⁵ Fonte: Pesquisa de campo realizada em setembro de 2011. Município de Tupaciguara.

*na conta... Você passa gastando o dinheiro que você recebe sem trabalhar...*⁵⁶

Dessa forma, observa-se que, entre a condição de produtor rural e de rentistas, cada representação social revela a condição social que vai se caracterizado por diversos argumentos. Na condição de produtor rural, a vida é marcada pelo sofrimento. Enquanto, na pessoa do rentista, suas argumentações revelam a preocupação com a oscilação dos preços do álcool e do açúcar no mercado internacional, mas numa condição de ociosidade.

*Como você não mexe mais com gado e lavoura você fica sem fazê quase nada. Fica mais por casa e vai prestando atenção no preço do álcool e do açúcar. Quando o preço lá no estrangeiro vai bem você fica animado, mas quando vai mal você fica preocupado e com vontade de pedir a terra de volta.*⁵⁷

O estudo das condições e situações vividas pelos produtores rurais e proprietários de terras, nos lugares alcançados pelo setor sucroenergético, revela que cada sujeito social age ou reage elaborando, a partir da instituição da propriedade da terra e dos direitos que ela proporciona aos seus proprietários, situações muito específicas. No entanto, os contratos de arrendamento, geralmente vinculados ao mercado e às representações inventadas, nesse caso, geram para eles várias possibilidades de existência, inclusive fora do lugar.

⁵⁶ Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro de 2009. Município de Uberaba.

⁵⁷ Fonte: Pesquisa de campo realizada em maio de 2009. Município de União de Minas.

*A gente já tá ficando cansado dessa vida. Quando você arrenda, você fica quase parado. Com esse dinheiro do arrendamento, a gente pode iniciar uma coisa nova na cidade. Com dinheiro, a gente pode inventar um comércinho, um aluguel de uma casinha. Você começa pensando e vai prestando atenção na cidade.*⁵⁸

Quando esse produtor não permanece no lugar, as usinas de álcool e açúcar, pelo arrendamento, sequestram o poder que eles tinham sobre a terra e, a partir do arrendamento, vão usando os recursos da propriedade. No processo de instalação das lavouras de cana-de-açúcar, cria-se a expectativa de que o desenvolvimento econômico será bom para todos e, neste mesmo processo, vão rapidamente construindo suas estratégias de arrendar terras. Seus representantes, invariavelmente, são pessoas do lugar, são figuras que incorporam os atributos de que a empresa necessita para ampliar os contratos de arrendamento. Desse modo, seriedade, confiança e amizade são predicados indispensáveis. Seus argumentos ainda contemplam as dificuldades de produzir na terra.

Nos lugares de referência comunitários, tais como as capelas, escolas e sedes sociais, observamos que os produtores rurais locais percebem, nas ações da usina, várias contradições. Assim, o arrendamento suscita e promove uma fala cheia de seriedade e também de preocupações, principalmente com relação à preservação dos solos.

⁵⁸ Fonte: Pesquisa de campo realizada em março de 2011. Município de Frutal.

Hoje é o seguinte: O produtor tá bastante descapitalizado, não consegue recuperar a pastagem e nem melhorar o rebanho. Ele tá sem saída. Daí você tem o arrendamento para a usina essa oportunidade prá ele melhorar a terra...⁵⁹

A sedução do arrendamento também gera expectativas em relação ao patrimônio dos fazendeiros, ao mesmo tempo em que estabelece novas vontades e desejos dos produtores rurais por consumir determinados produtos de “luxo”. Com os recursos derivados do adiantamento do arrendamento de suas parcelas, geralmente de um ano, alguns produtores os convertem na realização de seus sonhos de consumo.

Eu mesmo aluguei. No começo, pareceu um bom negócio. - Por quê? Porque a terra tava parada, assim tinha largado umas cabeça e lá tava dando uma rendinha. Então venho a proposta da usina. Eles me deram adiantado um ano. Daí fique entusiasmado e comprei essa camioneta.⁶⁰

Na estratégia de antecipar renda da terra, também se estabelece um processo de invenção de que o arrendamento gera oportunidades de consumo, de se realizar sonhos de consumo, talvez felicidades. Nisso, a usina legitima as suas ações e cria, nos lugares, novos interessados em direcionar o sentido da propriedade e do seu uso, apresentando vantagens econômicas.

⁵⁹ Entrevista junto a uma pessoa da comunidade de União de Minas que atua no arrendamento de terras. 2010.

⁶⁰ Fonte: Pesquisa de campo realizada em setembro de 2009. Município de Ituiutaba.

Trata-se de diferenciações entre aquilo que se tinha antes do arrendamento com aquilo se tem depois do arrendamento. Isso gera várias expectativas, pois o respeito aos contratos funciona com o propósito de suscitar uma legitimidade por oposição às formas de produzir na terra.

Esses dias eu dei umas indiretas para o povo que tava procurando terra prá alugá. Agora é só esperá... Se a área interessa, a usina procura a gente. A gente fica interessado no arrendamento porque a gente vê que é uma coisa séria, tem contrato no cartório. Isso então deve ser melhor que ficá lidando com peão, com banco, com vendedor de semente...⁶¹

Assim, no arrendamento, não acontece apenas um contrato comercial estabelecido em cartório, elaboram-se também diferentes representações sociais a respeito das relações com a usina.

Hoje em dia, a gente sabe que palavra quase ninguém cumpre. O povo diz uma coisa aqui e faz outra bem diferente. Daí essa coisa de fazê contrato é importante. Com o contrato, você pode cobrá aquilo que tá no papel.⁶²

⁶¹ Fonte: Pesquisa de campo realizada em setembro de 2011. Município de Canapólis.

⁶² Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto de 2011. Município de Uberaba.

Em alguns municípios, o cartório passou a ser um lugar bastante frequentado. Nestes lugares, as manifestações dos produtores rurais indicam várias situações que vão desde a divisão da propriedade até o fim de uma existência sócioprodutiva baseada na produção de gado leiteiro. Além disso, evidencia-se, nas falas dos proprietários, um modo de caracterização imaginada e estruturada para comprovar o quanto melhorou a sua vida econômica.

*A gente agora tem uma renda que é mais garantida. Então é assim pode tá chovendo, pode tá seco que aquele tanto é garantido. Você pode ficar mais livre prá fazê as coisa. Então isso te dá confiança segurança pra fazer compromisso com uma loja de ração de ferramenta. Então você compra as coisa que você precisa... Então eu acho que a nossa vida melhorou.*⁶³

Para esses produtores rurais, o arrendamento melhorou, sobretudo, na criação do tempo livre e na conquista de uma condição de consumidores que não tinham antes da presença das usinas de álcool e açúcar. As diferenças de rendimentos obtidas com a produção de leite e no arrendamento podem criar um sujeito que se entope de mercadorias, ao mesmo tempo em que também reconhece, nos valores monetários vindo do arrendamento, uma possibilidade de melhoria na produção.

A gente não tem apenas uma propriedade. Tem uma outra que fica mais longe da cidade. Como tava

⁶³ Fonte: Pesquisa de campo realizada em Maio de 2009. Município de Delta.

*ficando difícil trabalhá lá e cá a gente resolveu deixá eles plantá cana. Daí essa renda que vem da cana a gente tá usando pra casa e também pra melhorar a nossa produção.*⁶⁴

Mencionar o consumo e relacioná-lo à melhoria na produção e, em certos casos, na qualidade de vida mostra que, por trás dessas situações, também existe uma forte conotação de conquistas que evidenciam o desejo de se tornarem consumidores de bens duráveis. As satisfações desses desejos sugerem que há algumas insatisfações, embora revelem projetos que envolvem investimentos produtivos.

*A gente tá comprando mais coisa, não tem só uma necessidade. Como a gente tem outra renda a gente procura atende a família quando vai na cidade, mais a gente também procura não se descuidar da produção. Então uma coisa vai produzindo a outra.*⁶⁵

Nesse caso, na condição de recebedores de renda, não se desfazem da terra e nem da produção, mas garantem aos usineiros a possibilidade de reproduzirem seus capitais sem terem que os imobilizar na compra de terras. Assim, além de interessar aos produtores rurais, o arrendamento torna-se um negócio que revela parte das relações sociais e os meios pelos quais ocorre a expansão do setor sucroalcooleiro.

⁶⁴ Fonte: Pesquisa de campo realizada em junho de 2011. Município de Conquista.

⁶⁵ Fonte: Pesquisa de campo realizada em abril de 2009. Município de Frutal.

Essa estratégia faz parte do agronegócio e cria uma representação do arrendamento na figura do produtor rural bem sucedido. O simbólico das conquistas não gera apenas manifestações de consumo como forma de legitimar a própria condição socioeconômica de quem arrenda terra, mas, sobretudo entre os vizinhos das grandes lavouras de cana, os próprios limites territoriais decorrentes da operação das usinas do setor sucroenergético.

*O povo fica meio iludido com o dinheiro, tem gente que adquiriu muita coisa, coisa de luxo... Então, por aqui mudou muito. Você já não consegue explicá pra uma pessoa como ela pode chegá naquele vizinho do outro lado do córrego, as vez EIS nem tem mais o “corquinho”.*⁶⁶

Esse status simbólico vem clivado de legitimações e destaca-se todo um desenvolvimento regional que institui formas de progressos em um movimento, que inclui e atribui significados a uma presença que não respeita a natureza e nem a própria história desses produtores. Por intermédio de contratos, tensão, inclusive, uma identidade territorial e comunitária. Assim,

Antes da cana parece que tinha mais vizinho, tinha mais companheiro pra você se encontrá na igreja, na festa... Você topava toda hora com gente conhecida. .. O vizinho fez arrendamento e tem mais

⁶⁶ Fonte: Pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2009. Município de Conceição das Alagoas..

*uns que já tão pensando em fazê... Daí eu não sei como vai ficá... Se o povo vai minguando fica difícil fazê até a nossa festa.*⁶⁷

Desse modo, verifica-se que a instalação de usinas sucroenergética no Cerrado mineiro mexe com a representação cultural das pessoas. Criada histórica e culturalmente por sujeitos sociais que agiam em função de seus modos de vida e agiam sob o ciclo da natureza, estabelecendo uma forma de viver no cerrado, as mudanças no uso do espaço, indicam situações de tensões que vão metamorfoseando a sua condição de vida.

As tensões que geram reações ao arrendamento

A busca por terras vai propiciando a constituição de formas representativas do arrendamento, bem como de oposições ao próprio arrendamento. Elas vão sendo forjadas por um grupo social que não se interessa pelas propostas das usinas e seus representantes. Trata-se de um grupo que se apresenta como detentor de uma consciência do lugar em que se vive e onde os sentidos de vínculos territoriais se estruturaram a partir de uma consciência possível do lugar, tendo, nas suas condições e práticas sociais, as suas principais referências.

⁶⁷ Fonte: Pesquisa de campo realizada em novembro de 2011. Município de Campo florido.

*Aqui já venho o povo perguntando se alguém queria arrendá terra prá usina. O povo ficô assim meio pensativo... Aqui na nossa família e na comunidade a gente sempre não quis sabê disso. A gente que é meio pequeno vai continuá com a nossa lida...*⁶⁸

Do ponto de vista cultural e produtivo, o produtor rural do Cerrado mineiro teve seus vínculos territoriais estabelecidos nas suas diversas relações sociais com o lugar. Já consideramos que as tensões sociais foram propiciando reações particulares que, se, em alguns casos, legitimaram o arrendamento, em outros, se tornaram reações que contestaram o arrendamento.

Na permanência, especialmente dos camponeses, argumenta-se que os saberes e fazeres somente têm sentido no lugar vivido. Para serem removidos da terra pelo arrendamento, os camponeses indicam enormes dificuldades, as quais se erguem como justificativa em não considerarem as possibilidades de viverem do não trabalho. São argumentos que pesaram nas suas decisões.

A gente já conversou em casa a respeito da usina e até da gente arrendá um pedaço de chão. Daí a gente foi vendo que podia recebê um dinheirinho, mais também ia ficá sem ela. Fica sem a terra ia

⁶⁸ Fonte: Pesquisa de campo realizada em outubro de 2010. Município de Veríssimo.

*deixa a gente sem os bicho, sem as planta, assim quase sem nada...*⁶⁹

Certamente, a mesma avaliação e ponderação não ocorreram com os outros produtores rurais que arrendaram suas parcelas e nem com as suas territorialidades socioculturais.

Entre esses produtores rurais que não se curvaram ao arrendamento, há um modo de existir que está relacionado às suas práticas sociais e culturais, talvez uma consciência do lugar lastreada em saberes e fazeres que aparecem como possibilidade de reconstruir a vida em suas propriedades cercadas pela cana. Nos anos de 2004, 2005 e 2006, houve períodos de grande oscilação, por exemplo, da soja e do milho no mercado internacional, criando-se incertezas que demandaram interpretações, possibilitando tomadas de decisões e defesas de posições. Recentemente, esse mesmo mercado registrou oscilações no preço do álcool e açúcar, o que proporcionou um olhar mais atento de quem pesquisa, no sentido de identificar, na região, as formas, os sentidos e os conteúdos das recusas ao arrendamento.

*Claro que a gente fica sentido... Acho que bastante mexido com essa coisa do arrendamento, mais quando a gente pensa naquilo que pode perdê a gente também sabe que isso não é pra gente.*⁷⁰

⁶⁹ Fonte: Pesquisa de campo realizada em março de 2010. Município de Conquista.

⁷⁰ Fonte: Pesquisa de campo realizada em maio de 2010. Município de Frutal.

Essa avaliação expõe que, na família camponesa, existem interpretações a respeito do mercado, principalmente naquilo que se refere a sua produção. Explicações sobre a sua condição são partes importantes dos nossos diálogos de campo. Neles, percebemos reações às grandes lavouras de cana-de-açúcar, que aparecem na maioria dos camponeses dos vários municípios que compõem a região do Triângulo Mineiro. Trata-se de um espaço onde se praticava uma pecuária extensiva, especialmente leiteira, e um agronegócio baseado na produção de grãos. Tomando como exemplo o município de Araguari, além desse quadro, também existe o produtor de café, o qual se redefiniu no processo de expansão do agronegócio a partir da década de 1970, e que tem o seu cultivo baseado no uso de alta tecnologia em uma cultura permanente e que se organiza politicamente para permanecer na terra.

Os produtores desse município, por intermédio da rede social tecida no processo de produção do café, tornam-se, no lugar, uma força política e econômica que se opõe ao avanço do setor sucroenergético. Em Araguari, testemunha-se, além de uma forma de organização política e econômica, um jeito de rejeitar a instalação de usina de álcool e açúcar, mesmo não impedindo o cultivo da cana-de-açúcar.

A gente aqui produz um café de qualidade, do tipo exportação então aquilo que rendê é o café. Daí, se tira o café não é negócio. A gente desde criança

*apreendeu trabalhá com o café... Então, a gente não sabe fazê outra coisa.*⁷¹

No vivido das pessoas do lugar, existe uma atividade que reúne memória, práticas sociais antigas que, fixadas na paisagem rural, revelam conteúdos humanos criados na migração de italianos para o município, no início do século XX, e redefinidos com o cultivo do café.

*A gente tá aqui porque os nossos tronco foram chegando da Itália, eles entraram no navio até o porto de Santos em São Paulo e depois chegaram aqui de trem. Então a gente é de dissidência de italiano... O povo trabalho muito em fazenda, junto dinheiro e foi comprando chão até formá uma roça de café.*⁷²

Essa situação possibilita compreender como os cafeicultores foram consolidando um modo de vida, fazendo surgir, a partir das lavouras de café, um espaço simbólico que proporciona aos seus sujeitos sociais defenderem posições sobre o avanço da cana-de-açúcar, inclusive reorganizando, a cada momento, os sentidos do café, dos lugares e das pessoas.

O café tá na gente, a gente fez tudo com o café... Os companheiro de igreja, da festa da capela quase tudo mexe com café... Uma roça de café leva tempo,

⁷¹ Fonte: Pesquisa de campo realizada em maio de 2010. Município de Araguari.

⁷² Fonte: Pesquisa de campo realizada em setembro de 2011. Município de Araguari.

*é muita dedicação... Então você não pode ficar se aventurando por aí...*⁷³

Nesse município, tanto os cafeicultores quanto os sojicultores reforçam a diferenciação entre os produtores de cana-de-açúcar, criam um discurso que se ergue na defesa do ambiente, criando novos significados para explicar a importância do café.

*No café, você não vê o povo queimando os trem... Quando é a época da florada você vai vê muita abelha no cafezal... Você vai vê o povo capinando, limpando as rua com enxada... Depois vem o povo da panha do café e também da colheita mecanizada.*⁷⁴

Nesse exemplo, quando o produtor afirma que o café gera emprego sem prejudicar o meio ambiente, ele defende que, no desbravamento e povoamento desta parte do Cerrado, sempre existiram vínculos com o lugar, onde a chegada do migrante italiano propiciou o surgimento das lavouras de café e diversificação da produção.

Não! A gente não tem só o café. Agora tem gente que tem só o café. Nós temos o café, umas vaquinha

⁷³ Fonte: Pesquisa de campo realizada em junho de 2010. Município de Araguari.

⁷⁴ Fonte: Pesquisa de campo realizada em maio de 2011. Município de Araguari.

*de leite, galinha, porco... Assim, perto da casa, a gente tem também uma hortinha e um pomar...*⁷⁵

O modo de vida do produtor de café que se torna dono de terra, vindo do exterior, enfatiza quem foram os donadores dessa terra, dando início a outra atividade que trouxe desenvolvimento ao município. Desse modo, o movimento de reocupação dessa parte do Cerrado sugere que a presença de sujeitos sociais, desenvolvendo uma economia de mercado, buscou elementos legitimadores dessa presença nas práticas sociais.

O discurso de diferenciação de identidades no processo de reocupação do Cerrado, no início do século XXI, combate a presença da cana e, ao mesmo tempo, reforça a ideia de quem tem “domínio” do Cerrado são aqueles que vivem no lugar há mais tempo. Tempo de enraizamento, de conteúdos identitários aparece nas falas dos produtores de café e reforça a representação de que o direito ao espaço é decorrente dos conteúdos culturais criados historicamente.

Não sei dizer quanto tempo a nossa família tá aqui, mais é garantido que faz muito tempo... Então a gente enfrentou seca, chuva, cupim, praga de todo o tipo e foi indo até forma tudo isso que você tá vendo. Agora a gente tem que lutá pra ficá melhor...

⁷⁵ Fonte: Pesquisa de campo realizada em outubro de 2010. Município de Araguari.

*Fica, assim, uma coisa mais organizada, garantida.*⁷⁶

Os lugares em que a cultura do café foi sendo cultivada pelos descendentes de italianos sofreram processos de reocupação que os diferenciaram ao longo do tempo. São territórios que, em suas articulações sociais, econômicas e culturais, apresentam sujeitos sociais que estão, em grande parte, fieis ao modo de vida que se estabeleceu na produção de café. Nas plantações de café, a ação dos migrantes italianos teve uma frente de ocupação originada de pessoas que perceberam neste cultivo uma forma de também obter a produção dos meios de vida. O Cerrado, reocupado por outras culturas, também foi incorporando novas lógicas sociais e formas de viver no espaço rural do município de Araguari.

*Se você é pequeno, você não pode deixá de produzi o de comê... Sim, isso mesmo comida. Se a gente sabe que tem comida, o café vira muita coisa. Então só café não vai virá nada... Imagina então se for só cana.*⁷⁷

Dessa forma, evidencia-se que o surgimento dos canaviais cercou-se da construção de representações do modo de vida local e que atuou no sentido de elaborar um imaginário social que tensiona a expansão das grandes lavouras de cana. Em Araguari, na área rural, os discursos enfatizam que, desde o

⁷⁶ Fonte: Pesquisa de campo realizada em junho de 2011. Município de Araguari.

⁷⁷ Fonte: Pesquisa de campo realizada em maio de 2010. Município de Araguari.

início do século XX, o município se caracterizou como sendo uma terra dos agentes exploradores vindos de vários lugares para produzir um produto, o café, que não resseca a terra e nem elimina dos lugares as suas paisagens históricas.

Usineiros e fazendeiros no processo de arrendamento

A figura do fazendeiro aparece como sendo aquele que não tem dinheiro para investir nos solos de Cerrado e obter renda na produção agropecuária. O usineiro é aquele que se apresenta em condições de investir nas terras ácidas e extrair dela uma produção que seja suficiente para remunerar o capital investido na cana, o seu negócio de produzir álcool e açúcar, e ainda pagar renda ao proprietário da terra.

*Aqui na região você tem o pequeno, o médio e o grande. Agora com a cana, você tem o usineiro que arrenda a terra do médio e do grande. Você tem o usineiro que tem recurso pra investir e aquele que só tem a terra pra alugar.*⁷⁸

Em verdade, o usineiro, com seu capital, em uma área de dimensões específicas, vai realizar a produção da cana-de-açúcar e pagará ao dono da terra uma soma em dinheiro, estabelecida em contrato, que será determinada pelo mercado. Assim, o usineiro não compra a totalidade das terras de que necessita para abastecer a sua indústria, mas usa parte dos

⁷⁸ Entrevista obtida junto ao técnico agrícola do município de Araporã em setembro de 2010.

recursos em dinheiro para poder investir em tecnologia e insumos agrícolas nas terras alugadas.

Para o dono de terra, geralmente médio e grande fazendeiro, essa possibilidade de receber renda pela sua terra sem ter que nela trabalhar se amplia, na medida em que as usinas de álcool e açúcar lhes oferecem remunerações que, aparentemente, representam vantagens sobre as outras culturas, sobretudo porque ela será paga mensalmente, no tempo do contrato.

*A gente optou pela cana porque a gente viu que é uma coisa séria. O povo da usina faz tudo na lei, eles não fazem nada sem contrato. Daí você sabe que é aquele tempo do contrato...*⁷⁹

O contrato que assegura o pagamento da renda da terra aos seus proprietários expõe que as usinas produzem sua matéria-prima em cima da terra alugada. Desse modo, a forma com que a cana-de-açúcar é produzida mostra também a forma como a renda fundiária se realiza no bolso e na mente do fazendeiro.

*A terra da gente tava com soja, tava produzindo, daí a usina me procurou, deixei o contrato terminá e diversifiquei. Agora eu tenho terra alugada também com a usina...*⁸⁰

Para o fazendeiro, alugar a terra para o usineiro é uma oportunidade de diversificar os tipos de arrendamentos e obter

⁷⁹ Fonte: Pesquisa de campo realizada em junho de 2011. Município de Tupaciguara.

⁸⁰ Fonte: Pesquisa de campo realizada em novembro de 2010. Município de Conceição das Alagoas.

renda sem ter que trabalhar na terra, sugerindo que a usina procura não imobilizar os seus capitais comprando terra. Assim, o que ocorre, quando o usineiro paga ao dono de terra, inclusive antecipadamente, por um determinado período, acordado em contrato, aliena o dono da terra de seus poderes de proprietário de terras.

*Com a cana, eu não tinha nenhuma experiência. Pelo que eu tô percebendo eles fazem um contrato muito bem feito e aquilo que tá escrito é o que tá valendo. Então eles descontam tudo. Eles não vão pagá pela área que eles não vão usar...*⁸¹

Pelo contrato estabelecido em cartório, aquele que não tem terra, mas tem capital para aplicar na terra, garante o uso deste bem, patrimônio do fazendeiro, por um determinado tempo, distinguindo, detalhadamente, a área que irá usar daquela que não poderá usar.

*O povo da usina não vai te pagá pela área de reserva e nem pela área que tive nascente. Eles no contrato também dizem que não vão pagá pelos carregadores. Então você perde muita área...*⁸²

O dono da terra, emprestando a terra, não recebe pela área total da sua propriedade, mas pela área onde será cultivada a cana. Além disso, perde, temporariamente, o poder de definir os

⁸¹ Fonte: Pesquisa de campo realizada em maio de 2009. Município de Conquista.

⁸² Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto de 2011. Município de Comendador Gomes.

processos produtivos que vão ocorrer na sua propriedade. No entanto projeta, nesse contrato, a possibilidade de também se apropriar daquilo que ficar na terra depois do contrato.

*A gente resolveu alugá pra cana porque eles vêm e fazem tudo. Eles corrigem a terra, eles fazem curva de nível, terraço, e isso vai ficá na terra quando vencê o contrato.*⁸³

O projeto de alguns fazendeiros se revela para além do arrendamento, pois vê, nos contratos, também a possibilidade de receber os solos da sua propriedade melhorados. Ser proprietário de terra, no arrendamento para a usina, é ainda vislumbrar a possibilidade de ficar com parte dos investimentos realizados pelo usineiro. No arrendamento, o fazendeiro se projeta como favorecido por parte dos investimentos que foram realizados para produzir cana-de-açúcar.

*Fazendeiro tá meio quebrado, ele não tem recurso prá deixá a terra em condição de produzir mais... Você anda por aí e vai se deparando com pastagem degradada e terra cheia de erosão.*⁸⁴

No entanto aquilo que se realiza ou é realizado na propriedade arrendada se direciona à produção de matéria-prima na perspectiva de se obter lucratividade. Dessa maneira, o uso de alta tecnologia torna a propriedade uma lavoura de cana. Em

⁸³ Fonte: Pesquisa de campo realizada em maio de 2009. Município de Campo Florido.

⁸⁴ Entrevista obtida junto ao técnico agrícola do município de Araporã em setembro de 2010.

geral, o usineiro retira todas as benfeitorias que davam suporte aos processos produtivos anteriores. Desse modo, o dono da terra, ao arrendar sua propriedade, dependendo do contrato, também abre mão de um espaço organizado para produzir, por exemplo, leite.

*Alguns fazendeiros pensam em fazê o arrendamento esperando receber a terra melhorada... Tem contrato que a usina exige que se tire a cerca, o curral... Daí como fica a propriedade... Será que vai dá pra começá de novo?*⁸⁵

O arrendamento pode implicar a perda de território, pois, além do que foi estabelecido em contrato, em termos de remuneração da terra, ela poderá ser devolvida sem a infraestrutura que possibilitava ao dono produzir a sua pecuária leiteira. A renda recebida com o arrendamento da propriedade, ao final do contrato, pode tornar o fazendeiro apenas um rentista, pois dependendo do contrato, ao final, receberá somente as terras. Isso quer dizer que as terras são devolvidas ao proprietário conforme estabelecido em contrato, mas não os conteúdos da fazenda. Assim, é preciso assinalar que a propriedade da terra retorna aos seus donos, mas não retorna com aquilo que ela continha para que os donos retomem as suas antigas atividades.

É um negócio que depende muito de quem faz o contrato. Se você pretende voltar depois do contrato, você tem que deixar claro que não pode

⁸⁵ Entrevista obtida junto ao técnico agrícola do município de Carneirinho em setembro de 2010.

*tirar as benfeitorias... Não pode deixar que a terra fique limpa.*⁸⁶

As melhorias projetadas na propriedade pelo usineiro foram e serão realizadas para produzir cana-de-açúcar e não para a pecuária. Contudo o uso dos insumos poderá servir como suporte para melhoramento das pastagens e melhorar o rendimento da pecuária. Mas, como voltar a ser produtor de gado leiteiro se, ao determinar no contrato o valor do arrendamento, também é permitida a retirada das cercas, currais e, não raro, a própria sede da propriedade?

Por melhor que seja, economicamente, o arrendamento, mesmo que ele venha acrescido de juros explícitos e implícitos, ele também pode retirar do lugar o espaço que, em tese poderia permitir o retorno do proprietário às suas atividades pretéritas. Nesse exemplo, o dono de terra recebe a renda da terra, contratualmente estipulada, mas não recebe o território que criou quando produzia a sua pecuária leiteira.

Desse modo, no processo de arrendamento, há perdas que repercutem no território, pois, no cultivo da cana em grandes lavouras, o espaço usado faz surgir novas tensões que redefinem os processos produtivos. Nessa situação, no futuro, poderá haver no lugar a construção de territórios com elementos e características totalmente desvinculados das práticas sociais anteriores.

⁸⁶ Entrevista obtida junto ao técnico agrícola do município de Limeira do Oeste, outubro de 2010.

As outras lógicas do arrendamento

É preciso compreender que esse processo ocorre sob enormes tensões, tendo repercussões nos interesses dos produtores camponeses que se situam no entorno das áreas capturadas pelo arrendamento e cultivadas pelas usinas de álcool e açúcar. No caso da cana-de-açúcar, o usineiro é um sujeito social que arrenda terras e investe aquilo que o conhecimento técnico – científico recomenda. Neste tipo de lavoura, o objetivo é se assegurar de uma produção que remunere os capitais investidos. Trata-se de investidores que não correm riscos ou que não costumam arriscar seus capitais em investimentos que não atendam às expectativas de reprodução ampliada. Por isso, se for o caso, especialmente, quando alugam terras “degradadas”, os usineiros investem em tecnologia, enquanto durar o contrato de arrendamento.

Há também a possibilidade de renovar o contrato, geralmente, isso é estabelecido em cláusula específica. Nos solos de Cerrado, é necessário corrigi-los, sendo que parte dos investimentos nas lavouras de cana-de-açúcar é destinada para criar as condições artificiais de produção.

Toneladas de calcário são usadas e outras tantas de adubos químicos. Muitos recursos são consumidos para o melhoramento dos solos, inclusive na rotação de culturas. Na lógica do usineiro, é necessário “tratar dos solos para que tudo seja maximamente aproveitado”. Investe-se também em curvas de níveis, terraços propiciando aos terrenos amplas condições de se elevar significativamente a produtividade.

Isso delimita outros interesses relativos aos donos da terra, os quais colocam, inicialmente, a propriedade em arrendamento, pensando justamente em recebê-la em melhores condições. Há então uma dimensão da dificuldade do proprietário em investir no melhoramento dos solos da sua propriedade. Como antigos produtores de uma pecuária leiteira, muito pouco realizaram para corrigir os solos, mas, com a possibilidade de obtê-los melhorados, lançam as suas propriedades no mercado de terras.

A propriedade tornada coisa passa a ser tratada como tal, mas o interesse do dono de terras é que ela receba, do dono do capital, investimentos que possam permanecer nos solos da propriedade, mesmo depois da vigência dos contratos

*O negócio que eu fiz com a usina foi pensando em receber a terra melhorada, assim corrigida, curvada, bem arrumada. Meu plano, depois do contrato é colocá gado em cima.*⁸⁷

Isso denota que o dono da terra compreende que o arrendamento é uma forma de obter parte dos investimentos realizados pelos usineiros e deixados nos solos como um resquício do capital sucroenergético. Pensa-se naquilo que permanece na terra como sendo suficiente para melhorar as pastagens e obter melhores resultados com a pecuária de leite ou de corte.

Como a gente não tem dinheiro e o dinheiro no banco é muito caro, o arrendamento pode ajuda a

⁸⁷ Fonte: Pesquisa de campo realizada em setembro de 2010. Município de Ituitaba.

*gente a melhorar a terra sem ter que pedir dinheiro emprestado.*⁸⁸

Para o dono de terra, arrendar para a usina é estratégico e, se tudo ocorrer na perspectiva do melhoramento dos solos, aquilo que restar nele acresce no valor recebido pelo arrendamento da propriedade. Na cabeça do dono de terra, os investimentos realizados pelos usineiros não se esgotam no cultivo da cana. Esse capital que ficou nos solos é parte dos valores investidos que não apenas propiciaram a produção/productividade para a cana, mas permitem ao dono de terra planejar o seu retorno à propriedade em melhores condições.

*A propriedade tava mesmo cheia de problema para produzi. Não tinha condição de investir. Nosso plano é fazê o arrendamento e depois do contrato volta com o gado. - Por quê? Porque a usina não vai plantá a cana sem corrigi a terra.*⁸⁹

A terra tinha um valor econômico, determinado pela produção que nela se realizava e que era medido pela produção leiteira, obtida a partir dos ciclos naturais do Cerrado, e que se materializava nos resultados econômicos dessa produção, tem no arrendamento, a possibilidade de incorporar as condições artificiais de produção. Desse modo, a propriedade, ao mudar temporariamente de mãos pelo arrendamento, incorpora

⁸⁸ Fonte: Pesquisa de campo realizada em Agosto de 2011. Município de Frutal.

⁸⁹ Fonte: Pesquisa de campo realizada em maio de 2009. Município de Limeira do Oeste.

produtos e serviços da razão, técnica resultando em maior valor da propriedade.

O aceite da proposta de arrendamento não está apenas circunscrito na lógica de se receber renda, mas na obtenção daquilo que permanece na terra e que o fazendeiro, por ser dono da área, poderá receber “gratuitamente”. Assim, na lógica do fazendeiro, ao final do contrato parte dos investimentos serão seus, pelo fato de a terra ser dele e não do usineiro.

*Se você não vende a propriedade, mas aluga ela, um dia ela volta a ser sua. Na verdade, se você não vendê, ela continua sua. Como quem vai produzi é uma empresa ela vai colocá tudo que a terra precisa... Então será que a terra vai ficar pior do que já tava?*⁹⁰

Independentemente disso tudo se efetivar nas fazendas arrendadas, o projeto do dono de terra é obter, no arrendamento, parte dos investimentos que a sua condição sócioeconômica não permite. No projeto ou na cabeça do fazendeiro, o arrendamento lhe permite ficar com parte do lucro alcançado pelo usineiro.

Quando a gente foi procurado pela usina para arrendá o nosso chão, a gente pensou também no dinheiro, mas também naquilo que a usina não ia

⁹⁰ Fonte: Pesquisa de campo realizada em abril de 2010. Município de Delta.

*podê tirá da terra. Então a gente fez isso pensando em muita coisa.*⁹¹

Isso também ajuda a compreender as razões pelas quais os usineiros antecipam o pagamento da renda da terra para o dono de terra. Para que a usina tenha proprietários dispostos a arrendar as suas propriedades, é comum que se estabeleçam contratos em que o primeiro ano de arrendamento seja antecipado ao dono de terra.

*Para a gente tá sendo bom. A gente recebeu o primeiro ano de arrendamento antes deles começarem a produzir. Isso você não consegue por aqui. O povo que planta soja, que cria gado faz o arrendo de outro jeito.*⁹²

No entanto, é necessário perceber, nessa relação, algumas artimanhas ou “armadilhas”. Os problemas econômicos para quem arrenda, geralmente, começam a se manifestar a partir do quarto ano de arrendamento. Como o dono da terra recebeu o pagamento antecipado e, quase sempre, ele não costuma fazer poupança, esse adiantamento terá impactos no orçamento da família ao final do quarto ano. A partir do 49º mês, o dono da terra ainda não terá a terra e também não terá renda da terra.

Em vários casos em que se recebe arrendamento adiantado, o proprietário das terras vive uma situação muito estranha, pois

⁹¹ Fonte: Pesquisa de campo realizada em outubro de 2009. Município de Fronteira.

⁹² Fonte: Pesquisa de campo realizada em maio de 2011. Município de Veríssimo.

sem renda, sem ter como retornar a terra, todo o projeto assentado no aluguel de terra fica seriamente comprometido. Trata-se de uma situação em que a estratégia do usineiro em permanecer com a terra melhorada anula o projeto do dono de terra de ficar com parte do lucro do usineiro.

Isso quer dizer que o projeto do dono de terra em receber os solos melhorados somente poderá se efetivar, caso tenha alguma reserva de recursos financeiros para suportar um quinto ano de contrato, á que a renda da terra foi paga antes da terra ser capitalistamente explorada. Usualmente, o dono de terra torna-se suscetível aos interesses das usinas, restando a ele antecipar a renovação do contrato com a usina ou mesmo se desfazer de parte da propriedade.

Nesse exemplo, antes de terminar o contrato, o dono de terra já procura a usina para renová-lo. Cada vez mais em um período mais longo, os contratos, entre o proprietário de terra e o usineiro, são estabelecidos para garantir o abastecimento das usinas. Nesta relação, os usineiros continuam o processo de produção sem serem donos das terras, mas montam suas estratégias contratuais para que as melhorias incorporadas ao solo permaneçam, e, por força de contrato, passem a pertencer aos donos dos canaviais, aos usineiros.

Como estratégia de contrato, aquilo que os investimentos proporcionaram aos solos tendem a permanecer sob o controle do usineiro, pois um novo contrato que pode ser estabelecido já foi assegurado, quando o dono de terra assinou o primeiro contrato. Vale mencionar que a usina, mediante seu departamento jurídico, estabelece seus contratos de

arrendamento instituindo cláusulas que lhes permitam ter preferência na renovação do arrendamento se a mesma terra for direcionada para a produção de cana-de-açúcar.

Sendo o usineiro o mesmo sujeito social a propor o arrendamento, isso quer dizer que ele vai continuar explorando a mesma terra em que ele melhorou a fertilidade natural a partir de pesados investimentos. Assim, as condições artificiais de produção, são incorporadas pelo usineiro e a exploração das terras, sobretudo, enquanto durar o contrato, vai depender da capacidade produtiva da usina.

Caso o usineiro consiga renovar o contrato, pela lógica de mercado, o dono do capital terá agora a possibilidade de continuar se beneficiando dos investimentos realizados no primeiro contrato. Assim, ao evitar que o dono da terra se negue a renovar o contrato, garante a ele uma renda da terra que ele mesmo ajudou a constituir. Contudo, é necessário relativizar tal situação, pois estamos tratando de exemplos que jamais poderão ser discutidas como generalizações. É necessário, também, considerar a situação dos fazendeiros e dos termos pelos quais foram firmados os primeiros contratos de arrendamento.

Compreende-se ainda, pelos exemplos mencionados e analisados, que obter a qualidade dos solos melhorada ao final do contrato é um projeto do dono de terra, mas é também uma estratégia contratual do usineiro continuar plantando cana nas terras que melhorou. Assim, o capital incorporado aos solos passa a ser constantemente disputado pelo dono de terra e pelo dono do capital. Interessante notar que os interesses, na renovação dos contratos de arrendamento, crescem na proporção

dos investimentos realizados no processo de produção da cana-de-açúcar, e é desse valor acrescido que a propriedade se valoriza tornando impossível aos pequenos produtores locais arrendarem terras de seus vizinhos, principalmente em razão dessas estratégias contratuais dos usineiros.

Temos então pelo menos dois objetivos. Ao usineiro cabe manter o acesso à terra melhorada, enquanto que, para o dono de terra, cabe retomar a terra em melhores condições de quando do início do arrendamento. Desse modo, o contrato não garante ao dono de terra ficar com parte do capital investido na sua propriedade. Para suportar a ausência de renda no período do último ano, será imprescindível encontrar no mercado de terras alguém que lhe antecipe renda fundiária.

Com o aluguel de terras, não temos apenas o pagamento de renda, mas outras lógicas que nos ajudam a apreender a complexa relação acerca do poder constante dos usineiros em prejuízo dos camponeses, que, em certos casos, principalmente no período seco do Cerrado, que vai desde abril até novembro recorriam ao arrendamento para alimentar o seu rebanho. Isso ajuda a compreender que, mesmo o camponês não arrendando suas terras, é atingido pelas relações de arrendamento praticadas pelos usineiros junto aos fazendeiros. Como tensão sócioespacial abertamente exposta no arrendamento, com a presença das usinas, os camponeses buscaram desenvolver outros arranjos produtivos.

Os camponeses e a renda da terra

É exatamente a presença dos camponeses num espaço, aparentemente, “seqüestrado” pelo arrendamento, efetivado pelos usineiros, que procuramos estabelecer algumas considerações a respeito da existência camponesa. Como resultado dos nossos trabalhos de campo, faremos algumas exposições de situações em que é possível identificar oposições ao processo de homogeneização do espaço do Triângulo Mineiro.

Como assinalado anteriormente, mesmo que o usineiro aja evitando arrendar pequenas áreas, a sua presença ameaça as possibilidades de arranjos sócioprodutivos que os camponeses estabeleciam quando estes arrendavam terras dos fazendeiros para suportar, principalmente, em relação ao gado leiteiro, as carências alimentares do período seco.

*A gente fazia arrendo de terra assim de boca. Nunca teve papel assinado... A gente fazia parte de lucro... O fazendeiro deixava colocá o gado e a gente dividia com ele a parte do nosso lucro. Num exemplo, eu colocava lá 40 cabeça e o gado engordava umas 10 arrobas. Ele ficava com três e a gente com o resto.*⁹³

Compreendendo que o arrendamento era praticado por alguns fazendeiros, ele seguia uma lógica que envolvia pastagens

⁹³ Fonte: Pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2009. Município de Pirajuba.

naturais e renda em produto, sendo compreensíveis as razões pelas quais, agora, o dono de terra prefira as usinas. A lógica do fazendeiro, como assinalado anteriormente, é a de se apropriar integralmente das melhorias proporcionadas pelos investimentos de capitais. Neste objetivo, o dono de terra age como se fosse dono de uma mercadoria que, nas mudanças do espaço, pode conquistar outras possibilidades de obter, a partir desse bem, melhores remunerações.

Nessa relação, a renda da terra existe de modo particular, pois local, e o resultado econômico aparece no ganho de peso dos animais, sem acréscimo de nenhum investimento de capital. O camponês dificilmente vai, neste tipo de arrendamento, incorporar calcário e adubos aos solos. O solo pode inclusive sofrer impactos decorrentes do número de animais. Contudo os saberes e fazeres dos grupos envolvidos no arrendamento estabeleceram a quantidade máxima de animais, a partir da qualidade das pastagens.

*Você calcula quantas cabeças pela pastagem que tem lá na terra do fazendeiro. Você não pode colocá o gado em qualquer lugar, você precisa sabê se a pastagem vai fazê o bicho ganhá peso, se tem água, se tem cerca, cocho pro sal...*⁹⁴

Nesse tipo de arrendamento, a remuneração da terra é estabelecida pelas características dos seus recursos naturais e edificações voltadas para a pecuária. A retirada do rebanho

⁹⁴ Fonte: Pesquisa de campo realizada em maio de 2010. Município de Itapagipe.

estabelece o momento em que o dono do rebanho paga pelo período de permanência dos seus animais. A quantia paga ao dono de terra depende, basicamente, das condições naturais dos solos, pois não há investimentos de capitais. A terra sai e entra nesse tipo de arrendamento sem melhorias adicionais pelo emprego, por exemplo, de calcário e adubos. Nestes termos, o arrendamento configura-se em um período determinado em que, por exemplo, o camponês remunera o dono da terra naquilo que corresponde aos ganhos que se materializam no corpo do rebanho e que, certamente, correspondem aos valores pagos no mercado de terras.

O proprietário da terra cobra do camponês aquilo que corresponde ou deveria corresponder à produção de carne. Como não há contrato e o arrendamento se estabelece por alguns meses, a propriedade se mantém neste tipo de arrendamento, principalmente, por falta de opção, permitido ao dono da terra dispor dela a qualquer momento.

*Como ninguém faz nada no papel fica uma coisa de palavra. Você acerta com o fazendeiro e se tudo der certo você vai continuando. Depende muito de você combiná com o fazendeiro. A gente vai colocando o gado e se o fazendeiro resolver passá pra outro, ele avisava e a gente sai caçando outro chão.*⁹⁵

A lógica dessa relação de arrendamento revela que as possibilidades de acesso à terra se realizam entre as pessoas que

⁹⁵ Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro de 2009. Município de Santa Vitória.

vivem no lugar, se conhecem e, após o período estabelecido verbalmente entre as partes (proprietário e camponês), o proprietário pode requerer as terras para especular e negociar a melhor oferta. Também nesta lógica, ao final do período do arrendamento, terá recebido em dinheiro aquilo que a sua propriedade, naturalmente, foi capaz de converter em arrobas de gado.

O arrendamento sem nenhum emprego de investimentos em tecnologia desobriga o dono da terra a cumprir com o ciclo produtivo daquilo que se coloca na propriedade para produzir. Isso também demonstra que a capacidade natural dos solos não está sendo reposta por quem arrenda, comprometendo a capacidade natural de produção da propriedade. Assim, o arrendamento sem o emprego de tecnologia não devolve aos solos aquilo que é retirado pelo pastoreio do rebanho. Também as receitas do arrendamento não permitem ao dono de terra melhorar a sua propriedade.

Contudo, mantendo a propriedade sob seus domínios, os fazendeiros continuam exercendo, como foi visto anteriormente, uma opção para aqueles que além de pouca terra, não dispõem de tecnologia para alimentar o seu rebanho no período de seca. Nessa relação, o dono de terra, ao final do arrendamento, não recebe um valor adicional que se fixa nos solos de sua propriedade, pois quem arrenda não reúne condições para introduzir melhorias no solo. Ainda nessa relação, observa-se que o valor da terra tende a se manter.

Nota-se que todo esse processo envolve muito mais que a simples fixação de investimentos no solo em uma dada

propriedade. Nos lugares em que se pratica uma pecuária extensiva, a renda da terra envolve também diferentes lógicas sociais que destoam da lógica dominante.

Com relação aos territórios, pode-se dizer que eles se alteram, pois as relações que vão lastrear o arrendamento também são culturais. Podemos perceber no campo que as ações, as regras e códigos desses dois grupos sociais definem a forma de uso dos recursos naturais presentes no espaço.

Observa-se com isso, que as várias relações sociais estabelecidas entre proprietário de terra e arrendatário não seguem uma lógica capitalista uniforme, mas abrangem e avançam sob relações de poder. Desse modo, segundo Heidrich (2008), essas relações:

Pode ser um poder que se institui por uma posse e se expressa por superioridade física ou ação violenta; pode ser, por outro lado, um poder que se constitui associado a uma situação de soberania, pela exclusividade de estabelecer relações de ordenamento político; ou, ainda, pode ser o poder que se constrói pela simples manifestação, pela presença que intimida e se diferencia. É evidente que são poderes muito distintos, mas são todos constituintes de territorialidade. Heidrich (2008, p. 242).

A relação construída no lugar apresenta a renda da terra como pressuposta ao longo do ano agrícola e, como as necessidades por áreas de terras se apresentam no período seco, é de se esperar que o poder dos proprietários se evidencie com maior intensidade também nesse período. Assim, o modo social com

que a propriedade da terra se apresenta, apesar de não corresponder ao modo de produção capitalista, ela corresponde a uma relação baseada na exploração dos camponeses.

Essas condições específicas da renda da terra, nos lugares atingidos pelo setor sucroenergético, no Triângulo Mineiro, tendem a redefinir a relação com a propriedade da terra. O fazendeiro e o camponês continuam existindo e, mesmo sob a presença de relações de arrendamento que se assemelham a racionalidade capitalista, é essencial considerar que se trata de mais uma racionalidade que não anula as demais.

Aqui, é importante compreender que as relações de arrendamento representam relações sociais que são constituídas por temporalidades e lógicas sociais que apesar de diferentes do capitalismo, se apresentam relacionadas ao processo de produção de cana-de-açúcar no Cerrado. Portanto, no lugar, não temos uma única lógica operando o mercado de terras.

Evidentemente, o arrendamento é complexo e reúne várias formas de relações sociais que, na prática social, levam a revelar uma situação específica que, obviamente, deve ser pensada de maneira mais profunda. Pensar o lugar indica algumas possibilidades para ponderarmos as condições pelas quais o setor sucroenergético se reproduz no Cerrado Mineiro.

Considerações finais

As representações sociais decorrentes do arrendamento envolvem heterogeneidades sociais, culturais e interesses de várias ordens, sendo que os aspectos materiais não são as únicas dimensões. Existem, também, as suas representações simbólicas que se revelam na subjetividade dos sujeitos, indicando que a lógica capitalista é uma daquelas desse processo.

No caso específico do arrendamento de terras no período seco, por mais que o camponês precise recorrer ao fazendeiro, por um lado, seus interesses em ocupar a terra de outro, não o coloca na mesma lógica em que opera o usineiro. Esse recurso ao arrendamento revela outros tipos de relações sociais que não permitem ao camponês ampliar a sua produção. Com limitadas condições técnicas o arrendamento lhes possibilitou garantir a alimentação do rebanho que corre o risco de sucumbir no período seco.

Para o dono de terra, as mudanças sócioespaciais decorrentes dos interesses do setor sucroenergético redefinem as relações sociais e os interesses dos grupos econômicos sobre a renda da terra. Trata-se de algumas especificidades econômicas em que o proprietário se legitima por uma ordem moral, quando projeta no arrendamento a possibilidade de receber, além dos rendimentos, uma terra melhorada pela aplicação de produtos da indústria agroquímica e de alta tecnologia.

A partir das mediações jurídicas que normatizam/legalizam as relações de arrendamento também foi possível analisar os arranjos e estratégias dos usineiros, bem como os problemas

inerentes aos lugares. Na relação com a terra, podemos arrolar alguns apontamentos, principalmente quando nos referimos às proporções do arrendamento decorrentes das práticas sociais envolvendo o território camponês. O arrendamento, como uma prática social, no território camponês, é construído e desconstruído na relação que se estabelece entre pessoas que se (re)conhecem no ciclo da natureza as suas necessidades sociais. Diversas situações foram constatadas, e elas representam valores humanos que vão desde a menor área até as mais variadas lógicas e temporalidades sociais.

Analisando as formas de arrendamento relatadas pelos camponeses, fazendeiros, técnicos agrícolas e usineiros, levamos em conta as diferentes formas de se obter renda da terra e nelas a existência de estratégias sociais nos lugares em que se encontram instaladas as usinas sucroalcooleiras, enfocando as tensões, as lógicas sociais, os modos de vida, as contradições pelas quais o território se constitui.

Com relação aos proprietários de terras, percebemos que eles agem no mercado de terras procurando oportunidades. Nos contratos estabelecidos com os usineiros, embora tenham ficado com parte dos rendimentos obtidos na produção de cana, o pretendido lucro capitalista dificilmente se efetivará nas mãos dos fazendeiros, pois os contratos de arrendamento, ao anteciparem, por um ano, o pagamento da renda da terra, ampliam o poder do capitalista em relação ao dono de terra. A partir disso, conseguimos, por outro lado, compreender que a cada arrendamento existem arranjos e estratégias que se efetivam em função dos sujeitos envolvidos. Assim, no Cerrado

mineiro, mesmo que parcialmente, existe um caráter humano que se interpõe no arrendamento de terra.

Essa situação se estabelece nas práticas sociais e vai abrangendo o território. Nele, existem diversas e complexas relações sociais em que a renda da terra vai se manifestar de forma particular. Assim, em cada situação, as representações sociais manifestam contornos concretos e específicos. Isso também denota que o modo de vida camponês não segue uma única lógica social. Por isso, é importante considerar que as relações sociais estabelecidas no arrendamento são também relações sociais entre pessoas, e elas decorrem de práticas sociais que dificilmente seguem uma única lógica, mesmo que ela seja dominante e de desenvolvimento.

Assim, os estudos das práticas sociais, dos modos de vida podem contribuir para assimilarmos mais profundamente os enlaces e as especificidades das relações sociais que medeiam/intercedem no arrendamento de terras no Cerrado Mineiro.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. De camponeses a agricultores: Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Campinas, São Paulo - UNICAMP, 2002.

ALLIÉS, P. L'invention du territoire. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1980.

AMIN, S; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 179p.

ANDRADE, M. C. de. **Agricultura e capitalismo**. São Paulo, Ciências Humanas, 1979, 115p.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forence universitária, 1999.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. **Periferia de São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho**. In: MARICATO, E. (Org.) A produção capitalista da casa (e da região) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTTNER, A. **O espaço social numa perspectiva interdisciplinar**. In: SANTOS, M. e SOUZA, M. A. de (Orgs.). O espaço interdisciplinar. São Paulo: Nobel, 1986.

CANDIDO, A. **Os parceiros do rio Bonito**. São Paulo, livr. Duas cidades, 1975.

CARLOS, A. F. A. (Org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo (SP): Editora Ática, 1986.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Trad. Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3° Ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidade económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva vision, 1974.

FREITAS, S. M. de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

HEIDRICH, A. L. Territorialidades de exclusão e inclusão social. In: REGO, N., MOLL, J. (Org.); AIGNER, C. (Org.). **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006, pp. 21-44.

HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomas T. da Silva. RJ: Ed. DP&A, 2003.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Editora Loyola, 2004. Introduction L'Arche. Paris: Editeur Paris, 1958.

KAUSTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo, Proposta Editorial. 1980, 328p.

KURZ, R. **O Colapso da Modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEFEBVRE, H. **La Production de l'Espace**. Paris: Anthropos. 1986(1974).

_____. **La presencia y la ausencia.** Contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.** São Paulo, Nova Cultural, 1985.

LUXENBURGO, R. **A Acumulação de capital.** São Paulo, Coleção os Economistas, Nova Cultural, 1985. 418p.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS J. de S. **Campesinato, Cidadania e Sociedade Civil em Face da Crise do Estado.** Salvador. BH. Cadernos Ceas (136), 1989.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Tradução de Alex Marins. São Paulo: 2004.

MOURA, M. M. **Camponeses.** São Paulo. Série Princípios. 1986.

NOVACK, G; TROTSKY, L; MORENO, N. **La Ley del Desarrollo desigual y combinado.** Bogotá, Colômbia. 1973.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. D. **Human territoriality.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, C. **O conceito de extenso**. In: SOUZA, M. A. A. de; SANTOS, M. (Orgs.) A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, R. J. **Pesquisa Empírica e Trabalho de Campo**: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. In: Revista Sociedade & Natureza, nº 11, janeiro/dezembro, 1999.

_____. **Gaúchos e Mineiros do Cerrado**: metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais. EDUFU, Uberlândia, 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. Expressão popular, São Paulo, 2007.

SEABRA, O. C. de L. **Urbanização e fragmentação**: apontamentos para estudo do bairro e da memória urbana, Regiões. v.2, n.2, 2004, p.78-96.

_____. **Territórios do Uso**: Cotidiano e Modo de Vida. Regiões. v.1, n.2, 2004, p.181-206

SHANIN, T. **Natureza y lógica de la economía campesina**. Edit. Anagrama, (s/d).

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VALDERDE, O. **Geografia Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de pesquisa Educacional, 1964. 395p.

VELHO, O. G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo, Diefel. 1976.

WANDERLEY, M. N. B. **Camponeses**: um trabalhador para o capital. Instituto de Filosofia e Ciências Humans – UNICAMP, 1979.

WILKINSONS, J. **O Estado, a Agricultura e a Pequena Produção**. São Paulo/Salvador, Ed. H-ucitec/CEPA-Ba, 1986.

ESTRANGEIROS NA METRÓPOLE⁹⁶

Caterina Resta⁹⁷

Tradução de Paulo Irineu B. Fernandes⁹⁸

A descrição da cidade na modernidade tardia, lugar de alienação e do “ser - estrangeiro”, como aquela que se destaca de maneira poderosa nas páginas de *A Decadência do Ocidente* de Spengler, deve muito à famosa análise de Simmel, “A Metrópole e a Vida Mental”⁹⁹. Nesse ensaio de 1903, Simmel descreveu o quadro da vida urbana em que a ação irreversível do ritmo de trabalho e os meios de comunicação agregam uma massa de estranhos, forçados a uma convivência em espaços confinados, em circunstâncias em que é impossível estabelecer relacionamentos diretos e amigáveis que, ao contrário, funcionam como gatilhos

⁹⁶ Publicado originalmente como “Stranieri nella metropoli”, em: *ANTEREM: Rivista di Ricerca Letteraria* n.58 - ETEROTOPIE, 58, 1999, pp. 81-84. Traduzido do original italiano.

⁹⁷ Professora de Filosofia Teórica da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade de Messina, Itália. Estuda Filosofia Teórica, Filosofia do século XX e Geofilosofia.

⁹⁸ O tradutor agradece a colaboração do Professor Doutor Rosselvelt José Santos, seu orientador no doutorado, e a revisão de Irene Ferrazzuolo, sua professora de Língua Italiana.

⁹⁹ G. Simmel, *Le metropoli e la vita dello spirito* (1903), a cura di P. Jedlowski, Armando, Roma 1998. [Publicado no Brasil como: Simmel, G., *A Metrópole e a Vida Mental*, in Velho, Otávio Guilherme (org.), *O Fenômeno Urbano*. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.] Adendo do tradutor.

potenciais de conflito. A proximidade forçada no caldeirão da metrópole mostra, desde o início, que, longe de ser a continuação das antigas formas de coabitação ou de se reinventar o novo, produz uma nova forma de alienação e aversão: uma “ligeira antipatia”, resposta defensiva à invasão física do “outro”, que logo se transforma em aberta agressividade. A participação na *polis* parece dar lugar a uma multidão de sombras que pisam o solo artificial da grande cidade moderna, aquela “mãe de todas as cidades” (metrópole) que termina por “vampirizar” tudo o que está ao redor: campo, natureza, província, até tornar impossível, nesses lugares, uma sobrevivência autônoma.

Fim do trânsito harmonioso das muralhas da cidade e dos jardins suburbanos para a zona rural, a lógica imperialista da metrópole moderna, que é aquela do *não-limite*, não tolera algo mais: “a cidade concebida como um mundo, próximo do qual não deve haver um mundo diferente”¹⁰⁰. E Spengler vê na face vitoriosa e fascinantemente tecnológica da “cosmópole” o sinal do destino de nossa civilização: a máscara mortuária do desenraizamento extremo, que ao mesmo tempo concorda em sentir-se em casa em todos os lugares e em nenhum lugar, transformando seus habitantes em estrangeiros cosmopolitas em toda parte. Esta é a mais recente encarnação do grande mito fundador do Iluminismo, que agora revela a lógica de sua alma de Fausto, o anseio *prometeico* do Ocidente. A peregrinação incansável das origens do homem, paradoxalmente, retorna ao limite extremo

¹⁰⁰ O. Spengler, *Il tramonto dell'Occidente* (1918), tr. it. di J. Evola, Longanesi, Milano 1981, p. 784. [Publicado no Brasil como: SPENGLER, O. *A Decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da História Universal*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.] Adendo do tradutor.

da civilização: as pátrias laboriosamente inventadas, as comunidades que deram identidade e proteção foram dissipadas pelo homem do Ocidente, em sua ânsia do além. O moderno agora despreza o enraizamento da *planta (pianta)* na “paisagem materna” da cultura, e o vínculo terreno se torna uma linguagem de formas mais elevadas na paisagem: “A civilização com suas cidades gigantescas volta a desprezar essas raízes da espiritualidade e se separa delas.

O homem civilizado, nômade, intelectual, volta a ser todo microcosmo, sem pátria, espiritualmente livre como o caçador ou o pastor”¹⁰¹. A lógica que leva ao surgimento das cidades é bem diferente da “alma” das aldeias. “O ar da cidade liberta”, porque seu espaço se desenrola a partir de uma separação radical das imagens que circunda, a partir da floresta, que agora se torna uma “estranha-ameaçadora”. Muros altos não serão suficientes para defender um espaço que se sente encurralado e, portanto, sempre corre o risco de perder o sentido de suas próprias limitações, suas fronteiras, no louco anseio de entender e reduzir tudo a ele, porque nada, lá fora, pode ameaçar as suas afirmações absolutas. “Uma vez acordada, esta alma cria para si um corpo visível”, e este corpo deve crescer indefinidamente, aparato técnico que se prolifera monstruosamente em prótese e hibridizações sempre novos. O rosto da cidade então se torna completamente estranho para o “de fora” que a rodeia, não dialoga mais com ele, nem mesmo para negá-lo, ou até mesmo a fim de viver apenas na fantasia as suas lendas fabulosas. Simplesmente o coloca para descansar, o reduz a um silêncio inaudito, oprimido por uma língua “barulhenta”, aquela, de fato,

¹⁰¹ *Idem*, p. 777.

“das formas dessas grandes figuras de pedra, a própria humanidade da cidade, toda olho e toda ‘espírito’”¹⁰². Mas se a agressividade da cidade moderna é intolerante para com o outro – a paisagem natural e o que nela está, de histórico e cultural, foi sedimentado – que poderia ameaçá-la de fora, até mesmo dentro de si própria, ela assimila tudo para si mesmo. Seus habitantes, em primeiro lugar: “O homem da civilização, que tinha sido espiritualmente formado pelo campo, torna-se propriedade e instrumento de sua própria criatura, a cidade, e, finalmente, é sacrificado”¹⁰³.

O sacrifício dos cidadãos no “colosso de pedra” é feito mediante sua anulação no absolutismo da metrópole. Mas é um reino inanimado, aquele “deserto demoníaco de pedra pura”, no qual ecoa o trágico anúncio do *niilismo* de Nietzsche, a imagem da “cosmópole”, é aquela da morte, da rigidez cadavérica, que não permite nenhuma identificação. A metrópole não é *Heimat*¹⁰⁴, não é o lar, é, sobretudo, o enredo da economia que determina a sua configuração, sem possibilidade de pertencimento ao lugar, à tradição, em uma obra de eliminação progressiva de qualquer memória.

Aquelas multidões de cidadãos atomizados, das quais [alguns] foram impressionados observadores visionários, como Poe, Baudelaire ou Benjamin, tornaram-se agora – como outro profeta do futuro havia anunciado no início deste século –

¹⁰² *Idem*, p. 783.

¹⁰³ *Idem*, p. 793.

¹⁰⁴ Palavra de origem alemã. O termo tem uma conotação positiva e denota a relação de um ser humano com determinada unidade sócio-espacial, como casa ou pátria. Nota do tradutor.

“construções orgânicas”¹⁰⁵, como imensos recifes de coral, enxertos que vivem em uma engrenagem, malhas de uma rede onipresente, cuja concepção geral, muitas vezes, não é sequer prevista. Mesmo os rostos, cada vez com mais suavidade e uniformidade de traços, anunciam o cancelamento gradual do que é singular e único. Indiferentes. Arrancado desde a raiz, condenado a vagar como um estranho no anonimato sempre igual das cidades, o novo tipo humano do “nômade intelectual” encontra só os estrangeiros sem, no entanto, considerá-los como tal. Ao invés disso, tem a certeza reconfortante de não encontrar outro, que não a si mesmo. Talvez, então, Spengler não estivesse tão distante da verdade quando, ao invés de cantar os louvores indiscriminados do cosmopolitismo, tenha anunciado suas repercussões inevitáveis: isto é, estar morto para as raízes e para tudo o que é cósmico, a queda irrevogável sob o poder de pedra e da frialdade (dell’algidezza) intelectual, a extrema abstração da individualidade diferenciada e, portanto, o fim de qualquer pertencimento e identidade. A “cosmópole” torna-se então o Estado Mundial¹⁰⁶, no qual todos são cidadãos apenas ao preço de uma exclusão absoluta de qualquer língua, linguagem, comunidade e memórias únicas.

O nômade moderno não surpreendentemente “comunica” com a única linguagem universal, a da técnica, que, por sua vez, quebra as pedras antigas no sofrimento incessante que submete a

¹⁰⁵ Cfr. E. Jünger, *L’operaio. Domio e forma*, tr. it. di Q. Principe, Longanesi, Milano 1981. [Publicado em língua portuguesa como: Ernst JÜNGER. *O Trabalhador: Domínio e Figura*. Tradução de Alexandre Franco de Sá. Lisboa: Hugin, 2000.] Adendo do Tradutor.

¹⁰⁶ E. Jünger, *Lo stato mondiale. Organismo e organizzazione*, tr. it. di A. Iadicicco, Parma, Guanda 1998.

Terra e os seres humanos. Na “cosmópole” é a técnica que triunfa sem resíduos. O triunfo do gigantismo, um símbolo não só de apologia da metrópole, e da *uniformidade disforme* de seus clones, que são as duas faces da técnica. Assim, na cidade mundial, nós nos perdemos, na impossibilidade de reconhecer um local em comparação com o outro: o mundo é todo *Trude*¹⁰⁷, a desesperante “cidade contínua” de Ítalo Calvino, onde os subúrbios são os mesmos que os de qualquer outra cidade, os mesmos. “As casas esverdeadas e amareladas. Seguindo as mesmas setas, passava-se pelas mesmas alamedas e pelas mesmas praças. As ruas do centro mostravam mercadorias, embalagens, letreiros que em nada mudavam.”¹⁰⁸. Os “não-lugares” mencionados por Augé¹⁰⁹ são susceptíveis de aparecer, afinal, consoladores em sua ainda delimitada caracterização, mas na verdade, para quantos aeroportos e vôos possamos mudar, o mundo é feito de muitas *Trude*, quase indistinguíveis. De fato, “o mundo está coberto por uma única *Trude*, que não começa e não termina, só muda o nome do aeroporto”¹¹⁰.

O “perder-se” não é uma desorientação momentânea, efeito da suspensão dos sistemas de reconhecimento de um lugar. Não há mais lugar na dimensão metropolitana para um evento *único e singular*, que faz da vida uma existência compartilhável: por

¹⁰⁷ Referência à cidade (imaginária) de *Trude*, citada no livro *Cidades Invisíveis (Le città invisibili)* de Ítalo Calvino. Nota do tradutor.

¹⁰⁸ I. Calvino, *Le città invisibili*, Einaudi, Torino 1972, p. 135. [Publicado no Brasil como: CALVINO, Í. *As cidades invisíveis*. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.] Adendo do tradutor.

¹⁰⁹ M. Augé, *Nonluoghi. Per un'antropologia della surmodernità*, tr. it. di D. Rolland, Eleuthera, Milano 1993.

¹¹⁰ I. Calvino, *Le città invisibili*, Einaudi, Torino 1972, p. 135.

essa razão, não há lugar para ela. E, no entanto, onde, de outra maneira, é possível anunciar, se não aqui? Lá onde, em sua arrogância, a “cosmópole”, finalmente, evidencia a insolúvel contradição que corrói a sua lógica inexorável: quando a afirmação peremptória da igualdade é transformada na negação mais violenta das diferenças, quando a defesa frenética do cosmopolitismo torna-se uma Babel do sincretismo que confunde e converte cada comportamento singular em um único horizonte amorfo, no qual só reina a indiferença.

A “cosmópole” de pedra, com “as perspectivas de longas ruas de pedra embutidas entre edifícios altos, cheios de um pó fino de todas as cores e barulhos estranhos”, onde ainda “as roupas e as mesmas faces estão sintonizados para um fundo de pedra”¹¹¹, passa agora insensível à “Cidade de quartzo”, pura dimensão do fluxo de informação, o qual dissolve o espaço real em um instantâneo acontecer de imagens. Talvez, como foi proposto por Paul Virilio, a “cibernética social” dissolva o espaço público da cidade, no entanto, confirma a acentuação metropolitana do mundo: uma cidade-mundo virtual, independente da extensão geofísica da Terra, finalmente o produto mais perfeito da homologação iniciada na aurora da Razão (*Ratio*) ocidental, que atingiu o seu objetivo final e fundamental, que era transformar em representação, sem resíduos, a realidade: É, de novo e como sempre, Descartes quem confere o semblante biônico do *cyborg*, a última versão da máscara mortuária da metrópole moderna.

E, no entanto, se é verdade, como sabia Spengler, que a “cosmópole” é o destino, isto significa dizer também que ela

¹¹¹ O. Spengler, *Il tramonto dell'Occidente*, cit., pp. 784-785.

marca um ponto de não retorno. Impossível, portanto, parece ser qualquer tipo de nostalgia para um “antes” da “cosmópole”. O processo pelo qual a racionalização técnico-científica estabeleceu-se em uma escala global, causando uma generalizada *ilustração* (Entortung)¹¹² erradicou qualquer tipo de raiz, entregando o homem moderno ao seu destino de exílio e de estrangeiro. Mas isto propriamente a “cosmópole” esquece. Ela gosta de mostrar-se na idolátrica aparência de um lar (*Dimora*), uma casa. Ela promete apaziguamentos fáceis e novas oportunidades para interações coletivas, enquanto, ao contrário, nunca tranquilo, nunca realmente em casa pode estar aquele habitante – verdadeira figura do estrangeiro moderno – que passa por ela. Trágica é a figura deste estrangeiro metropolitano, não reconciliado, como, ao invés, certo nomadismo gostaria de fazer entender, em perfeita adesão ao deserto *niilista* que ele descreve. Ele sabe que não poderia mais pertencer a tudo o que lhe é próprio, mas, no limite da miséria extrema, a erradicação que o dilacera, e que leva embora o seu chão, pode mostrar-se como a inconfessável evidência de outro lugar que, ao expropriá-lo, o apropria para si. Em sua palavra desconhecida a “cosmópole” é trazida para dentro de seu limite, quando não, mas é no seu próprio centro mais secreto, invisível, que se desabrocham a *Wildnis*¹¹³ (Jünger), a *Lichtung*¹¹⁴ (Heidegger),

¹¹² Cfr. C. Schmitt, *Il nomos della terra nel diritto internazionale dello «jus publicum Europaeum»* (1950), tr. it. di E. Castrucci, Adelphi, Milano 1991. Per un aprofundimento di questi temi rimando a [Adendo do tradutor: Para um aprofundamento destas questões leia] C. Rest, *Stato mondiale o Nomos della terra. Carl Schmitt tra universo e pluriverso*, Pellicani, Roma 1999.

¹¹³ “Selva”. Para Jünger, o território desabitado, no qual o homem pode ser senhor de si. Ver: Ernst Jünger, “Über die Linie”, *Essays I*. Nota do tradutor.

¹¹⁴ “Clareira”. Ver: Heidegger, “Carta sobre o humanismo”. Nota do tradutor.

que, como o oásis no deserto, oferecem abrigos invisíveis ao viajante, traços daquele não-lugar, sempre à beira de desaparecer, para o qual o estrangeiro orienta os seus passos. Não seria, portanto, a *Poesia* uma dessas terras prometidas, em que se pode, pelo menos, “habitar poeticamente”?

SOBRE OS AUTORES

Arlete Mendes da Silva

(etelra19@yahoo.com.br)

Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Anápolis (1992), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2003) e doutorado em Geografia Humana pela Universidade Federal de Uberlândia (2014). Atualmente é pesquisador da Universidade Estadual de Goiás - UEG; Universidade Federal de Uberlândia pelo Laboratório de Geografia Cultural e Turismo - LAGECULT / IG/ UFU; Professora da Secretaria Municipal de Educação de Anápolis - SEMED e professora titular da Universidade Estadual de Goiás. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: turismo rural - desenvolvimento, geografia e ensino, estudos em geografia cultural, turismo e meio ambiente. Atualmente coordena o Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás - UEG - Campus Ciências Socioeconômicas e Humanas - CCSEH / UEG. Atua junto ao Centro de Formação de Professores - CEFOPE como Professora de formação docente na área de Geografia e Metodologia de Pesquisa Aplicada ao ensino. Coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa em Cultura, Espaço e Representação - CER pela Universidade Estadual de Goiás - CCSEH em Anápolis – GO.

Carlos Roberto de Souza Júnior

(carlosroberto2094@gmail.com)

Graduando em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, com ingresso no ano de 2012. É estagiário no Laboratório de Geografia Cultural e Turismo/IG/UFU. Têm desenvolvido pesquisas acerca das manifestações culturais no bairro Patrimônio em Uberlândia – MG, enfocando nos resíduos e nos atos territoriais reunidos no lugar. Também trabalhou com a problemática do avanço do setor sucroenergético no Triângulo Mineiro (focando o município de Tupaciguara-MG).

Edevaldo Aparecido Souza

(ediueg@gmail.com)

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) Campus de Três Lagoas (1994), Pós-Graduação lato sensu em Geografia também pela UFMS (1999), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) Júlio de Mesquita Filho, Campus de Presidente prudente (2005) e doutorado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Campus Uberlândia (2013). Atualmente é professor titular da Universidade Estadual de Goiás (UEG) Unidade de Quirinópolis, com dedicação exclusiva e está coordenador do Curso de Geografia desta instituição. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária e Geografia Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: Modernização do território e da agricultura, mudanças socio-econômica-culturais, assentamentos e reassentamentos, ribeirinhos, produção canavieira, mudanças na paisagem, nos territórios e nos modos de vida.

Jaqueline Borges Inácio

(jaquelinebinacio@yahoo.com.br)

Graduada em Geografia (Licenciatura-2011) e (Bacharel-2013) pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (2014). Trabalhou como bolsista de Iniciação Científica, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (2009-2012) no Laboratório de Geografia Cultural e Turismo da Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente é professora da Secretaria Estadual de Ensino de Minas Gerais. Tem experiência na área de Geografia Cultural, Planejamento e Gestão do Espaço Urbano e Rural, Educação e Metodologia de Pesquisa.

Jéssica Soares de Freitas

(jessicasoaresfreitas@gmail.com)

Mestranda em Geografia da Universidade Federal de Goiás, com ingresso no ano de 2015. Graduada em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Federal de Uberlândia (2015). É pesquisadora do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo/IG/UFU e do Laboratório de Dinâmicas Socioespaciais e Territoriais/IESA/UFG. Desenvolve pesquisas sobre o avanço do setor sucroenergético no Triângulo Mineiro (principalmente em Uberlândia-MG) e acerca das fronteiras antropológicas. Também estuda a relação do rádio com os lugares dos produtores camponeses do município de Gurinhatã/MG.

Marli Graniel Kinn

(mgkinngео@usp.br)

Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia e Licenciatura Plena em Geografia pela Faculdade Católica de Uberlândia. Mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo. É doutora (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora do curso de licenciatura de Geografia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Frutal). Coordenadora de Área do programa institucional de bolsa de iniciação à Docência PIBID /Capes-UEMG/Geografia, ministra aulas na área de Geografia Cultural, Teoria, método e técnicas de pesquisa e ensino de Geografia, Epistemologia da Geografia. Território, Indústria e Serviços, Didática em Geografia. Orienta monografias de final de curso na área de agricultura, cultura, ensino e urbanização. Como pesquisadora faz parte de projetos de pesquisa financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Participa de dois grupos de pesquisa. No Grupo de Pesquisa Agricultura e Urbanização, no DG/FFLCH/USP, tem como preocupação compreender, a partir da relação entre campo e cidade e seus processos particulares, a transformação na produção do espaço, particularmente o brasileiro. Atualmente, o Grupo desenvolve várias pesquisas, todas focadas em processos sócio-espaciais agrários e urbanos, como fundamento da reflexão acerca da metamorfose do campo e da cidade no Brasil e a transformação da relação entre agricultura e urbanização. O segundo grupo de pesquisa Diálogos com a Geografia Cultural

(UFU/IG/LAGECULT), tem por objetivo aprofundar os conhecimentos a respeito da manifestação da cultura no espaço.

Mônica Zuffi

(monicazuffi@hotmail.com)

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, com ingresso no ano de 2015. Possui graduação em Turismo e Hotelaria pelo Centro Universitário do Triângulo (2009), e também em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2013).

Paulo Irineu Barreto Fernandes

(paulobarreto@iftm.edu.br)

Professor de Filosofia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Doutor em Geografia Humana e Cultural no Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Filosofia Política e Social pela Universidade Federal de Uberlândia, instituição na qual se graduou em Filosofia e cursou Especialização em História da Filosofia. Realiza pesquisa nos seguintes temas: Educação, Teoria Crítica, Geofilosofia, Geografia Humana e Cultural e Política. Pesquisador do Grupo de Estudos de Teoria Crítica e Filosofia Social da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do Grupo de Estudos em Geografia Cultural e Turismo da Universidade Federal de Uberlândia.

Ricardo da Silva Costa

(ricar_dim@yahoo.com.br)

Ricardo da Silva Costa, formado em licenciatura e Bacharelado em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Geografia na linha de pesquisa "gestão do território" pela Universidade Federal de Uberlândia, no Instituto de Geografia, orientado pelo professor Doutor Rosselvelt José Santos. Estagiário do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo orientado pelo professor Dr. Rosselvelt José Santos. Aluno do programa de pós graduação da Universidade Federal de Uberlândia, nível Doutorado. Atua nas áreas de Geomática, Geografia Cultural, Geografia Agrária, Educação e Metodologia em pesquisa. Trabalha com projetos de pesquisa em áreas de expansão da cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro e manifestações étnico-religiosas no campo e na cidade.

Rosselvelt José Santos

(rosselvelt@ufu.br)

Professor Titular Orientador do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenador do Laboratório de Geografia Cultural Instituto de Geografia/UFU. Pesquisador do CNPq, FAPEMIG e UFU. Trabalha com projetos de pesquisa e extensão em Assentamentos de Reforma Agrária, Quilombos, Manifestações étnico-religiosas no campo e na cidade, envolvendo os Lugares, os territórios, as territorialidades e os vínculos territoriais das populações tradicionais no bioma Cerrado. Atua nas áreas de Geografia Cultural, Geografia Agrária e Ensino de Geografia desenvolvendo novas linguagens geográficas digitais e a fílmica na produção de vídeos documentários.



O livro reúne vários artigos os quais tratam do processo de avanço do setor sucroalcooleiro/sucroenergético no cerrado constituindo uma perspectiva de abordagens em geografia cultural. As paisagens da cana compõem uma realidade misteriosa e convidativa à pesquisa. A possibilidade da investigação sobre o espaço rural dos cerrados, numa abordagem cultural, é o ponto central deste livro. Os textos procuram analisar as relações de produção e reprodução do lugar nos territórios rurais, onde se especificam os modos de vida e as experiências de diversos sujeitos sociais em desacordo com a presença da produção canavieira.



ISBN
978-85-68066-15-7